



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIENCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA-
SOCIEDADE ESTADO E POLÍTICA NA
AMERICA LATINA.**

**ELITES ECONÔMICAS E PARTIDOS POLÍTICOS:
ANALISE SOBRE O POTENCIAL DE GOVERNABILIDADE DA ELITE ATRAVÉS DO
FINANCIAMENTO PARTIDARIO NO BRASIL.**

LUCAS ARANTES MIOTTI

Foz do Iguaçu
2017



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIENCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA- SOCIEDADE
ESTADO E POLÍTICA NA AMERICA LATINA.**

**ELITES ECONÔMICAS E PARTIDOS POLÍTICOS:
ANALISE SOBRE O POTENCIAL DE GOVERNABILIDADE DA ELITE ATRAVÉS DO
FINANCIAMENTO PARTIDARIO NO BRASIL.**

LUCAS ARANTES MIOTTI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Estado e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia- Sociedade, Estado e Política na América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Mesquita

Foz do Iguaçu
2017

LUCAS ARANTES MIOTTI

ELITES ECONÔMICAS E PARTIDOS POLÍTICOS:
ANALISE SOBRE O POTENCIAL DE GOVERNABILIDADE DA ELITE ATRAVEZ DO
FINANCIAMENTO PARTIDARIO NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Estado e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia- Sociedade, Estado e Política na América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Lucas Ribeiro Mesquita
UNILA

Prof. Dr. Marcelino Teixeira Lisboa
UNILA

Foz do Iguaçu, 22 de junho de 2017.

Dedico este trabalho a todos/as que sonham por um mundo sem desigualdades, buscam expor as realidades e mudar os espaços em que vivemos. Dedico as pessoas que são a base deste sistema injusto que as machuca diariamente, e que nós da “ciência”, muitas vezes fingimos não ver. Dedico a aqueles que acreditam que a ciência é imparcial, para que eles vejam que o mundo não é neutro e que devemos nos posicionar perante aos nossos problemas sociais.

Mas dedico principalmente a aqueles que passaram por este mundo como a luz do sol, iluminando aqueles que o rodeavam, as minhas avós Ana e Lourdes e aos meus tios Benedito e Claiton. Admiráveis pessoas que onde quer que estejam em este momento, continuam sendo a luz que ilumina o dia a dia de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador Lucas Mesquita, pela ajuda, conselhos, conversas e dedicação, sem isso o trabalho não teria sido concluído.

Agradeço também a minha família que sempre me apoiou em meus sonhos e que esteve ao meu lado nos momentos bons mas principalmente nos momentos ruins. Tudo que eu consegui até os dias hoje eu devo muito a vocês minha mãe Ines, meu pai Rodney, meu irmão Rodney Junior, minha Tia Cleiri e minha prima Renata. Pessoas que são a personificação da palavra família. Obrigado por tudo.

E também tenho que realizar um agradecimento a pessoa que esteve dia a dia comigo em esta saga, a minha companheira Karen. Pessoa que compartilhou comigo seu amor e que sou muito grato por todos os momentos que pude ter com você, e espero viver muito mais. Sem você eu não teria alcançado as coisas que alcancei. Te Amo muito, minha companheira de vida.

Agradeço aos amigos que fiz durante minha caminhada pela terra das cataratas, Caio, Rafael, Peterson, Gabriela, José Bruno, Guilherme, Pablo, M.T, Fran Mamadou, Fernando Alcolea, Junior, Victoria, Fran e todos aqueles que contribuíram nesta minha etapa de vida.

“Todavia não é nossa função controlar todas as marés do mundo, mas sim fazer o que pudermos para socorrer os tempos em que estamos inseridos, erradicando o mal dos campos que conhecemos, para que aqueles que viverem depois tenham terra limpa para cultivar. Que tempo encontrarão não é nossa função determinar.”

J.R.R. Tolkien.

MIOTTI, Lucas Arantes. **Elites econômicas e partidos políticos**: análise sobre o potencial de governabilidade da elite através do financiamento partidário no Brasil. 2017. 118 p. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Ciência Política e Sociologia- Sociedade, Estado e Política na América Latina– Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o financiamento por parte das elites econômicas brasileiras, divididas entre bancos e empreiteiras, aos partidos políticos no Brasil. O objetivo é mostrar a existência ou não de uma governabilidade adquirida por estas elites por meio do financiamento partidário, que pode ser expressada no momento de nomeações para cargos dentro dos ministérios brasileiros. Desta forma, apenas se dedicará o estudo as empresas que tenham registros que financiaram os partidos políticos. Neste estudo, especificamente, busca analisar se a governabilidade que as elites adquirem com o financiamento, expressada na composição do Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, no Banco Central do Brasil e no Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). A pesquisa se desenvolveu por meio de uma metodologia qualitativa, utilizando os métodos de levantamento bibliográfico e análise de documentos, trazendo assim aportes teóricos e empíricos sobre a questão do financiamento de campanha e sobre as composições dos cargos dos órgãos públicos analisados. Além de trazer uma discussão teórica sobre a relação entre a democracia, o presidencialismo de coalizão e os grupos de interesses, focado principalmente no caso brasileiro. Ademais, busca-se no trabalho analisar as ações das empresas estudadas com o BNDES, como uma forma de devolução do dinheiro investido nos partidos políticos, onde analisa-se a liberação de créditos aos grupos donos das empresas que financiam os partidos, principalmente os donos das empreiteiras e também a participação dos bancos privados financiadores nas operações indiretas do BNDES. Portanto, o trabalho chegou na conclusão de que existe a influência das elites por meio do financiamento partidário, mas que no modo em que foi realizada a pesquisa, não foi possível comprovar integralmente a influência por meio da nomeação dos cargos, criando assim possibilidades para desenvolver outros estudos futuros.

Palavras-chave: Governabilidade. Partidos Políticos. Elites Econômicas. Financiamento Partidário. Democracia.

MIOTTI, Lucas Arantes. **Élites económicas y partidos políticos: análisis sobre el potencial de gobernabilidad de la elite a través del financiamiento partidario en Brasil.** 2017. 118 p. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Ciência Política e Sociologia- Sociedade, Estado e Política na América Latina– Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objeto de estudio el financiamiento por parte de las élites económicas brasileñas, dividido entre bancos y contratistas, a los partidos políticos en Brasil. El objetivo es mostrar la existencia o no de una gobernabilidad adquirida por estas élites por medio del financiamiento partidario, la cual puede ser expresada en el momento de nombramiento de cargos dentro de los ministerios brasileños. De esta forma, apenas se dedicará al estudio de las empresas que tienen registros en donde se demuestre que los partidos políticos fueron financiados. En este estudio específicamente, es expresada en la composición de Ministerio de la Hacienda, Ministerio de Planificación Presupuestaria y Gestión, en el Banco Central de Brasil y en el Banco Nacional de Desarrollo (BNDS). La investigación, se desarrolló por medio de una metodología cualitativa, donde se utilizó los métodos de levantamiento bibliográfico y análisis de documentos, trayendo así los aportes teóricos y empíricos sobre la cuestión del financiamiento de campaña y sobre las composiciones de los cargos de los órganos públicos analizados. Además, presenta una discusión teórica sobre la relación entre democracia, presidencialismo de coalición y los grupos de interés enfocándose principalmente en el caso brasileño. Con este trabajo, se buscó analizar las acciones de las empresas estudiadas con el BNDS, como una forma de devolución del dinero invertido en los partidos políticos, donde se observa la liberación de créditos a los grupos dueños de las empresas que financian los partidos, principalmente los dueños de las contratistas y también la participación de los bancos privados financiadores en las operaciones indirectas del BNDS. Por tanto, el trabajo llegó a la conclusión de que existe influencia de las élites por medio del financiamiento partidario, pero que del modo como fue realizada la investigación, no fue posible comprobar integralmente la influencia que estos ejercen por medio de nombramientos de cargos, creando así la posibilidad para desarrollar otros estudios futuros.

Palabras claves: Gobernabilidad. Partidos Políticos. Elites Económicas. Financiamiento Partidario. Democracia.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Países com presença do grupo Andrade Gutierrez	47
Imagem 2 – Países com presença da organização Odebrecht.	48
Imagem 3 – Países com presença do grupo OAS.....	50
Imagem 4 – Organograma das empresas do grupo OAS.....	50
Imagem 5 – Países com presença do grupo Camargo Correa.....	51
Imagem 6 – Países com presença do grupo Queiroz Galvão.....	53
Imagem 7 – Países com presença do grupo Santander.....	53
Imagem 8 – Países com atuações dos negócios da família Pentagna Guimarães através da empresa Magnesita.....	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organograma do Banco Central do Brasil no ano de 2011	61
Quadro 2 – Organograma do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no ano de 2011.....	67
Quadro 3 – Organograma do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) no ano de 2011.....	74
Quadro 4 – Organograma do Ministério da Fazenda no ano de 2011.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valores declarados do PT, PSDB, PMDB, PSB, PP e DEM nos anos de 2007 a 2011.....	35
Tabela 2 – Valores declarados do PT, PSDB, PMDB, PSB, PP e DEM nos anos de 2012 a 2014.....	35
Tabela 3 – Doadores registrados de PT, PCdoB, PSDB, PSDC e PRB no ano de 2007.....	36
Tabela 4 – Doadores registrados de PT, PSDB, DEM, PSB e PMDB no ano de 2008.....	37
Tabela 5 – Doações registradas de PT, PSDB, PCdoB, DEM e PTB no ano de 2009.....	38
Tabela 6 – Doações registradas de PT, PSDB, PMDB, PSB e DEM no ano de 2010.....	39
Tabela 7 – Doações Registradas de PT, PSDB, PMN, PRB e PV no ano de 2011.....	40
Tabela 8 – Doações registradas por PSDB, PSB, DEM, PT e PSD no ano de 2012.....	41
Tabela 9 – Doações registradas por PT, PSDB, PMDB, PSB e PSD no ano de 2013.....	42
Tabela 10 – Doações registradas por PT, PSDB, PMDB, PP e PSB no ano de 2014.....	43
Tabela 11 – Relação sobre quais partidos as empresas listadas financiaram durante todo o período analisado.....	45
Tabela 12 – Demonstração da importância de cada categoria nos cargos analisados do Banco Central do Brasil.....	87
Tabela 13 – Demonstração da importância de cada categoria nos cargos analisados do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.....	88
Tabela 14 – Demonstração da importância de cada categoria nos cargos analisados do Banco Nacional do Desenvolvimento.....	89
Tabela 15 – Demonstração da importância de cada categoria nos cargos analisados do Ministério da Fazenda.....	90
Tabela 16 – Valor liberado por ano pelo BNDES para o grupo Andrade Gutierrez.....	92
Tabela 17 – Valor liberado por ano pelo BNDES para o grupo Odebrecht.....	92
Tabela 18 – Valor liberado por ano pelo BNDES para o grupo OAS.....	93
Tabela 19 – Valor liberado por ano pelo BNDES para o grupo Queiroz Galvão.....	93
Tabela 20 – Valor liberado por ano pelo BNDES para o grupo Camargo Correa.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valores das doações recebidas pelos Partidos Políticos nos anos de 2010 a 2014.....	15
Gráfico 2 – Valores das doações recebidas pelos partidos políticos nos anos de 2007 a 2009.....	16
Gráfico 3 – Representação das Nomeações para os cargos do Bando Central do Brasil.....	66
Gráfico 4 – Representação das Nomeações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	73
Gráfico 5 – Representação das Nomeações do Banco Nacional do Desenvolvimento.....	79
Gráfico 6 – Representação das Nomeações do Ministério da Fazenda.....	86
Gráfico 7 – Operações realizadas pelo BNDES no ano de 2011 a 2012.....	95
Gráfico 8 – Operações Realizadas pelo BNDES nos anos de 2013 a 2014.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
DEM	Democratas
MPOG	Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão
MF	Ministério da Fazenda
NOVO	Partido Novo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
P.F	Pessoa Física
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
P.J	Pessoa Jurídica
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da Republica
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social

PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Republicano Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
SD	Solidariedade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PLURALISMO, PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO: UM DEBATE TEÓRICO SOBRE AS RELAÇÕES DOS CONCEITOS COM O BRASIL	17
2.1 PLURALISMO E GRUPOS DE INTERESSE: BRASIL PAÍS PLURAL OU CORPORATIVISTA?.....	17
2.2 UM DEBATE QUE PODE ALTERAR A NOÇÃO DE GOVERNABILIDADE: PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO	24
3 UM VINCULO INFRANGÍVEL: ELITES EMPRESARIAIS E PARTIDOS POLÍTICOS	32
3.1 A POLÍTICA NACIONAL DEPENDENTE DAS ELITES EMPRESARIAIS: O FINANCIAMENTO EM NOMES E NÚMEROS.....	32
3.2 A ORIGEM DO CAPITAL DAS ELITES FINANCIADORAS	46
4 A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM PODER, UMA ANÁLISE SOBRE A GOVERNABILIDADE DAS EMPRESAS ATRAVEZ DA FORMAÇÃO MINISTERIAL	57
4.1 A COMPOSIÇÃO DOS MINISTÉRIOS COMO FORMA DE INFLUÊNCIA DAS ELITES FINANCIADORAS	58
4.1.1 Banco Central	60
4.1.2 Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão	66
4.1.3 Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).	74
4.1.4 Ministério da Fazenda.....	80
4.1.5- Conclusão dos dados	86
4.2- A DEVOLUÇÃO DO DINHEIRO INVESTIDO: O BNDES COMO O CAMINHO DE VOLTA DO DINHEIRO QUE FINANCIOU OS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS.....	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
REFERENCIAS DE DOCUMENTOS.....	102

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise sobre a composição ministerial nos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e no Banco Central e no Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) a partir da relação entre o financiamento partidário decorrente de elites empresarias - banco e empreiteiras - e a governabilidade, visto que ambos setores do empresariado representam os doadores com as maiores cifras econômicas de doações aos partidos. O objeto deste estudo é a composição de cada ministério destacado a cima, que são formados a partir dos interesses das elites que financiam os partidos políticos no Brasil.

A pesquisa busca saber sobre o potencial de governabilidade que os bancos e empreiteiras adquirem através do financiamento partidário, durante o período de 2011 a 2014 levando em consideração a ação dos quatros ministérios antes mencionados. A seleção destes quatros ministérios, considerando assim o Banco Central e o BNDES como um ministério, ocorre pelo fato de considerar estes como órgãos públicos como espaços de tomadas de decisões que são de interesses dos setores empresariais identificados acima.

Portanto, a hipótese parte de que as elites empresariais, bancos e empreiteiras, utilizam do financiamento partidário como forma de estabelecer seus interesses através da formação ministerial, e que isso ocorre pelo fato de que elas financiam os partidos que tem a capacidade de posteriormente assumir cargos em espaços de interesses destas elites dentro do poder executivo nacional, adquirindo assim um potencial de governabilidade.

Sabe-se que o conceito de governabilidade é tratado muito mais como formação de governo ou controle do poder executivo ao legislativo. Mas, neste trabalho, considero que o conceito de governabilidade também pode ser usado para atores, que formalmente são considerados externos aos governos, como o caso do empresariado dos bancos e empreiteiras. Sendo assim, se supõem que os partidos perdem autonomia quando são financiados por estes setores, pois após o financiamento eles terão que corresponder com os interesses daqueles que os financiam. Dessa forma existe uma influência dos interesses empresariais na formação do governo, principalmente no momento de indicações daqueles que ocuparam os cargos de primeiro e segundo escalão dos ministérios. E isso será discutido ao desenvolver do trabalho.

Portanto, o desenvolvimento deste trabalho torna-se relevante, justamente pelo conceito de governabilidade ser trabalhado além das ações do governo com o legislativo, e que pode ser utilizado para os atores que concentram grande poder de influência para as decisões desse governo, e que não necessariamente fazem parte do mesmo.

Além disso, por meio da relação das elites empresariais e a governabilidade, se problematiza a concepção e os processos democráticos no Brasil, questionando principalmente os espaços de participação e representação da sociedade civil, que de certa forma, se vê dominadas por interesses de pequenos grupos elitistas.

Dessa maneira se utilizará uma metodologia qualitativa, com o objetivo de fazer uma análise sobre as formações dos ministérios e o quanto eles podem beneficiar seus financiadores. Para cumprir tal objetivo será efetuada uma análise de documentos sobre a composição dos ministérios que se consideram chaves para os financiadores.

Oliveira (2013), denomina como metodologia qualitativa como um processo de reflexão e análise da realidade mediante o uso de métodos e técnicas com o objetivo de chegar a compreensão detalhada do objeto de estudo. E dentro da metodologia qualitativa estão as pesquisas documentais e as pesquisas bibliográficas.

No trabalho se realizará os dois tipos de pesquisas para chegar ao objetivo, mas é muito importante definir cada tipo de pesquisa e mostrar a diferença entre elas. Gil (2002) argumenta que a pesquisa documental assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica, tendo como diferença fundamental a natureza das fontes destas pesquisas. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza as contribuições de diversos autores sobre o assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico. Mas é importante advertir que a utilização de um método não exclui a utilização do outro, ambos podem se complementar enquanto método de coleta de dados (PÁDUA, 2004).

O trabalho está estruturado desta maneira para otimizar as vantagens dos dois tipos de pesquisa, tanto a vantagem de permitir a cobertura de uma gama maior de fenômenos que traz as pesquisas bibliográficas, quanto trabalhar com fontes primárias, sem intervenção de outro investigador, fontes estas ricas em conteúdo e que geram dados estáveis (GIL, 2002).

Portanto, para alcançar o objetivo o trabalho está dividido em três

capítulos. O primeiro capítulo se realizará uma discussão sobre Democracia, Pluralismo e grupos de interesses, em conjunto com os debates teóricos sobre Presidencialismo de Coalizão, Financiamento de Campanha e Governabilidade. O segundo capítulo é utilizado para expor os dados coletados para realizar a pesquisa, ressaltando que não foi dedicado a coleta dos dados apenas do período em que a análise vai ser realizada, mas buscou-se realizar um banco de dados que abrange desde o ano de 2007, ano que começa a tabulação de recibos de financiamento do TSE, até 2014, com o fim de ressaltar a problemática deste trabalho sobre quem são os financiadores privados dos partidos, o quanto eles financiam, quanto vezes participaram ao longo do tempo e quais são seus ganhos por traz desse investimento. E por fim o terceiro capítulo é dedicado para a análise mais profunda dos dados, para buscar a comprovação ou reprovação da hipótese proposta inicialmente.

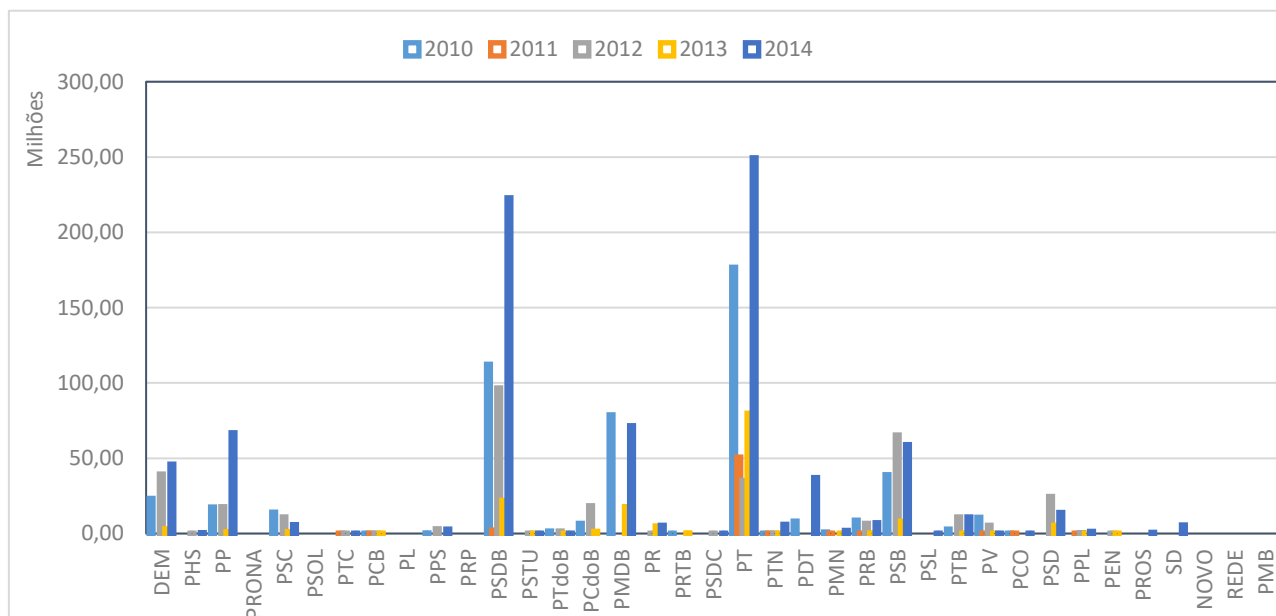
As fontes que se utilizarão para pesquisa e formação de banco de dados serão os sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde se encontra todas as informações sobre os financiamentos partidários declarados pelos partidos políticos. Também se utilizará como fonte os sites dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Banco Central e do BNDES em conjunto com documentos solicitados via E-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), sendo estes as fontes dos documentos necessários para a realização da análise.

Com os dados do TSE, se realizará gráficos e tabelas com o fim de mostrar as quantidades comparadas por ano de cada partido, os partidos que mais ganham por ano e quais são os principais financiadores desses partidos, com o fim de ver se existe uma repetição de empresas em diferentes partidos de diversas frentes ideológicas. Com os dados dos ministérios, se realizará uma análise de perfil dos ministros e das pessoas que ocupam os cargos mais próximos dos ministros, com o intuito de ver os seus vínculos com as empresas financiadoras.

Como forma de introdução a problemática se apresenta o gráfico abaixo, o qual se observa as doações recebidas por todos os partidos políticos registrados no TSE, durante os anos de 2010 a 2014. Desta maneira, vemos que existe uma hegemonia nas doações durante este período, liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que na época era o partido governista, e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), principal partido de oposição no mesmo período. Essa hegemonia também vai aparecer nos anos anteriores, mais especificamente de 2007 a 2009, onde os valores extraídos são baseados nos dados apresentados pelo TSE,

que inicia sua tabulação no ano de 2007.

Gráfico 1- Valores das doações recebidas pelos Partidos Políticos nos anos de 2010 a 2014.



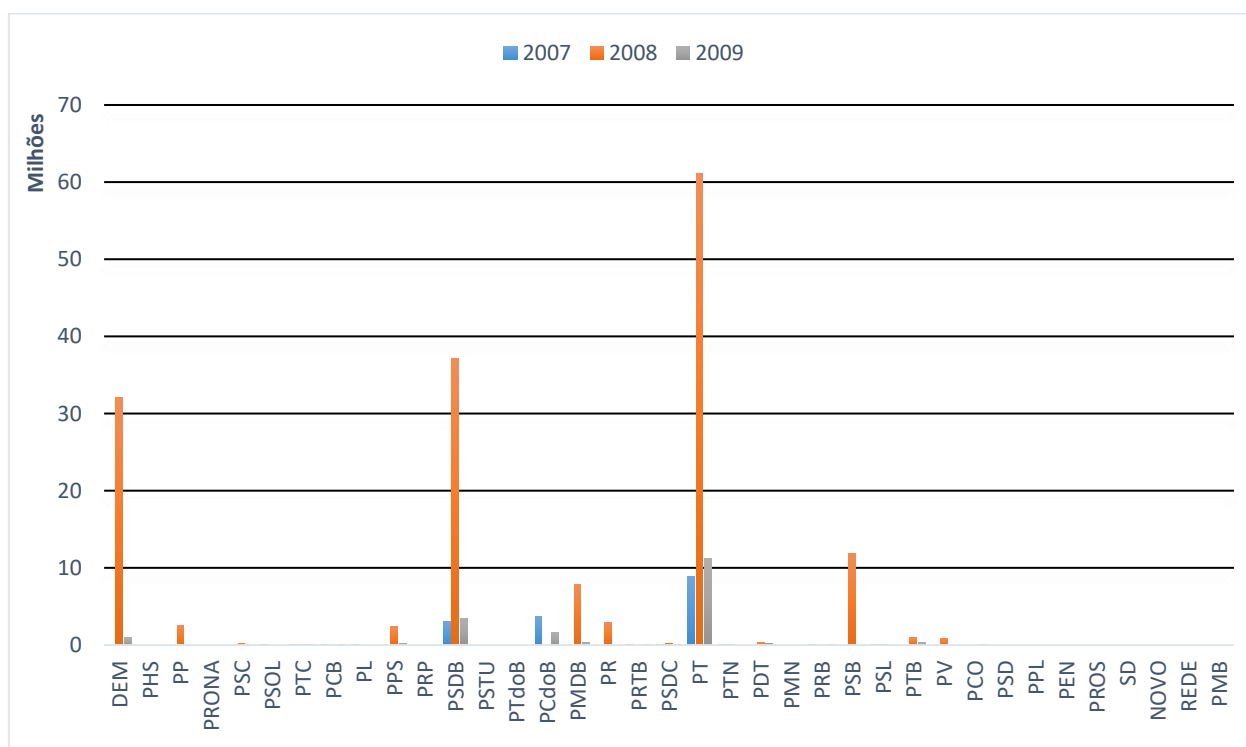
Fonte: autor, a partir dos documentos de doações registrados pelos partidos na base do TSE nos anos de 2010 a 2014.

Ressalta-se que os partidos evidenciados acima que não aparecem nas barras de demonstração de valores são os partidos que não apresentaram registros dos anos, caso do Partido Liberal (PL) e Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) que são partidos extintos e Partido Social Democrático (PSD), Partido Pátria Livre (PPL), Partido Ecológico Nacional (PEN), Partido Republicano da Ordem Social (PROS), Solidariedade (SD), Partido Novo (NOVO), Rede Sustentabilidade (REDE) e Partido da Mulher Brasileira (PMB) que são partidos que foram criados neste mesmo período porém em anos diferentes, e por isso no começo do período não apresentam nenhum valor demonstrado. Também não são demonstrados partidos que receberam valores muito baixos comparados aos outros apresentados, como o caso do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Os valores mostram também um aumento nas doações significativas em épocas de eleições, principalmente as eleições nacionais de 2010 e 2014, as quais possuem os maiores valores recebidos por quase todos os partidos políticos demonstrados acima. Principalmente no ano de 2014, que foi o ano onde se teve mais registros das doações, totalizando 26 partidos que registraram os valores recebidos.

Por outro lado, no gráfico apresentado abaixo nos traz a representação das doações nos anos de 2007 a 2009, cujo objetivo é demonstrar que a hegemonia de doações é do PT e do PSDB desde antes dos anos apresentados no gráfico anterior, e evidenciando a hipótese de que em anos de eleição, sejam elas nacionais ou municipais os valores aumentam. No entanto, determinados partidos continuam recebendo doações mesmo em anos sabáticos eleitoralmente. Os partidos que não são representados por barras seguem a mesma regra apresentada acima.

Gráfico 2- Valores das doações recebidas pelos partidos políticos nos anos de 2007 a 2009.



Fonte: autor, a partir dos documentos de doações registrados pelos partidos na base do TSE nos anos de 2007 a 2009.

Por fim, vale ressaltar que os dados apresentados acima advertem a problemática desse trabalho. Assim, nos capítulos posteriores, se busca mostrar, teórica e empiricamente, de que forma os interesses das elites financiadores se transpõem para a lógica de formação de governo, e como o governo retribui o investimento feito por estes mesmos financiadores.

2 PLURALISMO, PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO: UM DEBATE TEÓRICO SOBRE AS RELAÇÕES DOS CONCEITOS COM O BRASIL

O objetivo desse capítulo é apresentar concepções teóricas de como as elites econômicas adquirem um potencial de governabilidade através do financiamento partidário. Para isso se viu necessário dividir o capítulo em duas partes, na primeira, se trabalhará sobre democracia, pluralismo e grupos de interesse. A segunda parte, se discutirá sobre presidencialismo de coalizão, financiamento de campanha e governabilidade. Dessa maneira partiremos com um debate mais amplo sobre democracia e pluralismo, junto com os grupos de interesses, que são conceitos que se relacionam facilmente com o caso brasileiro, para posteriormente afunilar o debate e focar-nos nas questões de funcionamento de governo no Brasil, com base no debate sobre o presidencialismo de coalizão. Em seguida, se analisará uma das problemáticas desse sistema, que é o financiamento de campanha, para que por fim se possa discutir sobre governabilidade e demonstrar como este conceito pode ser utilizado para atores que não necessariamente estão presentes dentro do Estado, como antes mencionado, é o caso das elites econômicas.

2.1 PLURALISMO E GRUPOS DE INTERESSE: BRASIL PAÍS PLURAL OU CORPORATIVISTA?

Nesta primeira parte do capítulo, se discutirá sobre democracia, principalmente sobre o que deve-se fazer para ser democrático, na perspectiva de Dahl (1989), Downs (2013) e Mouffe (2003), para que posteriormente discutamos grupos de interesses e suas ações na democracia, tendo como referência, Valente (2015) e Granados e Knoke (2005). Ampliando a discussão por meio de diversas abordagens e perspectivas.

Primeiramente, segundo Dahl (1989), uma característica essencial da democracia é a preocupação do governo em atender as preferências de seus cidadãos, sendo que todos são considerados politicamente iguais. Assim, democracia é considerada como um sistema político que tem como um de seus pilares a qualidade de ser responsivo a seus cidadãos.

Segundo Dahl (1989), para que isso ocorra naturalmente é necessário

que todos os cidadãos tenham oportunidades plenas de formular suas preferências, de expressar suas preferências livremente, através de ações individuais ou coletivas, e que estas sejam consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência.

De acordo com Dahl (1989), existem algumas características de uma democracia para que o sistema de um país seja democrático. Destacam-se oito requisitos essenciais para que as preferências dos cidadãos sejam igualmente consideradas nas condutas do governo. Sendo a primeira, a liberdade de formar e aderir a organizações, que vem conjuntamente com a liberdade de expressão. O direito a voto e eleições livres e idôneas, são os requisitos que quando adquiridos por maior parte da população, maior se torna a contestação pública. Também, quando aumenta a proporção de cidadãos que gozem desses direitos, pode-se dizer que mais inclusivo é o regime.

Outros requisitos são elegibilidade para cargos públicos, direito de líderes políticos disputarem apoio, fontes alternativas de informação. Por último, que existam instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras formas de manifestações de preferências. Essas características variam de regime a regime, e a partir disso se pode realizar comparações entre diferentes países para analisar quais são mais democráticos (DAHL, 1989).

Com uma perspectiva diferente e utilizando mais a teoria econômica e o mercado para pensar os processos democráticos, Downs (2013), relata que para um governo ser democrático, deve primeiramente ocorrer eleições populares periódicas, nas quais apenas um único partido ou uma coalizão é eleita para formar o governo.

Assim também, Downs (2013), ressalta outras características para que se possa obter um regime democrático. Sendo estes, que todos os adultos residentes permanentes na sociedade que de acordo com essa lógica são normais e agem de acordo com as leis do país são qualificados para votar em cada eleição, onde cada eleitor pode depositar apenas um voto por eleição. Outro ponto sobre este assunto, é que também nenhum partido no poder pode restringir as atividades políticas de qualquer cidadão ou de outros partidos.

Assim, para Downs (2013), o objetivo central das eleições numa democracia é selecionar um governo. Dessa forma, qualquer cidadão é racional quanto as eleições, se suas ações lhe possibilitam desempenhar seu papel na seleção

eficiente de um governo.

Com outra perspectiva, segundo Mouffe (2003), uma sociedade democrática apresenta uma esfera pública vibrante, onde muitas visões conflitantes podem ser expressadas e onde há uma possibilidade de escolha de projetos alternativos legítimos. A partir disso, a teoria política democrática dominante é incapaz de captar as diversas formas de antagonismos que surgem a partir do nosso mundo globalizado. Dessa maneira, surge um novo modelo de regime democrático que se denomina “pluralismo agonístico”.

Para compreender esse novo modelo apresentado, se propõe uma distinção entre “o político” e a “política”. Sendo que este último, faz menção ao conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são conflituosas pelo fato de que são afetadas pela dimensão do “político”. Sendo que esse, se refere a uma “dimensão do antagonismo que é inerente a todas as sociedades humanas, antagonismo que pode assumir formas muito diferentes e emergir em relações sociais diversas” (MOUFFE, 2003: 4).

“É apenas quando admitimos esta dimensão do “político” e entendemos que “política” consiste em domar a hostilidade e tentar neutralizar o antagonismo que existe nas relações humanas, que podemos posicionar a questão fundamental para a política democrática “(MOUFFE, 2003:5).

Com isso podemos perceber que não existe um consenso entre os autores sobre o que deve-se fazer para ter um regime democrático, e se trouxéssemos mais autores que discutem a teoria democrática, continuaríamos vendo que as divergências de ideias e perspectivas tendem sempre a crescer. As divergências ocorrem até com os autores considerados como pluralistas, Dahl (1989) e Mouffe (2003), que também não compartilham totalmente do mesmo ideal de ser democrático como foi expressado acima.

Sendo assim, Dahl (1989) afirma que não existe nenhum país que seja totalmente democratizado, por mais que tenha características similares com todas as expostas acima. Dessa forma, surge o conceito de políarquias, como denominação dos regimes nos países que estão mais próximos do ideal de democracia. As políarquias são sistemas substancialmente liberais e populares, ou seja, é um sistema muito representativo e que também são abertos ao debate público.

Isso nos traz a reflexão de que a democratização é formada por pelo menos duas dimensões, a contestação pública e direito de participação. Isso pelo fato

de que mesmo que se desenvolva um sistema de contestação pública, esse não se torna necessariamente um sistema democrático ou vice-versa (DAHL, 1989).

Com base em Dahl (1989), as chances para a Poliarquia dar certo, estão diretamente ligadas com a força da crença dos civis e dos militares neste regime, pelo fato de que militares organizados não podem interferir na arena política quando algo ocorre em desacordo com eles, mas sim manter o sistema de decisão.

Dessa maneira, para que haja um cenário favorável para a política competitiva, o acesso aos meios de repressão tem que estar disperso entre os atores políticos, ou seja, que este seja disponibilizado tanto para o governo quanto para oposição, ou ser negado para os dois. Ressalta-se que quando se fala de meios de repressão se pensa em dois eixos, o da repressão por violência e por sanções econômicas. Quando ocorre esse cenário favorável, se denomina como ordem social pluralista (DAHL, 1989).

Assim, Dahl (1989) ressalta que uma ordem social pluralista, consequentemente uma Poliarquia, existem a partir de um país com uma ordem econômica descentralizada, e que provavelmente a contestação pública não existirá em um país com a ordem econômica altamente centralizada, independente qual for a forma de propriedade, seja ela privada ou não, porque a propriedade privada não é uma condição necessária para a construção de uma Poliarquia.

Dulci (2007) expressa, que a política é uma esfera de ações e de decisões que afetam a vida de todos os membros de uma sociedade. Então o ideal democrático de participação dos cidadãos se torna um objetivo a ser alcançado. A efetividade da cidadania, depende igualmente de condições sociais e econômicas, como educação e renda, que assim propiciem o exercício dos direitos de cada um.

Sendo assim, vemos que a educação é um fator indispensável para a formação de cidadãos. O que antes era monopólio de uma elite fechada, o acesso universal a educação de qualidade, representa um poderoso instrumento para a capacitação para uma vida política. E mais que tudo, a ampliação das oportunidades educacionais, permite que o mérito e a competência se contraponham a privilégios herdados como critérios de valorização social (DULCI, 2007).

Seguindo a mesma lógica, Avelar (2007) exalta que o ideal democrático supõe o envolvimento dos cidadãos em diferentes atividades políticas, onde tais atividades são reunidas na expressão “participação política”. Nesta expressão está sempre ligada a ideia de soberania popular, transformando assim a

participação política em um instrumento de legitimação e fortalecimento das instituições democráticas e também de ampliação dos direitos de cidadania.

Ressalta-se que existem várias formas de participação política, que variam de acordo com a realidade de um país ou da região, suas tradições culturais e principalmente da condição social daqueles que participam. Portanto, a lógica de organização e participação acaba não sendo sempre a mesma (AVELAR, 2007).

Dessa forma, podemos dizer que a inserção política de membros provenientes das elites acabam sendo bem diferenciados daqueles indivíduos que não pertencem a esses grupos. Se torna mais fácil para os primeiros se iniciarem em atividades dos partidos políticos, nas entidades corporativas e se alçarem aos cargos políticos (AVELAR, 2007).

Assim, Pizzorno (1975 apud Avelar, 2007) menciona que a participação é a ação que se desenvolve em solidariedade com outros no âmbito do Estado ou de uma classe, com o objetivo de modificar ou conservar a estrutura, e dessa maneira os valores, de um sistema de interesses dominantes.

Por mais que possa dizer que esta definição pode levar a uma grande amplitude de participação, ela nos leva a refletir como se dá as participações em nossas realidades e principalmente, de quem são os interesses que são dominantes neste sistema que se apresenta com maior representação do que de participação?

O que ocorre muitas vezes, segundo Avelar (2007), é que existe uma excessiva ênfase sobre o voto como forma principal de participação, o que oculta os meios pelo quais os segmentos provindos da não-elite se organizam e se manifestam. E isso acontece particularmente em países onde se tem uma elite que contorna o sufrágio universal, seja através do clientelismo ou seja através da violência e da repressão.

Neste sentido, para Valente (2015), a tradição do pensamento pluralista argumenta que o poder político é disperso e fragmentado entre grupos de interesses e que os processos de decisão político ocorrem através de uma complexa interação, de competição e barganha, entre as diferentes agrupações, todas buscando defender seus interesses.

Assim podemos perceber que quanto maiores forem os espaços de participação e contestação, maiores seriam o número de pessoas representadas por grupos de interesses. Isso nos mostra que estes grupos possuem um papel muito importante quando falamos de sistemas representativos, também pelo fato de

servirem como instrumentos de pressão além de representação. Para que desse modo haja um concreto posicionamento de parcelas da população em processos decisórios de determinadas políticas públicas, que seja sempre do interesse deste mesmo grupo (VALENTE, 2015).

Com isso podemos ver que em um regime democrático existem diversos grupos de interesses que podem ser dos mais variados seguimentos da sociedade, com o fim de possivelmente ser uma ferramenta a mais de participação. Mas vemos que isso não ocorre bem assim, ainda mais em países, como o Brasil, que existe uma desigualdade muito alta e um nível de educação muito baixo.

Em essa lógica, Granados e Knoke (2005), restringem ao termo grupos de interesse para designar qualquer ator político, que normalmente é constituído por uma organização formalmente estruturada com uma composição limitada e uma liderança distinta e papéis participativos, cujos objetivos incluem procurar influenciar as atividades de formulação de políticas públicas de funcionários públicos, sejam eles eleitos ou nomeados.

Portanto, os grupos de interesse são formados predominantemente por pessoas dos setores privados, cujos membros são pessoas físicas ou outras organizações com os mesmos objetivos, que agregam com recursos financeiros ou com outros membros, para assim em ação coletiva utilizar da política convencional para afetar as formulações das políticas (GRANADOS; KNOKE, 2005).

Se pensarmos a partir da realidade brasileira, os índices de desigualdade e educação afetam os níveis de participação de uma maneira que transforma a noção de grupos de interesse em apenas grupos empresariais que tendem a influenciar a política a seu favor, pelo fato de que são pouquíssimos grupos, e muitas vezes silenciados os que surgem desde uma perspectiva popular.

Um destaque realizado por Granados e Knoke (2005) é que as empresas privadas, em geral, não se empenham sozinhas para influenciar as atividades políticas, por isso elas sozinhas não podem ser chamadas de grupos de interesses. Com exceção de grandes empresas que tentam influenciar nas decisões de interesse econômico. Uma realidade que vai se mostrar mais explícita com os dados apresentados no próximo capítulo.

Segundo Granados y Knoke (2005), em questão organizacional, os grupos de interesse reúnem recursos financeiros e políticos que são contribuídos por seus membros e apoiadores individuais, superando as fraquezas de pessoas ou de

organizações isoladas. Dessa maneira coordena ações conjuntas que se dirigem a políticos de influência.

Assim para Truman (1951 apud Valente, 2015), a posição dos grupos de interesse na sociedade, suas características, como organização, liderança, recursos políticos e também as características das instituições governamentais, como estrutura e permeabilidade de influência, afetam sim o resultado das decisões governamentais. Levando em consideração que essa é uma perspectiva que surge a partir do sistema político estadunidense e que para entender o sistema político desse país, apenas seria possível após a compreensão do papel dos grupos de interesses nos processos políticos.

Por mais que o autor escreva sobre o sistema político estadunidense, o pensamento dele nos pode servir para buscar compreender melhor o nosso sistema político, muito pelo fato de que o sistema brasileiro foi inspirado no sistema político estadunidense, em suas tradições federalistas e pluralistas, por mais que tenha ocorrido profundas modificações e diferenciações durante os anos, mas a essência pode-se considerar que continua a mesma.

Pensando sobre uma forma que seria divergente ao pluralismo apresentado acima, Granados e Knoke (2005) comentam sobre o corporativismo, que se caracteriza pelo papel de liderança do estado para ministrar a participação de grupos de interesses em processos políticos. E isso gera uma cooperação e uma reciprocidade explícitas, oficialmente reconhecidas e regulares entre esses grupos de interesses e o estado. E dessa maneira, os grupos de interesse não fazem apenas parte dos processos legislativos, mas sim também auxiliam o estado para a implementação das políticas públicas, nas quais eles mesmo concordem.

Os grupos de interesse no corporativismo são explicitamente incorporados ao estado, tornando os agentes não mais apenas empresas privadas, mas sim atores públicos com responsabilidade prover estabilidade e previsibilidade na tomada de decisão de determinados tipos de políticas.

Dessa forma, podemos pensar que em países essencialmente plurais, mas com altos índices de desigualdade e baixos níveis de educação, as formas de participação vão tender muito mais a ser ocupadas por grupos de interesses que representam os ideais de uma elite, muitas vezes de um cunho empresarial.

E que desta maneira, existe um corporativismo travestido de pluralismo, porque temos grupos de interesses agindo com o aval indireto do estado,

e utilizando outras ferramentas de influência nas produções e decisões sobre as políticas públicas. No Brasil, uma dessas ferramentas de influência, que vai ser discutido em mais profundidade na próxima seção, é o financiamento partidário. Onde as empresas financiam os principais partidos para garantir sua legitimidade de ação perante ao estado.

2.2 UM DEBATE QUE PODE ALTERAR A NOÇÃO DE GOVERNABILIDADE: PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO

Em este momento, se dedicará em debater as questões sobre o presidencialismo de coalizão, enfocando no caso brasileiro e suas compilações institucionais e organizativas, com o fim de mostrar as estruturas e funcionamento das tomadas de decisões deste sistema político. Partindo desta perspectiva é possível entrar em uma problemática desse sistema, que é o financiamento partidário, para assim discutir como isso pode alterar a noção de governabilidade.

Primeiramente, se vê necessário ressaltar, que o Brasil no período de sua redemocratização adotou um modelo presidencialista, governado em coalizão, federativo, proporcional e multipartidário, como uma forma de redução das disparidades sociais e como um desenho de diminuição do conflito que existia no país.

Dessa maneira, segundo Abranches (1988), os sistemas políticos são muitas vezes reflexos da sociedade no qual estão inseridos, e que em um plano macrossociológico, a sociedade brasileira se encontra em um fracionamento da estrutura de classes, que determina a multiplicação de demandas e a exacerbação de conflitos.

Em um plano macroeconômico, essa heterogeneidade revela graves conflitos distributivos, disparidades técnicas e desníveis de renda. E que consequente em um plano macropolítico, se observa grandes disparidades de comportamento, desde formas mais atrasadas de clientelismo até comportamentos ideologicamente estruturados, onde Abranches (1988) diz que existe uma “pluralidade de valores”.

Esta pluralidade muito se ampliou pelo fato da estrutura econômica que alcançou diversidade e grande complexidade, da estrutura social que tornou-se mais diferenciada, ou seja, adquiriu maior densidade organizacional, persistindo, porém, em grandes descontinuidades, marcadas heterogeneidades e profundas desigualdades. Pluralidade esta que exacerbou a competitividade e alargou o escopo

do conflito em todas suas dimensões (ABRANCHES,1988).

Assim, Abranches (1988) ressalta, que a capacidade de formar maiorias estáveis e a necessidade de recorrer a coalizões não são exclusivamente determinadas pela regra de representação, nem pelo número de partidos mas também pelo perfil social dos interesses, pelo grau de heterogeneidade e pela pluralidade na sociedade.

O presidencialismo de coalizão, segundo Abranches (1988), é um sistema caracterizado pela instabilidade, de alto risco e cuja sustentação baseia-se, na capacidade de negociação do poder executivo e de sua disposição de respeitar estritamente os pontos ideológicos considerados inegociáveis, os quais nem sempre são explícitas no momento de formação da coalizão.

Para Limongi e Argelina (1998), este sistema é uma explosiva combinação entre o presidencialismo e um sistema pluripartidário “baixamente” institucionalizado, onde dependeria da engenharia institucional para funcionar.

O fato do princípio proporcional e a lista aberta terem continuado a comandar o processo de transformação de votos em cadeiras legislativas, afirmam que a base institucional que determina a lógica do funcionamento do sistema político brasileiro se manteve o mesmo criado em 1946. Dessa maneira poderia esperar um sistema inoperante ou em caso mais extremo paralítico, pelo fato de que se caracterizaria por ser um sistema político onde se tem um presidente impotente e fraco se contrapondo a um legislativo povoado e carente de disciplina (LIMONGI E FIGUEIREDO, 1998)

No entanto, a característica central do presidencialismo brasileiro é do governo de coalizão. Neste modelo de governo, o executivo perde a centralidade unipessoal, o presidente, dessa forma distribui o poder de decisão entre a coalizão, que se torna relevante em este sistema. Assim, passa ocorrer uma ação dupla por parte do presidente, onde primeiro ele utiliza de seus aparatos institucionais para centralizar a tomada de decisões, mas também, os descentraliza através da composição da coalizão (PALERMO,2016).

Dessa maneira, o executivo se encontra em uma posição estrategicamente favorável para negociar com os parlamentares e seus partidos. O executivo pode explorar, de uma forma estratégica, o controle que tem sobre bens relacionados com o exercício do poder para reduzir os “custos” do apoio recebido. Como o presidente obtém o monopólio para o acesso a recursos públicos, o mesmo

pode tirar vantagens estratégicas para a formação de sua coalizão de governo (LIMONGI E FIGUEIREDO,1998).

Para Limongi e Figueiredo (1998), um presidente que é dotado de amplos poderes legislativos é capaz de impor uma agenda de trabalho legislativo, e assim, induzir parlamentares a cooperação. E conta também um fator muito importante para indução da cooperação dos congressistas, o controle sobre o acesso aos postos do governo.

A baixa autonomia do poder legislativo na formulação de políticas públicas, segundo Limongi e Figueiredo (1998), leva ao aumento da importância na participação do governo para os parlamentares, que visam a manutenção de seus cargos em eleições futuras. Assim, o controle de cargos que obtém o chefe do executivo, se torna um mecanismo de cobrança de disciplina partidária.

Segundo Palermo (2016), o sistema político brasileiro funciona através de um pivô: um presidente forte. Contudo, existem várias estratégias utilizadas pelo presidente para alcançar a cooperação dos parlamentares, tendo sempre em consideração que ambos atores têm divergências em suas agendas. Para Shugart e Carey (1992 apud Palermo, 2016), um presidente forte tende a não buscar cooperação no congresso, pelo mesmo fato de serem fortes impõem suas vontades.

Os incentivos a negociação, provem, em certa medida, das ferramentas pró-ativas do presidente, mas principalmente dos equilíbrios institucionais entre os atores que são induzidos a cooperar. Porém, o domínio depende muito mais da capacidade do presidente em organizar a cooperação, do que de seus recursos para impor sua agenda (PALERMO, 2016).

Assim, Abranches (1988) ressalta, que a frequência de coalizões reflete na fragmentação partidário-eleitoral, que por sua vez está ligada às diferenciações socioculturais. Dessa forma é nas sociedades mais divididas e mais conflitivas que a governabilidade e a estabilidade institucional requerem a formação de alianças e maior capacidade de negociação.

Isso nos mostra que por mais que o presidente tenha grandes poderes legislativos, se ele pretender governar sozinho, irá ter um governo fracassado, muito pelo alto número de membros dentro do legislativo que buscam sempre seu espaço nos cargos do governo, e vão sempre estar barganhando com o governo para que isso ocorra (LIMONGI E FIGUEIREDO,1998).

Segundo Abranches (1988), a lógica de formação das coalizões tem

dois eixos, o partidário e o regional ou estadual. E isso ocorre pelo fato de que as grandes coalizões são feitas através do cálculo relativo a base de sustentação política do governo, que não é mais apenas partidário-parlamentar, mas também regional ou estadual.

Mas formar a coalizão não significa que haverá uma restrição ao poder do presidente, porque, segundo Freitas (2016), é a própria coalizão que torna o poder do presidente efetivo¹. E isso ocorre porque o presidente antecipa que sem a coalizão para formar uma maioria no congresso, é praticamente impossível aprovar qualquer projeto referente a sua agenda.

A teoria das coalizões mostra que a análise de estruturas políticas e sociais mais homogêneas e estáveis induz a uma ênfase maior em coalizões que minimizem o número de parceiros e maximizem as proximidades ideológicas entre eles. Para que dessa forma se reduza os riscos e contrariedades que ocorrem quando se forma alianças mais amplas e diversificadas (ABRANCHES, 1988).

Mas, um dos problemas que se vê como primordial para essa discussão, é justamente o financiamento das atividades políticas, pelo fato de que é um dos aspectos que ajuda a aprofundar a crise de representação. Para Palermo (2016), a proximidade entre elites corporativas e candidatos políticos enfraquece os partidos, além de minar sua legitimidade, já que o eleitorado percebe a relação entre política e negócios como negativa.

Os interesses das elites corporativas influenciam as eleições e o processo político... a disputa presidencial é quase inteiramente financiada por contribuições das empresas... ponto-chave, a ausência de influência nacional das partes sobre a distribuição de fundos de campanha² (SAMUELS, 2006, apud PALERMO, 2016:11, tradução própria).

Lazzarini (2011 apud Palermo, 2016) criou um conceito muito interessante, denominado “Capitalismo de Laços”, que é uma forma de representação dos agentes econômicos no Brasil, que é altamente assimétrico e sempre inclinado a favor dos agentes econômicos. E isso ocorre muito pelo elevado número de

¹Mas isso não quer dizer que formar coalizões é uma tarefa fácil, para Martin e Vanberg (2011 apud Freitas 2016), os governos que são multipartidários são marcados por uma tensão intrínseca internamente, pela dificuldade de unir diversos partidos, com variedades de preferências, em torno de uma única agenda de governo. O autor ressalta que isso vale tanto para sistemas presidencialistas como para sistemas parlamentar, e que no interior do legislativo é onde se expressa essa tensão mas que também é onde constroem um consenso.

² Texto original: *the interests of corporate elites influence elections and political process... the presidential dispute is almost entirely funded by companies' contributions... key point, the absence of national influence of parties on the distribution of funds of campaigns.*

empresários que compõem as cadeiras parlamentares.

Vemos dessa forma que as instituições do presidencialismo de coalizão, começando com as regras eleitorais, conseguiram fazer muito pouco para minimizar esse desequilíbrio. Assim, acaba existindo um “capitalismo de amigos” de uma forma dual, ou seja, a combinação de um setor mais próximo de um “capitalismo de camaradagem”, e outro presidido por formas mais institucionalizadas, um “capitalismo de laços” (PALERMO, 2016).

Dessa maneira, Stigler (1971 apud SANTOS.M et al, 2015) utiliza dois pressupostos básico para falar sobre a relação entre financiamento e políticos. O primeiro é que o estado, como uma entidade coercitiva, se constitui numa fonte de potencial de recursos ou ameaças de todas atividades econômicas. E o segundo ponto é que os sistemas políticos, que são responsáveis pela disponibilização desses recursos e ameaças, são racionalmente constituídos. Dessa forma, as elites que buscam poder político, deve buscar diretamente com o “vendedor”, no caso os próprios partidos políticos.

Segundo Santos.M et al (2015), existe uma relação de troca: os políticos para se manterem no poder, necessitam de diversos recursos, entre eles o voto e contribuições financeiras. Um grupo interessado em barreiras para entrada de novos competidores, busca políticos para fazer isso por meio da regulação estatal. Assim vemos a relação de oferta e demanda entre estes dois atores.

Pelo fato do estado poder legalmente tributar seus cidadãos, e dessa maneira gerar renda, ele se torna alvo de interesses de diferentes grupos. Os mesmos que procuram aumentar a quantidade de benefícios recebidos pelo estado, para conseguir podem se engajar nas mais diversas formas de influenciar as decisões governamentais. Então os grupos têm um claro incentivo seletivo para influenciar nas decisões públicas, onde vemos aqui uma motivação econômica dos grupos de interesse para financiar os partidos políticos (SANTOS.M et al, 2015).

Mas isso nos leva a pensar no porque que os partidos políticos aceitam dinheiro de empresas privadas para concorrer às eleições, já que de certo modo o partido se torna depende de pautas específicas daqueles que os financia. A resposta é que as eleições no Brasil são caras.

Fatores importantes para analisar essa situação, são os incentivos que o sistema eleitoral impõe, e o fato de que as eleições são competitivas e os partidos fracos, em termos de organização. Dessa forma, segundo Samuels (2007), o

sistema eleitoral brasileiro, composto por representação proporcional e lista aberta, incentiva as táticas individuais de campanha. Dessa maneira os candidatos têm de competir com seus partidários e com os candidatos de outros partidos, não formando assim uma base coletiva partidária.

Um fator que interfere é o pouco comprometimento com programas da maioria dos partidos políticos no país, e resulta que os candidatos não dependam muito de organizações partidárias para obtenção de votos. Assim, a maioria dos candidatos acabam dependendo apenas de “maquinas” pessoais que funcionam de forma clientelista, e para exercer esse tipo de atividade se depende de intenso capital (SAMUELS, 2007).

E isso nos pode levar também ao pressuposto de que vencem as eleições aqueles que tem maiores investimentos em relação aos seus concorrentes, principalmente em eleições majoritárias. Samuels (2007) mostra que em 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso obteve bem mais recursos que os seus concorrentes nas eleições, e também que Lula, nestas mesmas eleições, teve dificuldade de obter recursos para sua campanha.

Esta relação entre dinheiro e eleição, segundo Welch (apud SANTOS.R. 2011), deriva de duas perspectivas, onde a primeira tem a ver com interesses econômicos, ou seja, quando as empresas buscam transformar seu poder econômico em poder político. E a segunda perspectiva são as motivações ideológicas quando realizado em função de preferencias políticas. Assim podemos ver que a primeira tem como objetivo a maximização do acesso político aos processos de decisão, enquanto a segunda, funciona somente como elemento estratégico para a distribuição de recursos para candidatos que compartilhem de preferencias políticas com seus doadores.

Para Santos.R (2011), o financiamento político depende muito dos interesses do doador, isso seja em uma esfera local ou nacional. Sendo assim, as candidaturas, e os próprios partidos, que tem maior potencial de influenciar o processo decisório de políticas públicas, poderão ser mais financiados pelos doadores que tiverem mais interesse em esta esfera política.

Estes são alguns fatores que nos mostram que a questão do financiamento em atividades políticas, devem ser pautadas como um problema de concentração de recursos financeiros a serem utilizados para campanhas. Machado (2014) relata que empresários pensam como empreendedores, e que dessa maneira,

agem como se doações a partidos e candidatos fossem investimentos em potencial. E com isso surge uma problemática grande, e importante para essa pesquisa, que é a utilização do poder econômico para a maximização de ganhos pós-eleitorais.

Essa maximização de ganhos pós-eleitorais é o que nos leva a pensar que o conceito de governabilidade também pode ser utilizado para atores que não compõem formalmente o governo, como as elites empresarias, que utilizam de seu grande poderio econômico para financiar partidos e seus candidatos, de diversas coligações, para assim “colher” os “frutos” de seus investimentos durante os quatro anos de um mandato, tornando o partido sujeito a essas preferências empresariais.

Mas um dos problemas, é que na Ciência Política, o termo governabilidade é essencialmente ligado ao governo e seus ministérios. E os pesquisadores brasileiros também tratam igualmente o conceito, como por exemplo Figueiredo e Limongi (1999), em um artigo denominado “Governabilidade e concentração de poder institucional: O governo de FHC”, descrevem objetivamente que governabilidade para os autores era puramente a capacidade de fazer valer a agenda legislativa do executivo. Ou seja, os autores expõem que governabilidade, no caso que estudam, seria medido de acordo com a capacidade do executivo em impor sua agenda ao congresso nacional, seja formando maioria ou não.

Amorim Neto (2003), faz referência a esse conceito também ligado extremamente na figura do executivo, mais precisamente do presidente. Em esse caso em questão ocorre uma análise sobre como serão as condições de governabilidade do presidente Lula na época de seu primeiro mandato. O autor então relaciona a questão da governabilidade como capacidade de negociação para a composição regional e partidária dos novos Ministérios, onde o autor leva em consideração as forças dos estados como um agente que poderia criar problemas de governabilidade ao presidente Lula.

Dessa forma, para Palermo (2016), deve-se repensar a noção de governabilidade, pelo fato de que é muito usada como a capacidade do governo de controlar a maioria no parlamento, seja por meio do poder de agenda ou por qualquer outro meio.

Por fim vemos que a governabilidade também pode ser pautada para atores econômicos, pela relação estrita que existe, principalmente no Brasil, entre partidos políticos e elites econômicas. Mas ressalto que quando falo em governabilidade das elites econômicas, não me refiro ao fato de que a mesma

pretende governar o país em todas suas esferas, mas me refiro que suas pautas de interesses são aprovadas, ou desaprovadas dependendo do interesse, na medida em que o financiamento ocorre e os partidos financiados ocupam a coalizão do governo ou compõem uma grande bancada no congresso nacional.

Pelo fato destas mesmas elites dominarem o “mercado” de doações partidárias, muito por serem as únicas com a capacidade financeira de bancar campanhas no Brasil, ocorre assim um domínio também de seus interesses dentro dos poder executivo e legislativo. E isso nos leva a pensar que sim existe um potencial de governabilidade adquirido por estas elites no momento que elas doam seu capital aos partidos, e isso será discutido com mais intensidade nos próximos capítulos.

Assim, Eduardo (2014) ressalta que o dinheiro é a força motriz das eleições, e que a biografia, o perfil e a experiência dos candidatos, apenas são complementos de importância reduzida. Portanto, para aqueles que querem vencer as eleições, eles precisam entrar no jogo financeiro das campanhas. E que dessa forma a grande maioria se alia aos poderosos grupos econômicos, que por ventura tem seus interesses específicos. Mas o inverso dessa ação também é verdadeiro, ou seja, as elites econômicas sabendo que o dinheiro elege os candidatos, os mesmos escolhem os seus representantes e financiam sua entrada para os cargos políticos.

Isso se verifica quando vemos os dados projetados pelo TSE sobre as doações recebidas pelos partidos políticos brasileiros, onde nota-se valores estratosféricos, mas provindos de poucas fontes, em este caso as empresas brasileiras. Isso nos leva a reflexão da existência dos interesses das elites empresariais em este processo político.

3 UM VINCULO INFRANGÍVEL: ELITES EMPRESARIAIS E PARTIDOS POLÍTICOS

Neste capítulo se discutirá de forma mais concreta o financiamento partidário no Brasil, dando continuidade no debate apresentado no capítulo anterior, só que de uma forma empírica, com o fim de demonstrar os valores recebidos anualmente pelos partidos e principalmente quem são seus doadores. A partir disso, se realizará uma análise de quem são essas elites que financiam, buscando demonstrar de onde vem seu capital e suas relevâncias no âmbito nacional. Ressalta-se que os dados coletados não se restringem aos anos da análise que se realizará posteriormente, mas abrange os anos de 2007 a 2014, com o objetivo de ver, de uma maneira histórica, as empresas que financiaram os partidos político brasileiros durante este período. Para cumprir com esses objetivos o capítulo está dividido em duas partes, a primeira tratará sobre o financiamento partidário a partir dos números apresentados pelos próprios partidos ao TSE em conjunto com os nomes dos doadores nos mesmos recibos apresentados nos documentos de doação. Assim, na segunda parte desse capítulo, se discutirá sobre quem são essas elites empresariais, ou seja, quem são os bancos e empreiteiras que financiam os partidos políticos brasileiros, os grupos que detém o poder econômico destas empresas e onde mais atuam nacional e internacionalmente os grupos financiadores.

3.1 A POLÍTICA NACIONAL DEPENDENTE DAS ELITES EMPRESARIAIS: O FINANCIAMENTO EM NOMES E NÚMEROS

Primeiramente se dedica a realizar uma pequena análise histórica sobre a regulação do financiamento político no Brasil. Panebianco (1990), relata que o dinheiro em caixa dos partidos políticos é um assunto importante, mas não só apenas pelas altas cifras implicadas ou por suas fontes de origem, mas porque se tornaram a coluna vertebral do estado democrático.

Segundo Moboji (2003 apud ZOVATTO, 2005), por mais que a democracia não tenha preço, ela tem um custo de funcionamento que é preciso pagar, e por isso é imprescindível que seja o próprio sistema democrático que controle o dinheiro e não que ocorra o oposto.

Dessa forma, para Speck (2005), as questões da regulação do

financiamento político, que ocorre combinando três eixos: a limitação dos recursos privados, o acesso ao financiamento público e as exigências quanto ao registro e transparência sobre os recursos.

Segundo Speck (2005), o modelo brasileiro de regulamentação, detalhe que as ideias expressadas em este momento não levam em consideração a nova mudança de financiamento político, tenta impor limites as doações de maneira tímida, financia parte dos custos das campanhas com dinheiro público e aposta nas transparências das campanhas, por obrigar os candidatos e aos partidos a uma prestação de contas.

Em 1950, o código eleitoral vigente, estabelecia que entidades estrangeiras eram impedidas de aportarem recursos em campanhas, do mesmo jeito as instituições do estado também eram impedidas. As doações privadas eram permitidas sem qualquer limite, tanto de Pessoas Físicas (PF) quanto de Pessoas Jurídicas (PJ). O jogo muda em 1971, quando foi proibido de receber fundos de empresas privadas, que para Speck (2005) as medidas foram realizadas por causa do contexto do regime militar vivido em esta época no país, que assim tentou diminuir a força política da oposição, que tinha uma base de sustentação nos centros econômicos do país.

Por fim em 1992, após o caso Collor, que foi acusado de receber valores de empresas para campanha que não era permitida na época, volta um sistema mais tolerante as doações privadas, onde se permitia as doações das empresas. Além do financiamento privado, existe no Brasil o financiamento público dos partidos, através do fundo partidário.

O fundo partidário foi criado em 1965, e seria alimentado por multas e dotações orçamentarias. Mas segundo Speck (2005), o fundo não movimentou recursos financeiros na época, obtendo valores simbólicos. Somente após a reformulação de 1992 foram colocados valores orçamentários significativos ao fundo partidário.

Outra forma de subsídio por parte do Estado, que atua de forma similar ao fundo partidário, é o horário eleitoral gratuito e exclusivo. O horário foi introduzido para o rádio no ano de 1955, e posteriormente para a televisão no ano de 1962. Essa forma teve um impacto muito grande na eleição de 1974, onde levou a uma vitória eleitoral da oposição na época. Já nos anos 1980, este meio veio a ser um espaço muito importante para a competição eleitoral (SPECK, 2005).

Para Speck (2005), em relação as questões de transparência sobre o financiamento político, as legislações foram bem tímidas até o início dos anos 1990. A lei de 1950, exigia apenas que os partidos controlassem suas finanças, e que seria fiscalizado pela justiça eleitoral. A reforma significativa ocorreu após era Collor, a partir da qual os partidos devem prestar contas anualmente sobre seu patrimônio, a origem e destinos dos recursos, através de balanços anuais apresentados ao TSE.

Após essa pequena introdução sobre os modelos de regulamentação que tiveram vigência no Brasil, partimos agora para as demonstrações dos financiamentos aos partidos políticos, seguindo a lógica do financiamento partidário, como foi apresentado no capítulo anterior, buscando ver os números e quem foram seus financiadores.

A partir dos dois gráficos apresentados na introdução deste trabalho, se representará numericamente por ano os valores recebidos pelos partidos políticos que tem maior destaque em anos eleitorais, sendo estes o PT, PSDB, PMDB, DEM, PSB e PP. Ademais, será acrescentando valores do ano 2015, com a intenção de realizar uma comparação. Ressalta-se que os dados apresentados no TSE se inicia no ano de 2007, ano o qual partiremos para essa demonstração.

Se realiza essa separação destes seis partidos por dois motivos. O primeiro é justamente pelo destaque que estes obtêm no momento em que comparamos os valores recebidos entre todos os partidos, principalmente em anos eleitorais. O segundo motivo é por uma mera questão gráfica e visual, por ser praticamente impossível visualmente expressar todos os partidos brasileiros registrados no TSE.

As tabelas abaixo nos demonstra mais detalhadamente o que os gráficos nos haviam mostrado na introdução, altos valores em períodos eleitorais e uma hegemonia de recursos por parte do PT e PSDB. Em 2015 esse panorama muda, tendo como principais receptores de doações o PSB e o PMDB, acredita-se que isso ocorreu pela enorme mudança política que o país começou a sofrer em este período.

Um ponto importante para destacar na tabela 1 e 2, são as doações recebidas pelo PMDB, no ano de 2007 e 2011, quem declarou que não recebeu nenhum tipo de doação, seja ela de Pessoa Física ou Jurídica, mas que nos anos de eleições nacionais, 2010 e 2014, registrou valores altíssimos, fugindo da normalidade dos outros partidos que tendem a registrar valores altos em épocas de eleições, mas que também registram valores consideráveis em anos sabáticos eleitoralmente.

O DEM e o PP também apresentam uma certa semelhança ao caso do PMDB, só que o principal diferencial é que o PMDB durante todo esse período de demonstração dos dados, 2007-2015, foi sempre um partido governista, de muito poder de influência dentro do poder executivo e do legislativo, com muita representação em âmbito nacional e, dessa maneira, espera-se uma captação de recursos maior, com valores maiores que o DEM e o PP. Mas a diferença entre eles acaba não sendo tão grande assim.

Tabela 1- Valores declarados do PT, PSDB, PMDB, PSB, PP e DEM nos anos de 2007 a 2011.

Ano/ Partido	2007	2008	2009	2010	2011
PT	R\$ 8.853.096,54	R\$ 61.119.035,91	R\$ 11.185.707,82	R\$ 176.848.176,57	R\$ 50.718.679,66
PSDB	R\$ 3.025.000,00	R\$ 37.113.400,00	R\$ 3.420.126,05	R\$ 112.393.205,56	R\$ 2.355.000,00
PMDB	R\$ 0,00	R\$ 7.902.013,01	R\$ 300.000,00	R\$ 78.898.504,46	R\$ 0,00
PSB	R\$ 0,00	R\$ 11.850.000,00	R\$ 0,00	R\$ 39.049.014,35	R\$ 0,00
PP	R\$ 0,00	R\$ 2.595.000,00	R\$ 0,00	R\$ 17.571.304,66	R\$ 0,00
DEM	R\$ 0,00	R\$ 32.057.670,26	R\$ 952.870,23	R\$ 23.262.591	R\$ 0,00

Fonte: autor, a partir dos documentos de doações registrados pelos partidos na base do TSE nos anos de 2007 a 2011.

Tabela 2- Valores declarados do PT, PSDB, PMDB, PSB, PP e DEM nos anos de 2012 a 2014.

Ano/ Partido	2012	2013	2014
PT	R\$ 35.210.045,00	R\$ 79.780.943,91	R\$ 249.448.522,01
PSDB	R\$ 96.702.750,02	R\$ 22.067.700,00	R\$ 222.943.591,61
PMDB	Sem valor específico*	R\$ 17.715.000,00	R\$ 71.544.300,00
PSB	R\$ 65.338.589,00	R\$ 8.272.500,00	R\$ 58.981.676,99
PP	R\$ 17.722.020,00	R\$ 1.300.000,00	R\$ 66.825.000,00
DEM	R\$ 39.547.500,09	R\$ 3.140.000,00	R\$ 46.051.770,00

*: Apresenta as doações mas sem nenhum valor final, não tendo como saber a quantidade recebida

Fonte: autor, a partir dos documentos de doações registrados pelos partidos na base do TSE nos anos

de 2012 a 2014.

Após vermos esses altos valores recebidos anualmente pelos partidos políticos nos surge a pergunta que é um dos eixos centrais para a realização de este trabalho, que é sobre quem financia todos estes partidos? É certo que existe partido que ganham muito com as doações de pessoas físicas e de seus altos números de filiados, como é o caso de alguns partidos de esquerda, como o PCdoB, PSTU, PSOL entre outros.

Mas se olharmos para a grande maioria dos partidos, principalmente os que contabilizam mais de milhões de reais em doações, tem sempre o apoio das elites empresariais. Sabemos que somos um país com um alto nível de desigualdade e pobreza, e que consequentemente temos um grupo pequeno que concentra as riquezas do País, e uma grande parte desse grupo participa ativamente dos financiamentos partidários.

Dessa forma, as tabelas abaixo nos mostram os principais doadores dos cinco partidos que mais receberam doações em cada ano. Assim não necessariamente será apenas sobre os seis partidos mencionados acima, já que os valores variam durante cada ano. Ressaltando que nas tabelas abaixo se considerou apenas doações que ultrapassem o valor de um milhão de reais.

Tabela 3- Doadores registrados de PT, PCdoB, PSDB, PSDC e PRB no ano de 2007

Ano/Partido	PT	PCdoB	PSDB	PSDC	PRB
2007	Conteminas (Tecidos)	Maior parte da doação são de P.F.	Construtora Andrade Gutierrez	Sem grandes doações	Maior Parte vem de P.F
	Braspor Grafica	P.J não chegam a 1 milhão	P.F não são identificadas	Não especifica as P.J	Não especificam os doadores
	Banco Rural	Não especifica os doadores			
	BMG				

Fonte: autor, a partir dos documentos de doação registrados pelos partidos na base do TSE no ano de 2007.

Nesta tabela de 2007 percebe-se que existe poucos doadores que chegam a valores de maiores que um milhão de reais, pelo fato também que os valores não chegam a ser altos em um geral de todos os partidos, como pudemos ver nos gráficos anteriores, então consequentemente não apresenta uma vasta lista de doadores.

Um detalhe interessante é que apenas o PT e o PSDB demonstram quem são seus doadores, enquanto PSDC, que recebeu doações de Pessoas Jurídicas (P.J) não especificou de que empresa veio esse dinheiro. No caso do PCdoB, que sua maioria veio de doações de Pessoas Físicas (P.F), e isso não significa que não teve doações de P.J, só que os valores maiores foram feitos por simpatizantes do partido. O PRB passa por um caso semelhante, com a diferença que não expõem os nomes e valores de cada doador.

Em 2008 vemos que já existe uma diferença grande em relação a números de doadores e valores apresentados, isso pelo motivo de que este foi um ano de eleições municipais, aumentando a busca por doações por parte dos partidos, para assim obter o sucesso eleitoral, assim como foi exposto anteriormente. Abaixo segue a tabela dos doadores de cada partido.

Tabela 4- Doadores registrados de PT, PSDB, DEM, PSB e PMDB no ano de 2008.

	PT	PSDB	DEM	PSB	PMDB
2008	FSTP Brasil	Gerdau S.A	Banco Alvorada	Não especifica os doadores	Const. Queiroz Galvão
	Suzano Papel e celulose	Banco Santander	Banco Santander		Fidens Engenharia
	Banco Santander	Camargo Correia Cimentos	Banco BMG		
	Vale Manganês S.A	Const. Sanches Tripoli	Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais		
	Const. Andrade Gutierrez	Galvão Engenharia	Galvão Engenharia		
	JBS	Const. Andrade Gutierrez	Const. Andrade Gutierrez		
	Galvão Engenharia	Banco Alvorada	Associação Imobiliária Brasileira AIB		
	Const. Camargo Correia	Const. Queiroz Galvão	Const. Camargo Correa		
	Const. Queiroz Galvão				

Fonte: autor, a partir dos documentos de doação registrados pelos partidos na base do TSE no ano de 2008.

É possível observar que em 2008 já começa aparecer um fator muito relevante para o trabalho, e que vai se repetir durante os outros anos demonstrados, que é a repetição de doadores em partidos diferentes. Como podemos observar

acima, um exemplo de esse ano é a construtora Queiroz Galvão, que realiza doações para quatro dos cinco partidos demonstrados acima, isso porque o PSB não especificou quem foram seus doadores, mas possivelmente poderia ter alguma doação dos mesmos para esse partido.

Consideramos que o DEM também recebeu da mesma construtora pelo fato de que em seus recibos está doações da Galvão Engenharia, que é possivelmente dirigida por um grupo de empresários que também tem atuações dentro da Construtora Queiroz Galvão, considerando assim que é muito provável que as ações de doações foram feitas conjuntamente, apenas mudando o fundo de financiamento.

E se considera como possível, pelo fato de que o PSDB apresenta doações tanto da Construtora Queiroz Galvão quanto da Galvão engenharia, então dessa maneira não dá para ter a certeza de que as doações são feitas e discutidas separadamente ou se não realizadas todas a partir de um grupo apenas.

Em 2009, volta a ser um ano de calma eleitoral, onde se observa baixas doações, ou seja, menores de um milhão, e que as doações acabam sendo feitas por poucas empresas. Ou também, como é o caso mais uma vez do PCdoB, que sua grande maioria de dinheiro recebido vem de P.F enquanto as doações de P.J não chegam nem a um milhão. Segue a tabela abaixo.

Tabela 5- Doações registradas de PT, PSDB, PCdoB, DEM e PTB no ano de 2009.

	PT	PSDB	PCdoB	DEM	PTB
2009	Carioca Christlani Nielsen Eng.	Não especifica as P.J	Maior parte da doação são de P.F.	Valores menores de 1 Milhão	Valores Menores de 1 milhão
	Const. Andrade Gutierrez		P.J não chegam a 1 milhão		
	Suzano Papel e Celulose				

Fonte: autor, a partir dos documentos de doação registrados pelos partidos na base do TSE no ano de 2009.

Neste ano percebe-se que apenas o PT e o PSDB tiveram doações de P.J que atingiram mais de um milhão de reais, só que consequentemente apenas o PT apresentou seus doadores, que também não foram muitos, ficou concentrado em um pequeno grupo da área de construção e papel.

Desta forma podemos perceber que nos anos que não tem eleição, aparentemente, existe um descaso com a realização dos recibos, e isso não é só com

o PSDB, em 2007 vimos a mesma situação. Os partidos buscam fazer melhor seus balancetes em anos eleitorais para que não ocorra problemas com possíveis cargos conquistados. Mas a tendência depois de 2009 é ir melhorando essa situação, como está demonstrado a seguir..

Tabela 6- Doações registradas de PT, PSDB, PMDB, PSB e DEM no ano de 2010.

Partido/ Ano	PT	PSDB	PMDB	PSB	DEM
2010	Const. Norberto Odebrecht	Const. OAS	Const. Andrade Gutierrez	Banco Santander	Banco Santander
	FSTP Brasil	Const. Andrade Gutierrez	Banco Alvorada	Const. Camargo Correia	Braskem
	Const. Queiroz Galvão	Banco Santander	Const. Camargo Correia	Const. Queiroz Galvão	Banco BMG
	Const. OAS	Braskem	Banco Bradesco	Const. Andrade Gutierrez	Contax
	Engevix Engenharia	Const. Norberto Odebrecht	Const. OAS	Schincariol	Banco Bankpar
	JBS	São Paulo Alpargatas	Contax	Contax	Tempo Serviços LTDA
	Banco Santander	Contax	C.R Almeida Engenharia e Obras	Const. OAS	Const. Camargo Correia
	Banco Safra	JBS	Vale Manganes S.A	Mineração Corumbaense	
	Braskem S.A	Banco Alvorada	Const. Queiroz Galvão	Van Oord Dragagens do Brasil	
	Banco Bankpar	BMG Leasing	Leyroz de Caxias Industria e Comercio		
	Const. Andrade Gutierrez	Const. Queiroz Galvão	Banco BMG		
	Contax S.A	Brasfigo	Via Engenharia		
	Suzano Papel e Celulose	Fosfertil	Const. Marquise		
	Const. Camargo Correia	Const. Camargo Correia	São Paulo Alpargatas		
	ARG LTDA	Const. Barbosa Mello			
	VALE MANGANES S.A	Sociedade de Montagens e Engenharia			
	Banco Mercantil do Brasil	Ana Maria Baeta Valadares Gontijo			
	Banco BMG				
	Ultrafétil S.A				
	Gerdau Comercial				
	Banco Cruzeiro do Sul				
	Const. Mendes Junior				
	Oleoquímica Indust.				
	UTC Engenharia				

Fonte: autor, a partir dos documentos de doação registrados pelos partidos na base do TSE no ano de

2010.

No ano de 2010, ano de eleição para cargos nacionais, se repetem os cinco que se destacam em valores de arrecadações de P.J em anos eleitorais. Mas o fator mais importante da demonstração dos doadores dos partidos desse ano é a presença massiva de dois setores muito fortes financeiramente no Brasil, que são as empreiteiras e os bancos privados. Dois setores que tem representantes doando para os cinco partidos apresentados acima.

Neste sentido, é possível destacar uma empresa de cada setor, sendo primeiro do ramo das empreiteiras a Construtora Camargo Correa, que realizou doações para os cinco partidos mostrados acima, destacando que todas as doações que são contabilizadas acima superam o valor de um milhão de reais. No setor dos bancos destaca-se o banco Santander, que realizou investimentos em quatro dos cinco partidos, o único que não recebeu foi o PMDB, que recebeu do Banco Bradesco.

Passando para o ano de 2011, ocorre o que se esperava mas com um detalhe importante, como se trata de um ano sem eleições se espera que os partidos recebam poucas doações, e isso ocorre com quatro dos cinco partidos apresentados na tabela. Como podemos conferir abaixo.

Tabela 7- Doações Registradas de PT, PSDB, PMN, PRB e PV no ano de 2011.

	PT	PSDB	PMN	PRB	PV
2011	Const. Andrade Gutierrez	Const. Queiroz Galvão	Valores Menores de 1 Milhão	Valores Menores de 1 Milhão	Valores Menores de 1 Milhão
	SOG- Oleo e Gas				
	Wtorre Empreendiment o				
	JBS				
	Const. OAS				
	Banco BMG				
	Mendes Junior Engenharia				
	Banco Alvorada				
	INEPAR				
	Braskem				
	CR Almeida Engenharia				
	Benjamim Nasario Fernandes Filho				

IESA S.A

Minerva

Fonte: autor, a partir dos documentos de doação registrados pelos partidos na base do TSE no ano de 2011.

O que nos chama mais a atenção é que em este ano, o PT recebeu muitas doações de diversas empresas, ocorrendo um destaque especial para o partido nesse ano. Além também de ser o primeiro a receber um valor alto de uma P.F, mais especificamente de Benjamim Nasario Fernandes Filho, um empresário do ramo das construções e do setor imobiliário. Como em 2010 o PT ganhou as eleições presidências, aparenta que estas doações de 2011, tanto de P.F quanto de P.J, foram feitas como forma de prêmio por ter ganho as eleições.

Em 2012, ano de eleição municipal, os bancos e empreiteiras voltam a ter muito protagonismo, principalmente em número de empresas que cada um dos cinco partidos demonstrados abaixo declararam receber doações.

O mais importante desse ano foi que pela primeira vez o PT não foi o primeiro entre todos os partidos que mais receberam doações de P.J desde 2007, e que conseqüentemente menos empresas apareceram em seus recibos. Também surge como um dos cinco protagonistas o recém criado PSD, que pela primeira vez aparece recebendo altas quantias das empresas demonstradas abaixo.

O destaque desse ano, mais uma vez é de uma construtora, Andrade Gutierrez, que financiou quatro dos cinco partidos abaixo, sendo eles PSB, DEM, PT e PSD. Apenas o PSDB não recebeu dessa construtora, mas sim de outras do mesmo ramo empresarial.

Tabela 8- Doações registradas por PSDB, PSB, DEM, PT e PSD no ano de 2012.

	PSDB	PSB	DEM	PT	PSD
2012	Const. Norberto Odebrecht	Const. Andrade Gutierrez	Banco Alvorada	Const. OAS	Banco Brankpar
	Const. OAS	Const. OAS	Const. Andrade Gutierrez	Const. Andrade Gutierrez	Const. Andrades Gutierrez
	Hypermarchas S.A	Van Oord Serv. de Operações Maritimas	Banco BMG	H Guedes Engenharia	Const. Queiroz Galvão
	Alpargatas S.A	Const. Norberto Odebrecht	Const. Queiroz Galvão	Construcap Engenharia	Contax
	Banco BMG	JBS	Estre Ambiental	UTC Engenharia	Const. OAS
	Const. Queiroz Galvão	Cascavel Couros	Koleta Ambiental	Const. Camargo Correia	Vale Fertilizantes

Tempo Serviços LTDA	Flora distribuidoras de Prod. De limpeza	Const. Norberto Odebrecht	Hospital 9 de julho	JBS
Vale Fertilizantes	Contax	Vale Fertilizantes	Galvão Engenharia	
Const. Camargo Correia	Const. Camargo Correia	Const. Camargo Correia	Engevix Engenharia	
Companhia de Creditos Rubi	Const. Queiroz Galvão	Praimar Industrias		
JBS	Vigor	Revita engenharia		
Praimar Industrias		Veja Engenharia Ambiental		
Supermercado s DB				
Banco Brankpar				

Fonte: autor, a partir dos documentos de doação registrados pelos partidos na base do TSE no ano de 2012.

No último ano sem eleição dessa pesquisa, o PT volta a ser o partido que mais recebeu dinheiro das empresas, e mais uma vez o PSD volta a aparecer entre aqueles que mais receberam doações de P.J. Novamente vemos as construtoras, neste ano mais que os bancos, como atores principais para arrecadação de dinheiro dos partidos políticos. Mas o maior destaque fica para o ano de 2014 que veremos posteriormente.

Tabela 9- Doações registradas por PT, PSDB, PMDB, PSB e PSD no ano de 2013.

	PT	PSDB	PMDB	PSB	PSD
2013	Serveng Civilsan Engenharia	Const. Queiroz Galvão	Const. Norberto Odebrecht	Const. OAS	GPO- Gestão de Projetos e Obras
	Const. Camargo Correia	JHSF Incorporações	Libra Terminal Valongo	Const. Triunfo	Const. Queiroz Galvão
	Revita Engenharia	Const. OAS	Spal Industria Brasileira de Bebidas		
	Const. Queiroz Galvão	Const. Camargo Correia			
	Const. OAS				
	Const. Norberto Odebrecht				
	UTC Engenharia				
	Koleta Ambiental				
	JBS				
	Const. Queiroz Galvão				
	Estre Ambiental				

Const. Triunfo

Fonte: autor, a partir dos documentos de doação registrados pelos partidos na base do TSE no ano de 2013.

O Ano de 2014, particularmente considera-se como o auge dos custos das eleições em relação aos outros anos mostrados acima. Isso principalmente pelo número expressivo de empresas que doaram para os cinco que mais ganharam neste ano. Foram trinta e nove empresas de diferentes setores, mas na maioria focado nos setores de construção e financeiro, que doaram para o PT que foi o que mais arrecadou no ano.

Vemos neste ano repetidas empresas que doaram para os cinco partidos listados, que nos mostra que quanto maior for a necessidade dos partidos políticos em conseguir arrecadações para disputar as eleições, mais eles vão recorrer aos mesmos setores empresariais para financiamento, os mesmos setores que são os únicos com capital suficiente para manter os partidos nas eleições.

Tabela 10- Doações registradas por PT, PSDB, PMDB, PP e PSB no ano de 2014.

	PT	PSDB	PMDB	PP	PSB
2014	Const. Queiroz Galvão	Const. Queiroz Galvão	Amil Assistencia Médica Internacional	Telemont Engenharia de telecomunicações	Bolognesi Participações S.A
	Const. OAS	Const. Andrade Gutierrez	Carioca Nielsen Engenharia	CR Almeida Engenharia	Const. OAS
	Const. Andrade Gutierrez	Const. OAS	Coesa Engenharia	JBS	Banco Santander
	Corpus Saneamento e Obras	JBS	Const. Camargo Correia	Const. OAS	Const. Camargo Correia
	Companhia Energetica Potiguar	Serveng Civilzan S.A	Const. Andrade Gutierrez	Flora produtos de Higiene e Limpeza	Alpargatas
	JBS	Const. Cowan	Const. Cowan	Banco BTG Pactual	JBS
	Banco BTG Pactual	Conserva Estrada LTDA	Const. OAS	Galvão Engenharia	Cosan Lubrificantes
	Cadeias Energia	Banco Santander	Const. Queiroz Galvão	IMAPI Industria & Comercio	Arosucos Aromas e Sucos
	Impar serviços Hospitalares	Alpargatas S.A	Dimensional Engenharia		Estaleiro Jurong Aracruz
	UTC Engenharia	Const. Camargo Correia	Goiasminas Industria de Laticinios		Const. Andrade Gutierrez
	Const. Camargo Correia	Suzano Papel e Celulose	Hospital 9 de julho		BRF S.A
	Banco Santander	Tempo Serviço LTDA	Hospital Santa Paula		Const. Queiroz galvão
	Const. Triunfo	Bradesco Consorcio	Impar Serviços Hospitalares		

Hypermarcas S.A	Banco Safra	Laticínios Bela Vista
Praiamar Industrias	CRBS S.A	Spal Industria brasileira de bebidas
Bradesco Previdencia	Via Engenharia	Telemont Engenharia de telecomunicações
Seara Alimentos	José Salim Mattar Júnior	Vigor alimentos
Banco Safra	Eugênio Pacelli Mattos	
Equipav Engenharia	Democratas (DEM)	
CR Almeida Engenharia	Cosan Lubrificantes e Especialidades	
Carioca Nielsen Engenharia	CR Almeida Engenharia	
Sucocitrico Cutrale	Banco BTG Pactual	
Engevix Engenharia	Odebrecht Oleo e Gás	
Agropecuaria Santa Barbara	Hangar Empresarial Empreendimentos	
Cadeias Energia	Braskem	
Odebrecht Oleo e Gás	Const. Sanches Tripoli	
Braskem	Foz de Jeceaba Engenharia Ambiental	
Amil assistencia Médica Inter.	Contax-Mobitel	
Alpargatas	Companhia Siderurgica Vale	
Const. Sanches Tripoli	Const. Barbosa Mello	
Contax-Mobitel	Rio Claro Agroindustria	
Cervejaria Petropolis	Prodent Assintencia Odontologica	
Avante Veiculos	Esmaltec	
Brasil Foods	Cristalia Produtos Químicos Farmacêuticos	
Logimed distribuidora	BRF S.A	
Banco Santander	Proquigel Química S.A	
Telemont Engenharia		
Const. Contern		
Agro Energia Santa Luzia		

Fonte: autor, a partir dos documentos de doação registrados pelos partidos na base do TSE no ano de 2014.

Após essas exposições sobre os financiadores, fica muito nítido que diversas empresas doaram para partidos diferentes, até para partidos que não faziam parte das mesmas coligações nas eleições. Principalmente como atores principal os bancos e empreiteiras que mostraram os seus potenciais para financiamento das eleições no Brasil.

Desta maneira, podemos ver abaixo, de uma forma mais didática, uma tabela mostrando as empreiteiras e os bancos que mais financiaram, e quais partidos financiaram durante os anos mostrados acima. Isso mostra de uma forma mais clara o quanto os partidos dependem dessas empresas para disputar as eleições e para manter suas atividades em anos sem eleições.

Tabela 11- Relação sobre quais partidos as empresas listadas financiaram durante todo o período analisado.

Partido/ Empresas	PT	PSDB	DEM	PSB	PP	PSD	PMDB
<i>Const. Andrade Gutierrez</i>	X	X	X	X		X	X
<i>Const. OAS</i>	X	X		X	X	X	X
<i>Const. Odebrecht</i>	X	X	X				X
<i>Const. Camargo Correa</i>	X	X	X	X			X
<i>Const. Queiroz Galvão</i>	X	X	X	X	X	X	X
<i>Banco Santander</i>	X	X	X	X			
<i>Banco Bradesco</i>	X	X					X
<i>Banco BMG</i>	X	X	X				X
<i>Banco Safra</i>	X	X					
<i>Banco Brankpar</i>	X		X			X	
<i>Banco Alvorada</i>		X	X				X

Fonte: autor, a partir dos documentos de doação registrados pelos partidos na base do TSE no ano de 2007 a 2014.

Acima podemos ver que os partidos que tem um “X” na fileira de

alguma empresa recebeu doações dessa empresa durante os anos de 2007 a 2014. Desta maneira podemos ver que PT e PSDB receberam de praticamente todas as empresas apresentadas, menos do Banco Alvorada, por parte do PT, e do Banco Brankpar, por parte do PSDB. O destaque fica para a construtora Queiroz Galvão, que teve seu nome em recibos registrados em todos os sete partidos apresentados acima. E entre os bancos, o Banco Santander foi o que mais financiou, sendo quatro partidos financiados.

Ressalta-se que o PCdoB não foi registrado acima pelo fato de que a maior parte de seus valores provem de doações de P.F, e doações de baixos valores, não ultrapassando quinhentos reais. Por isso que sua representação não aparece na tabela.

Por fim vemos que a dependência que os partidos têm com o capital das empresas foi crescendo de acordo com o passar dos anos, os valores declarados pelos partidos foram crescendo ano a ano, e que a tendência é continuar aumentando. Este trabalho foi construído sem a divulgação dos valores de 2016, mas acredita-se que os valores cresceram, mesmo que eles não fossem declarados por conta da nova regra de doações eleitorais, que não permite a doação de P.J a candidatos e partidos.

Com isso nos resta saber mais quem são essas empresas que financiam nossa política nacional, e o qual é a real importância dessas empresas em um cenário nacional, pensando a partir de seu capital e suas questões econômicas.

3.2 A ORIGEM DO CAPITAL DAS ELITES FINANCIADORAS

Esta parte está dedicada a relatar sobre as empresas acima citadas, para melhor compreensão e didática, se realizará uma análise das origens e vertentes empresariais que as empresas, e principalmente os grupos de donos, para ver seu início e seus potenciais econômicos no momento. Quando se fala em vertentes empresariais, se refere a outras empresas que são do mesmo grupo de empresários, veremos alguns casos a seguir.

Iniciaremos essa análise com as empreiteiras, mais especificamente a Construtora Andrade Gutierrez, que faz parte das empresas do grupo Andrade Gutierrez, um grupo hoje multinacional com origem brasileiro, que nasceu em 1948, com

Além dessas empresas, o grupo detém uma em especial, mas não especial pela sua grandeza ou por conhecimento geral do público, mas sim para o caso específico desse trabalho. O grupo também é dono da empresa CONTAX, conhecida por ser uma empresa de terceirização de processos de negócios, voltado para trabalhar no relacionamento de empresas com seus clientes.

Mas a questão especial desta empresa é o fato dela também ter financiado os partidos políticos, como se pode observar nas tabelas apresentadas acima. Tendo assim mais investimento de um grupo de empresários, que se pensava que provinha apenas de uma construtora, aumentando assim o poder de influência do grupo Andrade Gutierrez em relação a política brasileira.

Outra empresa do mesmo ramo, é a Construtora Norberto Odebrecht. A construtora faz parte de uma grande organização chamada Odebrecht, que nasceu em 1944, com o engenheiro que leva o nome na construtora, Norberto Odebrecht.

A organização Odebrecht é hoje uma organização de caráter mundial, mas com origem brasileira. A organização está presente em mais de vinte e quatro países como podemos ver abaixo.

Imagem 2- Países com presença da organização Odebrecht.



Fonte: website da Organização Odebrecht, disponível em: <<http://www.odebrecht.com/organizacao-odebrecht/odebrecht-no-mundo>>. Acesso: 19/04/2017.

A organização também é composta por diversas empresas de setores industriais diferentes, mas que em sua grande maioria leva o nome do grupo. Um exemplo além da Odebrecht Engenharia e Construção, é a Odebrecht Ambiental,

empresa que trabalha com concessões de água e esgoto de municípios e estados.

Compõem o grupo também a Odebrecht Óleo e Gás, empresa que trabalha com a captação e transformação do petróleo, Odebrecht Realizações Imobiliárias, que atua no ramo imobiliário no Brasil, a Odebrecht Transport, trabalha na área de mobilidade urbana, com rodovias, aeroportos, metros e etc. Outra empresa é a Odebrecht Agroindustrial, que atua na produção e comercialização do Etanol e na produção de energia elétrica a partir da biomassa, a Odebrecht Defesa e Tecnologia, que trabalha na produção de tecnologias para a defesa nacional, em conjunto está a Enseada Industria Naval, que fabricam navios, principalmente petroleiros.

Além desses todos acima estão a FOZ, empresa de água e esgoto que também trabalha com concessões, mas voltadas para países da América Latina e África, a Odebrecht Latinvest, empresa que trabalha com foco no investimento em logística e infraestrutura na América Latina.

E a última empresa que faz parte dessa Organização é a BRASKEM, empresa que atua no setor químico e petroquímico, trabalhando com resinas termoplásticas. Essa empresa merece um destaque especial pelo fato de que também aparece doando para os partidos políticos, aumentando assim também o potencial de influência das organizações Odebrecht, sem necessariamente levar o nome da organização, como ocorreu no caso da CONTAX anteriormente.

A próxima construtora a ser analisada aqui é a Construtora OAS, que pertence ao grupo com o mesmo nome. O grupo nasceu em 1976, na Bahia, iniciando seus trabalhos nas áreas de engenharia e infraestrutura. Atualmente se considera um conglomerado multinacional brasileiro, com atuação em diversos países, principalmente da América Latina e África, como podemos ver abaixo.

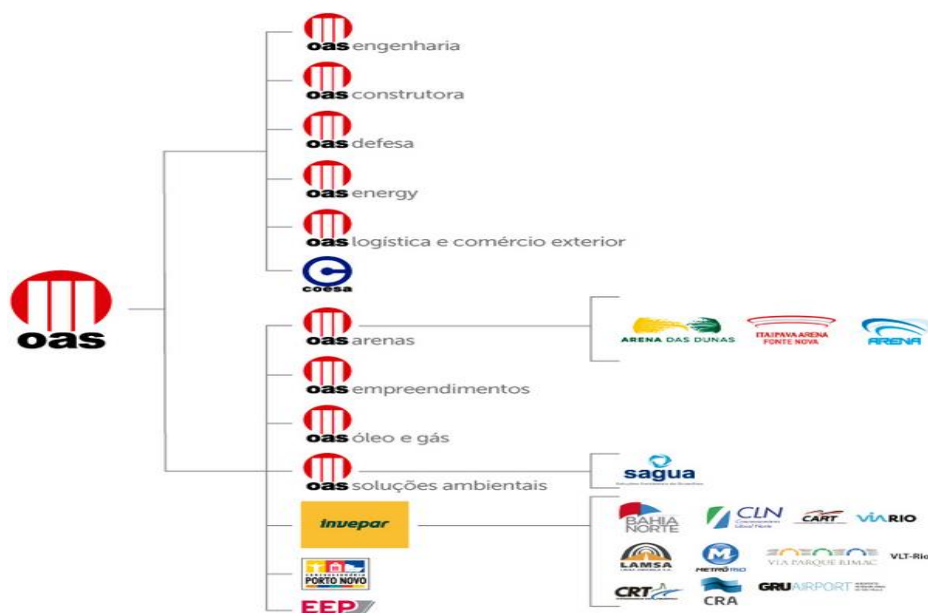
Imagem 3- Países com Presença do Grupo OAS.



Fonte: website do Grupo OAS, disponível em: <<http://www.oas.com.br/oas-com/oas-s-a/atuacao-internacional/>>. Acesso: 19/04/2017.

Assim como os outros grupos mencionados acima, o grupo OAS também é composto de diversas empresas de diferentes setores, indo desde o setor de engenharia, defesa, energia até setores de arenas multiuso. Abaixo podemos ver as vertentes do grupo através do organograma apresentado.

Imagem 4- Organograma das empresas do Grupo OAS.



Fonte: website do Grupo OAS, disponível em: <<http://www.oas.com.br/oas-com/oas-s-a/quem-somos/organograma/organograma.htm>>. Acesso: 19/04/2017.

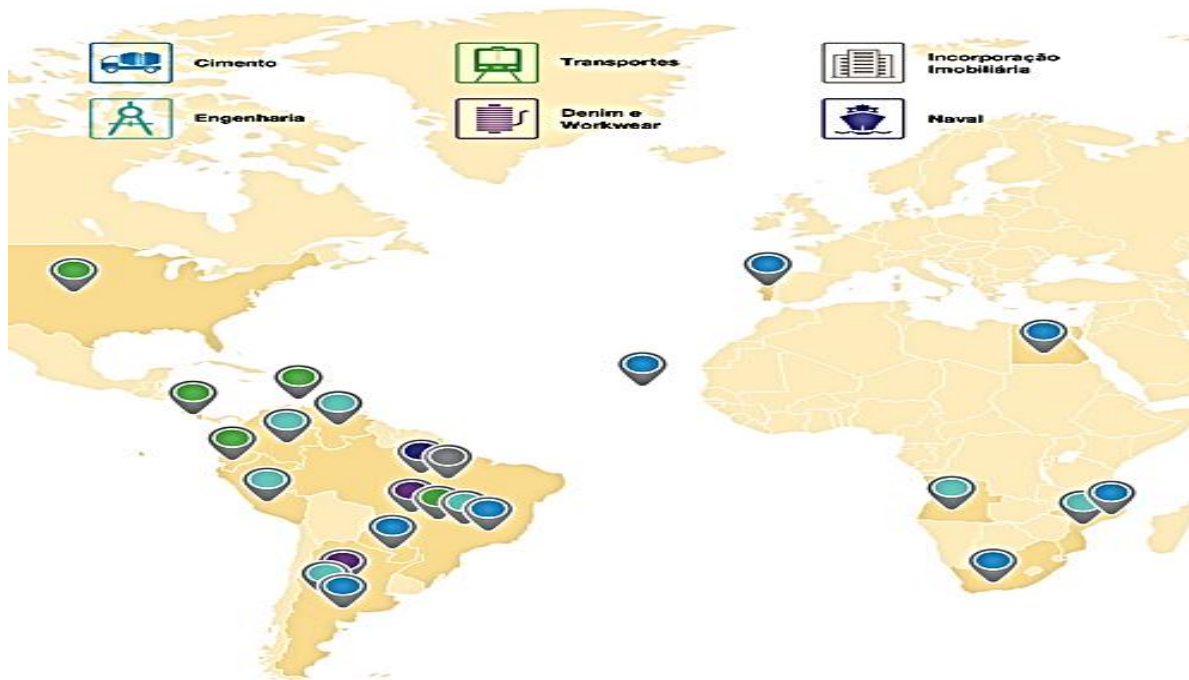
A próxima empreiteira a ser analisada é a Construtora Camargo Correa, que faz parte do grupo Camargo Correa, que também se caracteriza por ser um conglomerado de empresas de diversos setores. O grupo Camargo Correa teve seu início em 1939, com a formação da Camargo Correa engenheiros e construtores.

Atualmente o grupo Camargo Correa, além de ter a empresa no ramo da engenharia e construção, também é dona da InterCement, uma empresa produtora de cimento com atuação internacional. O grupo é proprietário também da CCR, em parceria com o grupo Andrade Gutierrez mencionado acima.

Além disso contam com a empresa Santista Jeanswear (Denim & Workwear), focado nos negócios de roupa que surgiu a partir da fusão de uma empresa espanhola denominada Tavex com a brasileira Santista Têxtil. O grupo atua também no ramo imobiliário com a Camargo Correa Desenvolvimentos Imobiliários (CCDI) e também atua na produção naval com o Estaleiro Atlântico Sul (EAS).

Com esta variedade de negócios, o grupo conseguiu sua expansão internacional e tem atuação ativas por países da América Latina e da África, como podemos a seguir.

Imagem 5- Países com presença do Grupo Camargo Correa.



Fonte: website do grupo Camargo Correa, disponível em: <<http://www.camargocorrea.com.br/grupo-camargo-correa/grupo/mapa-de-atuacao.html>>. Acesso: 19/04/2017.

Partimos agora para a última empreiteira dessa análise, a construtora Queiroz Galvão, que foi a única que financiou todos os partidos destacados acima. A construtora faz parte de um conglomerado de empresas pertencentes ao grupo Queiroz Galvão, que nasceu em 1953 em Pernambuco, com a criação da construtora com o mesmo nome.

O grupo atualmente se divide em sete áreas de negócios. O primeiro é a área de construção no Brasil, desenvolvido pela Construtora Queiroz Galvão, com atuações que vão desde obras de mobilidade urbana até complexos petroquímicos e refinarias. A segunda área é denominada construção internacional, onde atua a QGMI, a Construtora Queiroz Galvão Internacional, que atua em países da América Latina e África.

A terceira área é a de desenvolvimento Imobiliário, com a empresa Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário, a quarta é a área da engenharia ambiental com a empresa VITAL, que atua com a coleta de resíduos. A quinta área é a de exploração e produção, onde atua a Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP), atuando principalmente na área de exploração e produção de hidrocarbonetos.

A penúltima área do grupo é a de gestão de negócios, onde atuam com a empresa Queiroz Galvão Participações e Concessões (QGPC). A QGPC tem suas ações voltadas para os segmentos de mobilidade urbana, energia, concessões de rodovias, saneamento, alimentos, produção de cimento e siderurgia. E a sétima e última área de atuação é a Naval e Offshore, com a empresa Queiroz Galvão Naval e Offshore, atuando em dois estaleiros: O Estaleiro Atlântico Sul e no Estaleiro Honório Bicalho.

Desta forma, o grupo atingiu uma grande expressão internacional tendo atuações em diversos países do mundo, como Rússia, China e Estados Unidos, como podemos ver na imagem abaixo.

Imagem 6- Países com presença do grupo Queiroz Galvão.



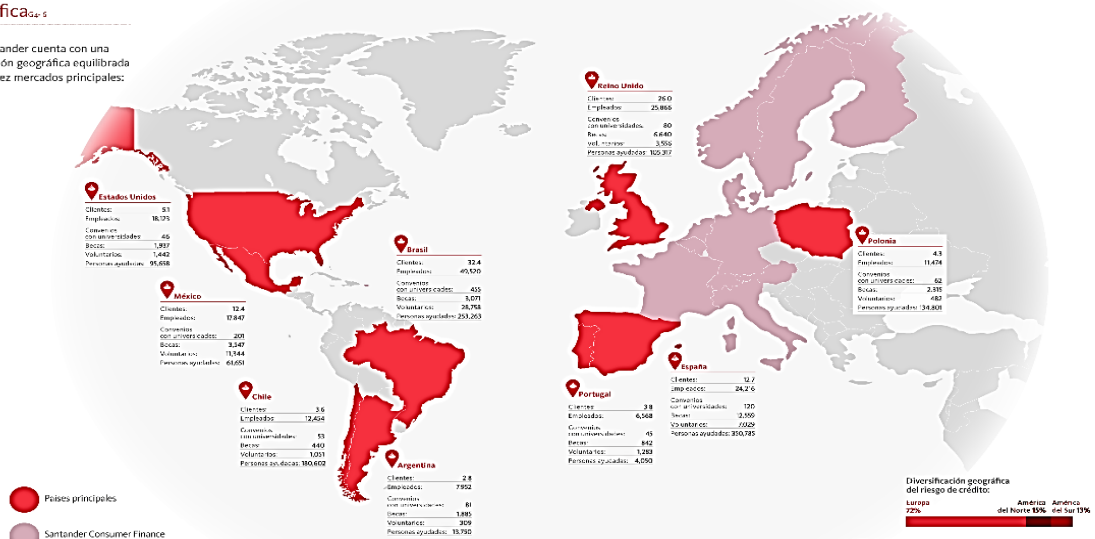
Fonte: website do grupo Queiroz Galvão, disponível em: <https://www.grupoqueirozgalvao.com.br/queiroz-galvao/atuacao-internacional/>. Acesso: 19/04/2017.

Nesse momento partiremos para a análise dos grupos donos dos bancos que financiam os partidos políticos brasileiros, onde o primeiro a destacar é o banco Santander. Este banco se destaca por ser um dos bancos privados mais conhecidos no Brasil e por ter sua origem estrangeira. A empresa faz parte do grupo Santander, que se caracteriza por ser um grupo bancário global liderado pelo banco com o mesmo nome, como podemos ver abaixo.

Imagem 7- Países com presença do grupo Santander.

Diversificación geográfica

Grupo Santander cuenta con una diversificación geográfica equilibrada entre sus diez mercados principales:



Fonte: website do grupo Santander, disponível em: <https://servicios.santander.com.mx/comprometidos/index.php/perfil/santander-mundo>. Acesso: 19/04/2017.

O grupo considera os países mais destacados em vermelho acima, como os principais para as atuações de seu banco, como por exemplo Brasil, Argentina, Chile, México, Reino Unido, Polônia, Espanha, Portugal e Estados Unidos.

O Santander foi fundado na Espanha em 1857, e atualmente é considerado o maior banco da zona do Euro. O grupo atua com foco no Banco Comercial, que é considerado uma instituição financeira que presta serviços de captação de depósitos à vista, concessões de empréstimos e investimentos. No Brasil, o grupo iniciou suas atividades no ano de 1982, e está presente hoje em todas as regiões do país.

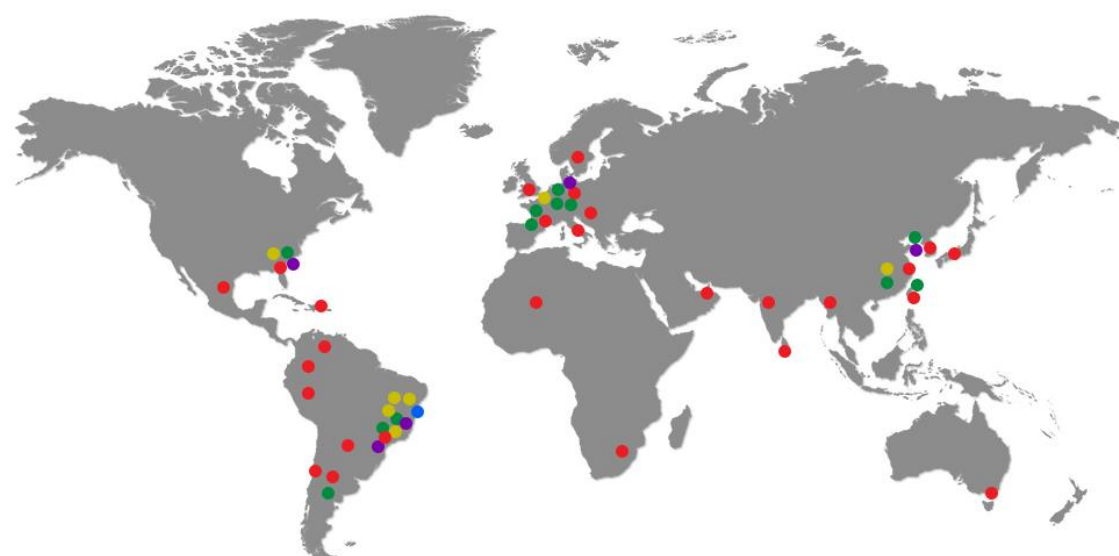
Outra instituição financeira que atua no financiamento partidário é o banco BMG, que é uma instituição financeira privada controlada pela família Pentagna Guimarães. Em 2012 o banco BMG se associa com o Banco Itaú, formando um terceiro banco denominado Banco Itaú BMG, mas em 2016 o Banco BMG vendeu todas suas ações para o banco Itaú.

A família tem várias empresas de diferentes ramos comerciais, como a BRASFIGO, empresa do ramo alimentício, atuando na logística da exportação e importação, além de ser detentora de concessão da Receita Federal, prestando serviço de armazenagem e movimentação de contêineres de produtos congelados destinados à exportação.

E uma das principais empresas da família, que tem atuação global, é a mineradora Magnesita, que trabalha na exploração e exportação de minério. Esta empresa nasceu em 1940, atuando nas reservas de Brumado na Bahia.

Imagem 8- Países com atuações dos negócios da família Pentagna Guimarães através da empresa Magnesita.

Imagem 8 - Países com atuações dos negócios da família Pentagna Guimarães através da empresa Magnesita.



LEGENDA

● PORTO DE ARATU ● SEDES ● MINAS ● UNIDADES PRODUTIVAS ● ESCRITÓRIOS E REPRESENTANTES COMERCIAIS

Fonte: website da empresa Magnesita, disponível em: <http://magnesita.riweb.com.br/show.aspx?idCanal=5gkkzujYuTeE0PRm60Wi1A>. Acesso: 20/04/2017.

O próximo banco atuante nos financiamentos a ser analisado é o banco Safra, outro banco de origem estrangeira que atua no Brasil, mas não se sabe desde quando atua no país. O banco Safra é controlado pela família com o mesmo sobrenome, e teve seu início na cidade de Aleppo, na Síria em meados do século XIX, onde foi criado o Safra Frères & Cia.

O banco Safra expande seu negócio em meados do século XX, onde abriu filiais em Istambul, Alexandria e Beirute. Após a segunda guerra mundial o banco chega a Europa e em seguida a América Latina e aos Estados Unidos. O banco Safra atualmente no Brasil, é considerado um dos cinco maiores bancos privados do país, tendo um patrimônio de R\$ 8,9 bilhões ao final de 2015.

Não se sabe muito sobre a atuação internacional do grupo Safra através de seu banco, só se sabe que atua em dezenove países do mundo. Além de destacarem uma filial do banco em especial, o Banco Safra Cayman Islands Limited, onde é uma subsidiária integral do Banco Safra, que foi constituída sobre a legislação das Ilhas Cayman.

Por fim a última empresa a ser analisada em este capítulo, mas não menos importante, é o banco Bradesco. E este banco é o último por um motivo interessante que veremos no desenvolvimento desta análise. O banco Bradesco pertence ao grupo com o mesmo nome. O grupo foi fundado em 1943, por Amador Aguiar na cidade de Marília.

O grupo Bradesco é conhecido também por ser um conglomerado de empresas, mas focado no ramo financeiro. Hoje são detentores de várias empresas que surgiram a partir do crescimento do banco, como Bradesco Vida e Previdência, Bradesco Saúde, Bradesco Capitalização, além de oito outras empresas que levam o nome do grupo.

Além destas empresas que levam o mesmo nome, o grupo Bradesco também é dono de outros bancos, onde separamos dois em especial, o Banco Alvorada e o Banco Bankpar, que são os outros dois bancos que financiam os partidos políticos, como foi demonstrado acima. Isso nos mostra que o grupo Bradesco, assim como outros, utilizou suas diversas empresas, principalmente as que não levam o nome do grupo, para otimizar sua influência e seu poder com os partidos políticos, financiando ainda mais a política nacional.

A atuação internacional do grupo não é significativa, mas apresenta presença com uma filial do banco Bradesco em Nova York, na Argentina, em Luxemburgo, em Tóquio e controlam duas agências nas Ilhas Cayman.

Após vermos o grande capital que as elites financiadoras detêm, e principalmente sua expansão global, é possível observar com grande ênfase, o quão poderoso são em questão de capital e influência, e isto em âmbito nacional e seguramente, se realizar uma análise mais aprofundada, em âmbito internacional também.

Partindo desta perspectiva, pode-se imaginar que o objetivo principal destes grupos foi sempre a expansão de seus negócios, para adquirir cada vez mais capital e influência. Desta maneira nos resta saber como é retribuído o financiamento partidário feito pelas elites empresarias e como estes grupos exercem o poder de influência adquirido, que neste trabalho denomina-se como um potencial de governabilidade. Isto será discutido com maior profundidade no próximo capítulo.

4 A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM PODER, UMA ANÁLISE SOBRE A GOVERNABILIDADE DAS EMPRESAS ATRAVÉZ DA FORMAÇÃO MINISTERIAL

Este terceiro capítulo tem como objetivo mostrar o exercício da governabilidade das elites financiadoras através da formação dos Ministérios da Fazenda, Planejamento, Banco Central e Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), com o fim de ver qual a relação entre a composição ministerial e as elites econômicas que financiam a política nacional. Trabalharemos apenas com o primeiro governo de Dilma Rousseff, nos anos de 2011 a 2014, pelo fato de que estes são os anos que se atinge os maiores números de doações recebidas por partidos políticos no Brasil, e que consequentemente se espera uma maior influência das elites financiadoras neste período de governo.

Dessa maneira o capítulo está dividido em cinco partes, onde as quatro primeiras realizam-se as análises dos quatro órgãos públicos indicados acima e a quinta parte uma conclusão do capítulo. É importante ressaltar que para a realização da análise serão divididas entre os responsáveis pelos cargos que formam parte dos órgãos públicos em dois grupos, o primeiro grupo que estão no cargo por questões técnicas e o segundo grupo que estão no cargo por questões políticas.

Primeiramente, se considera como nomeações técnicas, todas aquelas pessoas que assumiram determinados cargos públicos pelo fato de que possuem conhecimento sobre o cargo que assume e também porque não atuava anteriormente em nenhum outro cargo público, e considera-se uma nomeação política quando existe um vínculo anterior do indivíduo com algum partido político, como por exemplo ter atuado em secretarias de prefeituras ou estados onde tinham o mesmo partido como controlador do executivo e depois atuou no executivo nacional, ou mesmo pelo fato de que a pessoa não está atuando em um cargo que não corresponde a sua área de formação. E para ocorrer essa divisão, foram criadas quatro categorias de análise, sendo esta área e grau de formação, atuação política previa, atuação no mercado de trabalho e vínculo partidário. Na categoria área e grau de formação, realiza-se uma análise relacionando a formação educacional da pessoa e sua área de atuação com a área de atuação do cargo que assumiu.

Com atuação política previa busca-se observar se o indivíduo esteve

ocupando em algum momento cargos políticos eletivos. Com base na atuação no mercado de trabalho, se analisa os lugares onde atuou o indivíduo e que cargos assumiu, relacionando também estes dados com os cargos dentro do executivo adquiridos. E por último, a categoria vínculo político busca observar se o indivíduo atuou em outras instancias do poder público, como por exemplo, em estados ou prefeituras, ou até mesmo em outros órgãos do próprio executivo nacional. Assim podemos ver se existe uma relação entre a pessoa com os partidos políticos que controlavam o executivo destas instancias mencionadas.

4.1 A COMPOSIÇÃO DOS MINISTÉRIOS COMO FORMA DE INFLUENCIA DAS ELITES FINANCIADORAS

Nesta parte do capítulo discutiremos a formação dos ministérios como uma possível forma de exercício do poder adquirido pelas empresas através do financiamento. Portanto, se analisará os cargos de primeiro e segundo escalão de cada órgão público destacado anteriormente, buscando as relações das pessoas que estão chefiando determinados setores com os grupos que financiam os partidos políticos. Ressalta-se que se analisará apenas os cargos que compunham os órgãos durante os anos de 2011 a 2014, que correspondem ao governo Dilma Rousseff.

Codato e Franz (2017), relatam que a nomeação dos ministros dos estados que tenham diferentes atributos políticos, profissionais e sociais, é que expressam as prioridades e o espaço de manobra que o presidente da República detém perante seu partido e coalizão. É através dessas nomeações, que o chefe de governo poderá ter uma certa previsibilidade sobre o modo de atuação de seu ministério.

Mas a definição de um/uma ministro/a é definida muitas vezes através da estratégia de buscar consolidar a posição do partido no centro decisório do governo, onde busca-se, segundo Inácio (2013), formar um quadro partidário com experiência política para manter o partido no centro do processo decisório do governo. A escolha de um ministro, dessa forma, favorece a pessoas com carreira política consolidada, sendo assim políticos profissionais e com reputação consolidada.

Dessa maneira, a nomeação para uma pasta ministerial deve levar em consideração os caminhos que trilharam os agentes e a natureza dos estágios de suas carreiras. Dogan (1979 apud Codato e Franz, 2017) afirma que se um ministro

que passou a maior parte de sua vida profissional em um partido político não tem, necessariamente, o mesmo perfil, opiniões e referências que seus companheiros que veem diretamente de altos níveis de administração ou mesmos daqueles que proveem do mercado laboral.

D'Araújo (2009) relata que no Brasil se tem uma tendência a se convocar ministros experientes na vida política com forte enraizamento nas atividades parlamentares e executivas. Para a autora, embora a literatura ressalte o espaço do Ministério como uma área mais propícia ao clientelismo, na área da economia foi a que mais recebeu ministros com especialidades técnicas, o que nos leva a considerar que determinados setores são trabalhados mais tecnicamente. Dessa forma, ressalta-se que as áreas ligadas as atividades monetárias, fiscais e de arrecadação de recursos, que são as que propiciam uma capacidade extrativa do Estado, são trabalhadas com pessoas mais técnicas do que políticas.

No atual modelo presidencialista brasileiro, discutido anteriormente, a seleção dos ministros exerce um papel central na estratégia política de um governo. Em sua forma ideal, o ministro deve buscar o balanceamento entre apoio congressional e eficiência governamental, e isso ocorre por meio da distribuição das pastas ministeriais conforme a expertise dos ministros (CODATO; FRANZ, 2017).

Dessa forma, se vê necessário analisar a formação dos ministérios que são relatados em este trabalho, como forma de observar as considerações teóricas vistas acima e também ressaltar qualquer tipo de relação da composição ministerial com os grupos que financiam os partidos políticos, que foram destacados no capítulo anterior.

Para realizar a análise se dividirá os ministros e seus secretários e diretores em dois grupos, onde o primeiro é composto por pessoas com indicação política e o segundo composto por pessoas com indicação técnica. Para realizar a separação se utilizará quatro categorias de análise: área e grau de formação, atuação política, atuação no mercado e vínculo partidário. Esta última categoria, especificamente, surge pelo fato de que o acesso a informação sobre filiações partidárias é muito complexo, dificilmente é encontrado uma fonte confiável que confirme. Assim, se considera como vínculo partidário toda pessoa que trabalhou em instancias menores de governos, e que estes governos eram formados sempre pelo mesmo partido.

E para manter a cientificidade do trabalho, foi trabalhado com três

fontes oficiais para a realização da análise de perfil dos responsáveis pelos cargos que vão ser descritos abaixo, a primeira fonte são as páginas oficiais online dos órgãos públicos destacados³, onde cada um tem sua parte de perfil dos responsáveis pelo cargo, além da página do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁴, utilizando sua base de currículos lattes, e o Diário Oficial da União⁵, onde se tem os dados oficiais de nomeação e exoneração dos cargos.

Todos os nomes e organogramas que serão apresentados a seguir foram disponibilizados pelas Secretarias de Atendimento ao Cidadão (SAC) dos órgãos estudados, que foram solicitados por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), que é a lei Nº 12.527, aprovada em 2011.⁶

4.1.1 Banco Central

Inicia-se esta análise com o Banco Central do Brasil⁷, que é um grande espaço de discussões que vão ao interesse daqueles que financiam, principalmente dos grupos donos de bancos privados. Isso ocorre pelo fato de que o banco tem como função institucional manter a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez do sistema financeiro nacional. As infraestruturas do mercado financeiro cumprem uma função fundamental para o sistema financeiro e principalmente para a economia do país de uma forma geral. Portanto, seu funcionamento adequado é essencial para manter a estabilidade financeira e para sustentar os canais de transmissão da política monetária nacional.

No ano de 2011, durante o governo Dilma Rousseff, o Banco Central estava formado com um presidente e oito diretorias, cada um com suas respectivas funções e áreas de atuações nas questões econômicas do país. Analisara-se o presidente e cada um dos diretores, exatamente como está ilustrado abaixo em uma representação do organograma do banco.

³Site oficial do Banco Central. Disponível em: <<https://goo.gl/DJSolR>>. Acesso: 20/05/2017.

Site oficial do Ministério da Fazenda. Disponível em: <<https://goo.gl/Svndk>>. Acesso: 20/05/2017.

Site oficial do Ministério do Planejamento. Disponível em: <<https://goo.gl/T1qW5>>. Acesso: 20/05/2017.

Site oficial do Banco Nacional de Desenvolvimento. Disponível em: <<https://goo.gl/6K4b0s>>. Acesso: 20/05/2017.

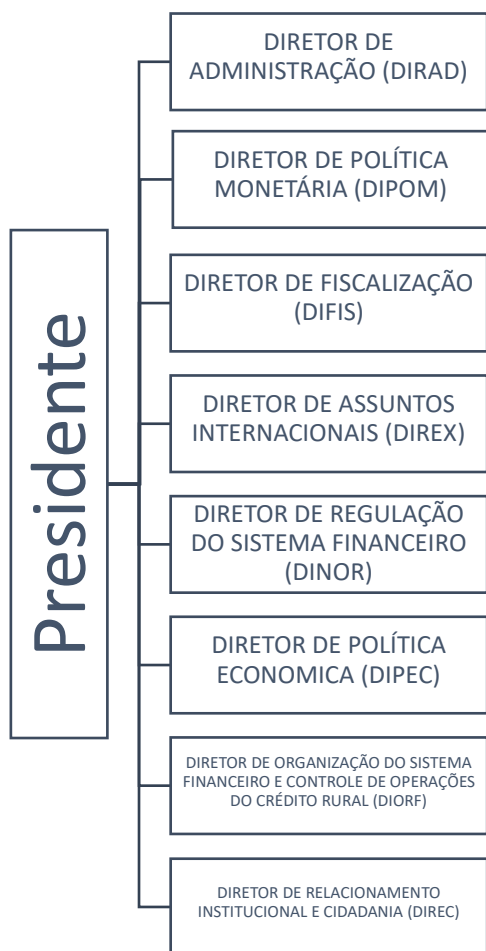
⁴ Site oficial da Plataforma Lattes. Disponível em: <<https://goo.gl/AGFm>>. Acesso: 20/05/2017.

⁵ Site Oficial do Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://goo.gl/1sJPpk>>. Acesso: 20/05/2017.

⁶ Todos os documentos disponibilizados estão referenciados no final deste trabalho.

⁷ O Banco Central não é exatamente um ministério tem o status e a importância de um ministério.

Quadro 1- Organograma do Banco Central do Brasil no ano de 2011.



Fonte: Autor, baseado nos documentos disponibilizados pelo Banco Central do Brasil via Lei de Acesso a Informação, acesso em: 03/04/2017.

O presidente do Banco Central na época, que é junto com os diretores indicados pela Presidência da República, foi Alexandre Antônio Tombini, um homem de experiência, tanto acadêmica como profissional, quando se fala de Banco Central. Nascido em 1963, Alexandre Tombini é bacharel em economia pela Universidade de Brasília e possui Ph.D. em Economia, pela Universidade de Illinois, nos Estados Unidos.

Antes mesmo de exercer a função de presidente do banco, Alexandre já exercia funções importantes internamente, como ter sido assessor do diretor executivo e membro da diretoria executiva no escritório de representação brasileira no Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington nos Estados Unidos, no período de 2001 a maio de 2005.

Além de ter ocupado cargos de diretor, em períodos diferentes, durante o fim do primeiro mandato do ex-presidente Lula e o início do segundo do mesmo presidente. Os cargos ocupados foram de diretor de estudos especiais do Banco Central do Brasil, entre junho de 2005 e abril de 2006, também ocupou o cargo de Diretor de Assuntos Internacionais, entre abril e junho de 2006 apenas, para posteriormente atuar como Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro, onde ficou no cargo até se tornar presidente da autarquia.

É importante ressaltar que Alexandre Tombini tem atuado dentro do Banco Central desde 1999, mas levando em consideração suas nomeações em diretorias diferentes, durante o governo Lula, e sua nomeação a presidente no governo Dilma, considera-se que sua nomeação é política.

Partindo agora para os diretores, o primeiro que destacamos é Altamir Lopes, que também é uma pessoa de experiência em cargos do Banco Central. Altamir também é bacharel em economia pela Universidade de Brasília e realizou uma especialização para economistas pela escola de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas.

Altamir Lopes exerceu no período de 2011 a 2015 o cargo de diretor de administração do Banco Central do Brasil. Mas, como foi dito antes, não foi a primeira função exercida pelo diretor. O mesmo já havia atuado como chefe do departamento econômico, entre 1995 a 2001, também atuou como coordenador nacional do grupo de monitoramento macroeconômico do MERCOSUL, entre 2000 a 2011.

Além disso, foi coordenador nacional do padrão especial de disseminação de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), nos anos de 2003 a 2011 e também compôs a equipe brasileiro de negociação do programa de acordo financeiro do país com o FMI.

Não foi encontrado nenhum vínculo de Altamir Lopes com partidos políticos, sendo considerado dessa maneira como uma nomeação técnica por sua experiência em várias funções e atuações junto com o Banco Central.

O próximo diretor foge um pouco da regra dos outros dois apresentados acima, este diretor é Aldo Luiz Mendes, que exerce desde 2009 a função de diretor de Políticas Monetárias do Banco Central do Brasil. Aldo Luiz Mendes exerce até hoje suas funções de diretor.

O diretor, assim como os outros, possui bacharel e mestrado em

economia pela Universidade de Brasília, além de ter realizado seus estudos de doutorado também em economia pela Universidade de São Paulo.

Diferentemente dos outros dois apresentados acima, Aldo Luiz Mendes não exerceu nenhum cargo dentro do Banco Central antes de se tornar diretor. Ele atuou anteriormente como gerente de finanças internacionais do Banco do Brasil, Diretor de Finanças pelo mesmo banco, além de ter atuado como Presidente da Aliança Seguros do Brasil, Vice-presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA), que atualmente leva o nome de Associação brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), e foi membro do conselho de administração da BM&F (Bovespa) e membro do conselho de administração da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP).

O fato dele nunca antes ter atuado no Banco Central, ou seja, por não ter construído uma carreira no banco para alcançar a ser diretor, nos caracteriza que sua nomeação foi por questões políticas, influenciadas por suas atuações no mercado financeiro. Demonstrando assim que existe um vínculo partidário, que não é com o Partido dos Trabalhadores, porque continuou no cargo de diretor mesmo com o fim do governo do partido, mas não se tem informações sobre o vínculo do diretor com algum outro partido.

Partindo para a diretoria de fiscalização do Banco Central do Brasil, o diretor é Anthero de Moraes Meirelles, que começou neste cargo no ano de 2011 e que se mantém até os dias atuais. Anthero Meirelles possui graduação em comunicação e matemática, além de ter mestrado em administração pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado na mesma área e na mesma universidade.

Antes de assumir o cargo de diretor de fiscalização, Anthero Meirelles havia atuado como diretor de regulação do Banco Central, além ter atuado também como consultor da diretoria de administração, entre 2003 e 2004, e gerente-administrativo regional em Belo Horizonte nos anos de 2004 a 2007. Fora das atividades do Banco Central, Anthero atuou como diretor do Cone Sul da associação de supervisores bancários das américas (ASBA) além de atuar como professor de pós-graduação da faculdade Novos Horizontes em Belo Horizonte.

O caso de Anthero Meirelles é similar ao diretor anterior, pelo fato de que em 2003 já atuava dentro da diretoria de administração do banco, mostrando-nos seu vínculo político, em conjunto com sua formação, para a nomeação do cargo que

ocupou. Sua saída após o período de governo do PT e o fato de não ter assumido nenhum cargo público após o fim do mesmo, ressalta-nos o vínculo político que o diretor tinha com o PT.

Como diretor de assuntos internacionais e também como diretor de Regulação do Sistema Financeiro, atuou Luiz Awazu Pereira da Silva, que tem duas graduações, uma em economia e administração pública pela Escola de altos estudos comerciais de Paris e a outra em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Instituto de Ciência Política de Paris. Além disso realizou estudos aprofundados em economia do desenvolvimento na Universidade de Paris em Sorbonne e realizou seu mestrado em filosofia e seu doutorado em economia pela mesma universidade.

Luiz Awazu também atuou como chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, entre 2007 e 2008, foi secretário de assuntos internacionais do Ministérios da Fazenda, nos anos de 2004 a 2006, além de ter sido assessor do Economista-Chefe do Banco Mundial em Washington entre 2000 e 2004.

Atuou posteriormente como diretor de política econômica do banco central até o final de 2015. Luiz Awazu Pereira da Silva, além de ter suas capacidades técnicas e ter trabalhado em algumas estancias do governo federal, também atuou como membro de confiança do governo, pelo fato de não ter atuado em nenhum outro governo até o momento. Onde pode-se considerar assim sua nomeação ao cargo como uma nomeação política.

O próximo diretor é Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, que na época do governo Dilma atuou como diretor de política econômica do banco central. Carlos Araújo é formado em engenharia civil pela Universidade Federal do Ceará, e com mestrado e doutorado em economia pela Fundação Getúlio Vargas. Assim como outros, este diretor tem experiência em outras pastas de diretoria, como a diretoria de assuntos internacionais, onde atuou no período de 26 de fevereiro até 27 de abril de 2010. Também atuou como chefe do departamento de estudos e pesquisas do Banco Central e como analista na secretaria do Tesouro Nacional e analista no Banco do Estado do Ceará. Além de atuar como professor na Fundação Getúlio Vargas e no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

Não foram encontradas muito mais informações sobre Carlos Araújo, mas também não foram encontradas atuações dele anteriores aos governos do partido dos trabalhadores, sendo considerado assim como uma nomeação política, fundamentada em suas atuações em cargos públicos nomeados.

Dentro da diretoria de organização do sistema financeiro e controle de operações do crédito rural, atua como diretor desde 2011 Sidnei Correa Marques. O diretor é bacharel em ciências contábeis pelo Centro Universitário do Distrito Federal, além de ter uma pós-graduação lato sensu em contabilidade e auditoria pela Universidade de Brasília e também pós-graduação lato sensu em gestão pela mesma universidade.

Antes de assumir essa diretoria, Sidnei Marques atuava como chefe do departamento de monitoramento do sistema financeiro e de gestão da informação dentro do Banco Central, no período de 2009 a 2011. Também atuou como chefe do departamento de supervisão de cooperativas de créditos e de instituições não bancárias, entre 2005 e 2006, chefe do departamento de capital estrangeiro e câmbio, nos anos de 2004 a 2005, e como chefe-adjunto do departamento de supervisão indireta do sistema financeiro nacional, entre 2001 a 2004.

Com sua atuação desde 2001 no Banco Central, e sua constante elevação de cargo durante o período que está no banco, é de considerar que sua nomeação foi por caráter técnico e por sua experiência na área da diretoria em que atua. Não demonstrando assim nenhum vínculo com partidos políticos.

O último diretor é Luiz Edson Feltrim, que durante a presidência de Alexandre Tombini, atuou como diretor de relacionamento institucional e cidadania do Banco Central. O diretor é bacharel em matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente.

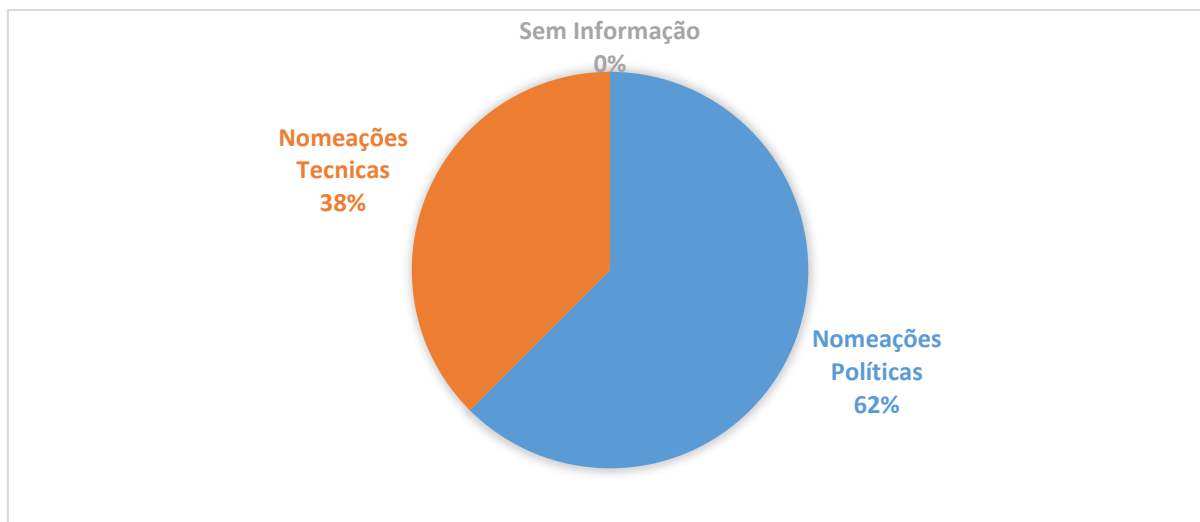
Antes de atuar como diretor, Luiz Feltrim também atuou como secretário executivo do Banco Central, como chefe do departamento de organização do sistema financeiro, no período de 1999 a 2011 e também atuou como chefe adjunto do departamento de organização do sistema financeiro, nos anos de 1995 a 1999.

Fora do Banco Central, o diretor atuou também como integrante do grupo de trabalho interministerial do cooperativismo, como integrante também do grupo de trabalho sobre micro finança instituída pelo Ministério da Fazenda. Posterior ao mandato de Alexandre Tombini, Luiz Feltrim atuou como Diretor de Administração do Banco Central.

O caso de Luiz Feltrim é muito parecido com o de Sidnei Marques, pelo fato de que está há um longo período atuando no Banco Central, onde sua indicação pode ser considerada como técnica, mesmo não sendo encontrado nenhuma comprovação de um alto grau de formação na área em que atuava.

Segue abaixo uma representação gráfica sobre o número de nomeações técnicas e políticas, que foram construídas a partir das categorias criadas para analisar cada um dos diretores e presidente da instituição.

Gráfico 3- Representação das Nomeações para os cargos do Bando Central do Brasil.

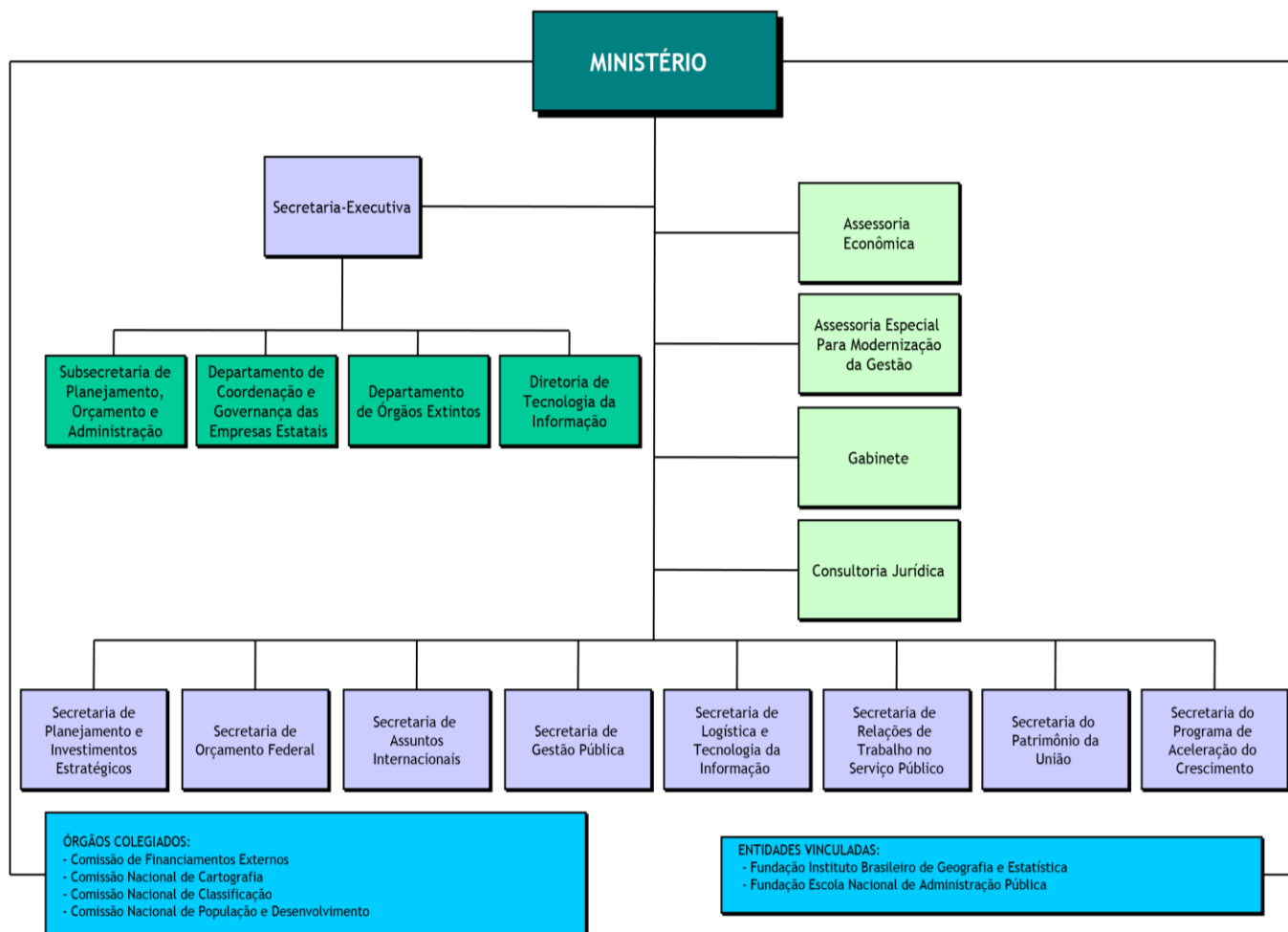


Fonte: Autor, com base nas análises realizadas anteriormente.

4.1.2 Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão

Neste momento partimos para a demonstração dos responsáveis pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no período de 2011 a 2014. Abaixo segue o organograma do ministério, que será levado em consideração para análise dos responsáveis de cada cargo descrito no mesmo.

Quadro 2- Organograma do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no ano de 2011.



Fonte: Documento disponibilizado pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão referente ao ano de 2011.

Nesta análise não se levará em consideração os órgãos colegiados e nem as fundações vinculadas ao ministério, isso pelo fato de que, primeiramente, os órgãos colegiados são uma composição muitas vezes das mesmas pessoas que estão dentro do ministério e discutem temas que não são de relevância para o trabalho, e as fundação se caracterizam por ter suas próprias organizações e modos de ação, que ocasionaria uma extensão do trabalho, e também porque estas fundações não são considerados espaços de interesses dos grupos que financiam a política nacional.

Dessa maneira iniciamos com a análise da responsável pelo ministério durante o governo Dilma Rousseff, que era a Ministra Miriam Aparecida

Belchior, que possui título de mestre em Administração e Governo pela Fundação Getúlio Vargas. No período de 1997 a 2002 foi secretária de administração e modernização administrativa e também como secretária de inclusão social e habitação da prefeitura municipal de Santo André. Atuou também como professora na Universidade de São Marcos, entre 1999 a 2002 e da fundação de Pesquisa e Desenvolvimento de Administração, Contabilidade e Economia, nos anos de 2001 a 2008.

Miriam Belchior, filiada ao Partido dos Trabalhadores, formou parte da equipe de transição do governo Lula, no momento em que Lula estava assumindo a presidência pela primeira vez. Foi assessora especial do Presidente da República, de janeiro de 2003 a junho de 2004, até que assumiu a subchefia de articulação e monitoramento da Casa Civil. Ocupou o cargo de secretária executiva do programa de aceleração do crescimento (PAC), e foi coordenadora geral do programa até ser nomeada pela presidente Dilma Rousseff para o cargo de Ministra.

A trajetória de Miriam Belchior demonstra que ela é uma pessoa de confiança do Partido dos Trabalhadores, por causa de suas atuações ocupando cargos nomeados, que de certa forma eram cargos importantes para a estratégia política dos governos que ela atuou, como por exemplo o PAC, o qual ela coordenou. E sendo filiada ao Partido dos Trabalhadores, ressalta-nos ainda mais que sua indicação foi por questões políticas.

Na secretaria-executiva do ministério, a responsável pelo cargo era Eva Maria Cella Dal Chiavon, formada em enfermagem pela Universidade de Concórdia, obteve sua pós-graduação em saúde pública pelo centro são Camilo de desenvolvimento em administração da saúde, além de ter uma especialização em planejamento estratégico público participativo pelo Instituto Americano de Desenvolvimento Social (ILDES).

Em suas atuações profissionais, além de exercer o cargo de secretária executiva do ministério, Eva Chiavon foi também secretária da casa civil do governo da Bahia, atuou como subchefe-executiva da secretária de relações institucionais da Presidência da República, secretária-executiva do conselho de desenvolvimento econômico e social da Presidência da República, além de atuar também como secretária executiva pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Trabalhou também como assessora parlamentar na área da previdência social do núcleo agrário da bancada no partido na câmara dos deputados e atuou como chefe de gabinete dos deputados federais Jaques Wagner, Milton Mendes e

Luci Choinacki, todos deputados do partido dos trabalhadores. Eva Chiavon dispõem de um vasto currículo de atuações em cargos de confiança do Partido dos Trabalhadores, e também foi dirigente do PT no estado de Santa Catarina. Isso nos mostra que os dois cargos mais altos do ministério foram ocupados por pessoas com experiência política e que tenham uma identificação com o partido governista, no caso o PT, demonstrando assim mais uma nomeação política.

Seguimos então para o cargo de assessor econômico. A responsável por este cargo era Esther Dweck, que é graduada em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e possui doutorado em Economia da Indústria e Tecnologia pela mesma universidade. É professora adjunta do Instituto de Economia da UFRJ.

Esther Dweck tem experiência na área de Economia, com ênfase em crescimento e desenvolvimento econômico, atuando em temas como integração micro macro, crescimento liderado pela demanda, restrição de balanço de pagamentos e etc. O único registro encontrado sobre atuações em cargos políticos não eletivos foi como chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento.

Assim vemos que a escolha por ela no cargo é baseada em seus conhecimentos técnicos, e não por questões políticas ou partidárias, trazendo novamente que muitos cargos de quesitos econômicos são ocupados por pessoas técnicas do assunto, deixando as questões políticas como secundárias.

Na área da consultoria jurídica ocorre uma situação muito parecida com a de assessoria econômica. O encarregado pelo cargo é Walter Baere de Araújo Filho, graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e tem pós graduação em advocacia pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em direito administrativo pela Universidade Candido Mendes e em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários.

Procurador federal de profissão, trabalhou também como assessor especial do ministro de Estado de Minas e Energia, além de ter atuado na consultoria jurídica do ministério de Minas e Energia, onde coordenou os projetos de lei para exploração e produção de petróleo e gás natural.

Considera-se que sua ligação com o ministério também é de características muito técnicas, mesmo com ele ter atuado em projetos por outros ministérios, mas foram todos ligados a sua área de conhecimento e especialização.

Partindo para a chefe de gabinete da ministra, a responsável era

Francisca Lucileide de Carvalho. Não foi encontrado informações sobre Francisca de Carvalho, nas páginas de perfis do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão. A única informação encontrada sobre a chefe de gabinete foi no Diário Oficial da União, onde relata a exoneração dela do cargo de subchefe adjunta da subchefia de assuntos federativos da secretaria de relações institucionais da Presidência da República, para assumir a chefia do gabinete da ministra do Planejamento. Apenas com essas informações, não é possível identificar se sua relação com o cargo era técnica ou política.

Dentro da Assessoria Especial para Modernização da Gestão, o responsável era Valter Correia da Silva, graduado em comunicação com habilitação em jornalismo pelo Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo. Foi eleito em 2011 presidente do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD). Dentro do próprio ministério já havia exercido o cargo de secretário-executivo adjunto e o cargo de secretário de gestão nos anos de 2005 a 2007.

Também exerceu a função de diretor-presidente da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) nos anos de 2007 a 2008, além de ter trabalhado como secretário de administração no município de Guarulhos em 2001 até 2004. Dessa maneira vemos que a indicação de Valter Correia da Silva para o cargo que ocupou, acabou sendo por sua experiência tanto política como experiência profissional no cargo, que por mais que não se tem relatos de estudos realizados por ele na área de administração e modernização de gestão, o mesmo tem muita experiência por ter atuado em esta área em outras instancias do poder público, e também pelo fato de ter trabalhado na prefeitura de Guarulhos durante um governo do PT, que nos ressalta ainda mais que sua nomeação foi política.

Dentro da secretaria de Planejamento e investimento estratégico, a responsável era Esther Bermerguy de Albuquerque, que é graduada em econômica pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e com especialização em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Antes de atuar neste cargo, Esther Albuquerque foi secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, nos anos de 2004 a 2011, que era subordinada a secretaria de assuntos estratégicos da Presidência da República. Além de ter atuado politicamente na prefeitura municipal de Belém, sendo secretaria de saúde, secretaria de finanças e secretaria de coordenação e gestão.

Uma mulher politicamente ativa e que vem atuando no governo do PT desde 2004, que mostra ser também uma pessoa de confiança e ativa dentro dos cargos

de segundo escalão do governo federal. Com sua experiência em cargos públicos e também por não ter elevada titulação acadêmica, considera-se que sua indicação, por mais que foi para um setor relacionado a sua área de estudo, foi muito mais política do que técnica, já que também ela vem trabalhando no governo federal desde o primeiro mandato do presidente Lula.

Na secretaria de orçamento federal, o responsável foi José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior, outra pessoa que não foi encontrado dados sobre sua vida ou trajetória política profissional. O que se sabe é que atualmente atua como diretor do departamento de planejamento, orçamento e finanças do Ministério da Defesa. Não sendo possível também caracteriza-lo com um perfil técnico ou político.

Seguindo a análise, na secretaria de assuntos internacionais, o responsável pelo cargo era João Guilherme Rocha Machado, graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestre em economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Na área da economia enfatizou seus estudos nas questões de crescimento e desenvolvimento econômico.

Antes de assumir o cargo de secretário de assuntos internacionais do ministério do planejamento, João Guilherme atuou como assessor da diretoria executiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com sede nos Estados Unidos, além de participar do conselho administrativo da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) e também do conselho de administração da empresa Furnas.

Isso nos mostra que sua experiência na área de estudos sobre desenvolvimento e também sua experiência profissional no BID foram cruciais para a nomeação deste cargo. Já que o período em que atuou como conselheiro administrativo da CEAGESP e Furnas foi o mesmo em que esteve no cargo de secretário do ministério do planejamento. Sendo dessa maneira, considerado como uma nomeação técnica.

Na secretaria de gestão pública a responsável pelo cargo era Ana Lucia Amorim de Brito, que também não foi encontrado nada em páginas oficiais sobre a secretaria deste período estudado. O único que se sabe é que Ana Lucia deixou o cargo no início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff e que não assumiu nenhum outro cargo público. Portanto, não é possível identificar as características de sua nomeação.

A mesma situação ocorre na secretaria de logística e tecnologia de informação, onde a pessoa encarregada era Loreni Fracasso Foresti, não foi encontrado dados sobre a pessoa, apenas através da busca sobre pessoas cadastradas na base do currículo Lattes, do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, se encontrou que a pessoa é graduada em ciências contábeis e administrativas pela Faculdade São Judas Tadeu.

Com uma situação diferente, na secretaria de Relações de Trabalho no serviço público, o encarregado era Sergio Eduardo Arbulu Mendonça, graduado em ciências econômicas pela Universidade de São Paulo e com pós-graduação em Economia pela mesma universidade. Antes que estar em este cargo, trabalhou como secretário de recursos humanos no período de 2003 a 2007.

Por mais de 20 anos exerceu as funções de diretor-técnico e analista no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Além de ter atuado como professor de economia e gestão das relações de trabalho na PUC/SP.

Isso nos mostra que sua escolha para gerir este cargo foi também muito pelas suas habilidades técnicas e por atuar academicamente estudando e lecionando sobre relações de trabalho, e também por não ter registros de qualquer outro envolvimento com cargos públicos não elegíveis, que ressalta-nos sua indicação por conhecimento técnico e não político.

Na secretaria do Patrimônio da União, a responsável era Cassandra Maroni Nunes, graduada em geologia pela Universidade de São Paulo. Dedicou parte do seu tempo trabalhando no instituto geológico da secretaria de meio ambiente de São Paulo, onde atuou na área de prevenção de desastres naturais.

Atuou como vereadora na prefeitura municipal de Santos, onde esteve por quatro mandatos. Foi vereadora estando filiada ao Partido dos Trabalhadores. Como vereadora atuou em defesa do direito à habitação de interesse social para famílias de baixa renda e pelo planejamento da cidade.

Por sua filiação partidária e por sua experiência política, nos leva a compreender que Cassandra Nunes esteve ocupando este cargo por ser uma mulher ativa politicamente dentro do partido e principalmente militante, apesar de seus conhecimentos técnicos e projetos realizados com base em sua formação, a função exercida por ela não converge com sua área profissional, ressaltando ainda mais ser

uma pessoa com vínculo ideológico e partidário com o governo.

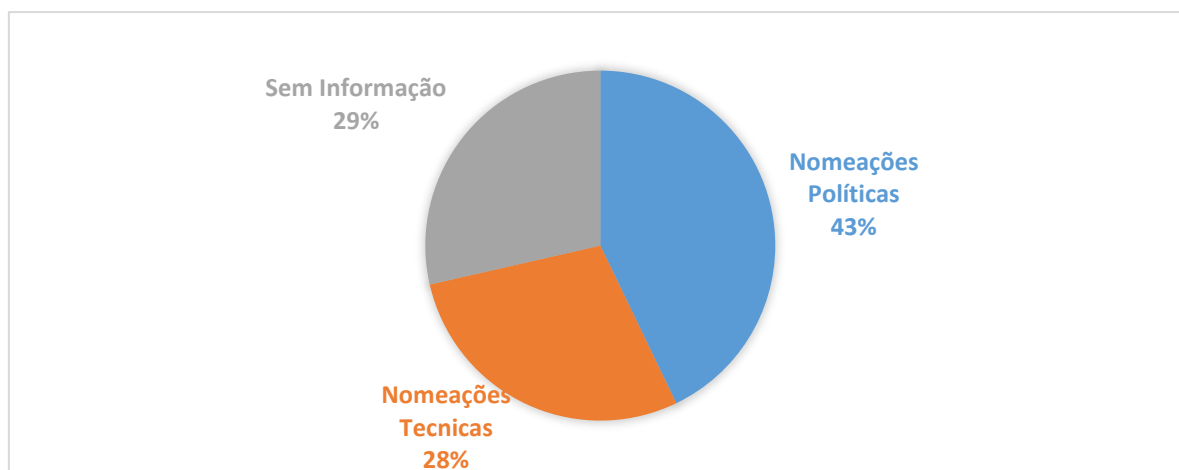
Em uma das secretarias mais importantes do Ministério do Planejamento, a secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estava Mauricio Muniz Barreto de Carvalho, graduado em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas e mestre em administração pública e planejamento urbano pela mesma fundação.

Antes de assumir o cargo de secretário do PAC, Mauricio Muniz trabalhou como diretor na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), entre 1999 e 2002. No ano de 2003 assumiu o cargo de diretor de monitoramento, avaliação, auditoria e capacitação do Ministério da Educação e posteriormente dirigiu o programa de inclusão do mesmo órgão.

Trabalhou como assessor especial da Presidência da República, de 2003 a 2004, quando assumiu a subchefia de articulação e monitoramento da Casa Civil da Presidência da República. Mauricio Muniz tem uma longa trajetória dentro do poder público, estando presente desde o primeiro mandato do governo Lula, que nos mostra também ser uma pessoa ligada politicamente ao governo do Partido dos Trabalhadores, onde considera-se que este ocupou o cargo de secretário do PAC por questões políticas e de confiança, mesmo com sua capacidade técnica.

Segue abaixo a representação gráfica das características das nomeações de cargos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com base nas análises realizadas acima.

Gráfico 4- Representação das Nomeações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

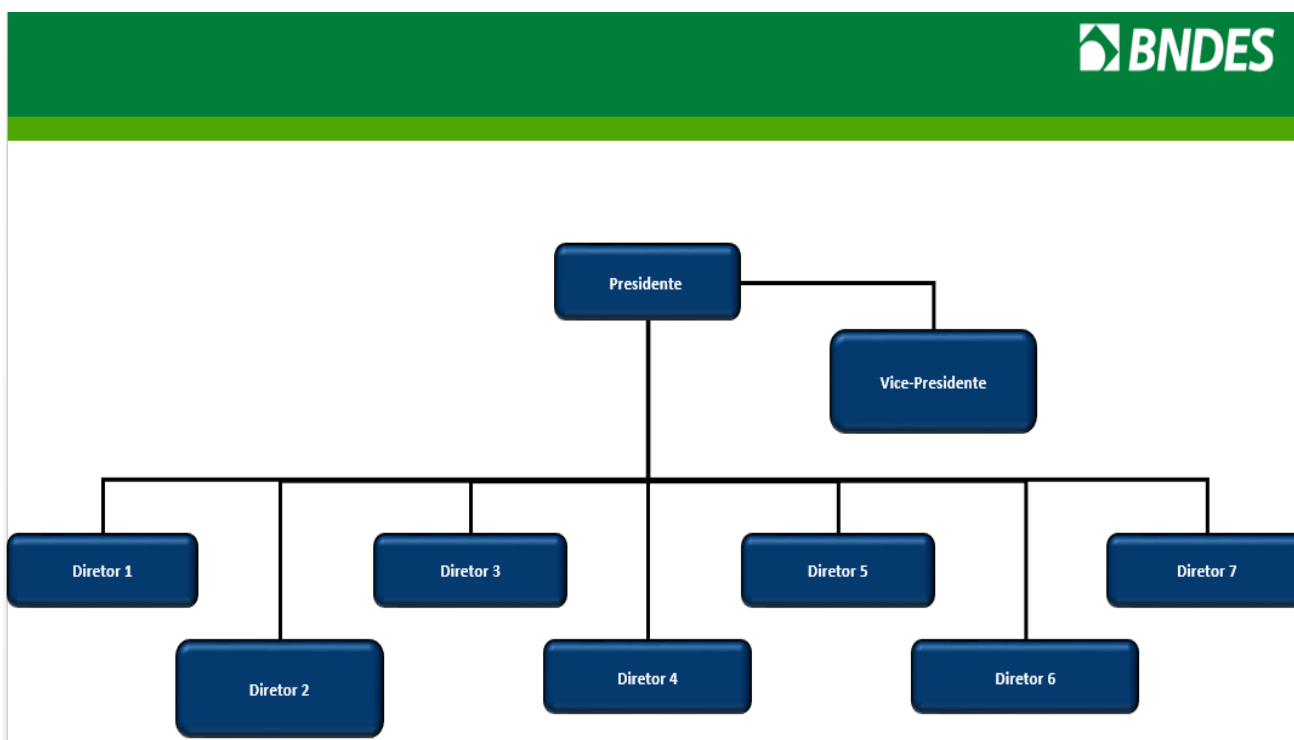


Fonte: Autor, com base nas análises realizadas anteriormente.

4.1.3 Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Neste momento partiremos para a análise sobre a composição do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), cujo banco tem como objetivo financiar, a longo prazo, investimentos em todos os segmentos da economia. Tendo assim como objetivo maior, aumentar a melhoria da competitividade da economia brasileira. Abaixo segue o organograma do BNDES.

Quadro 3- Organograma do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) nos anos de 2011 a 2014.



Fonte: Documento disponibilizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento referente ao ano de 2011.

Iniciando a análise, o presidente do BNDES era Luciano Galvão Coutinho, bacharel em economia pela Universidade de São Paulo e mestre em economia pela mesma universidade e doutor também em economia pela Universidade de Cornell nos Estados Unidos. Teve como tema principal em seus estudos a política industrial e o lado real da economia.

Nos anos de 1985 e 1988, Luciano Coutinho trabalhou como

secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, participando da estruturação do ministério na época. Em 1994, coordenou o estudo de competitividade da indústria brasileira, financiado pelo BNDES. Antes de assumir o cargo de presidente do BNDES no ano de 2007, Luciano atuou também como consultor especialista em defesa da concorrência, comércio internacional e perícias econômicas, na empresa LCA Consultores, na qual é sócio.

Podemos analisar que Luciano Coutinho, que não foi encontrado nenhum vínculo partidário mesmo tendo atuações políticas dentro de outros governos, no caso o governo de José Sarney, o caráter técnico de seus estudos e a experiência em ter trabalhado em consultoria para grandes empresas privadas influenciaram para sua nomeação ao cargo. Mesmo assim, considera-se complexo que, para um cargo alto quanto o de presidente de um banco, seja definido apenas pelas suas capacidades técnicas. Mas como a análise é a partir das características do indivíduo, sua nomeação é considerada por caráter técnico.

O vice-presidente do BNDES no mesmo período era Wagner Bittencourt de Oliveira, graduado em engenharia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ingressou ao plantel de funcionários do banco em 1975. No ano de 2006 atuava como um dos diretores do BNDES, onde era responsável pelos setores de infraestrutura, insumos básicos e estruturação de projetos. Mas no começo do primeiro mandato de Dilma Rousseff ele ainda não atuava como vice-presidente do banco, porque no começo do ano ele foi nomeado Ministro de Aviação Civil, cargo que não durou muito tempo e logo assumiu a vice-presidência do BNDES.

Isso nos mostra que Wagner Bittencourt é um funcionário de carreira do BNDES e que atingiu seu auge como diretor através de suas atuações internas do banco. Mesmo ele atuando como ministro de Dilma, é difícil considerar que sua atuação como vice-presidente tenha sido por questões políticas e não por questões técnicas e de conhecimento histórico do BNDES.

O primeiro diretor a ser analisado é Roberto Zurli Machado, graduado em engenharia civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e mestre em engenharia de produção pela mesma instituição. Posterior a sua formação, atuou como consultor técnico especializado em projetos de transportes, até entrar para o BNDES.

Nos anos de 1985 a 2003, Roberto Machado trabalhou no setor de

projetos de logística e transporte, atuando respectivamente como técnico, gerente e chefe do departamento. No ano de 2003, assumiu o cargo de diretor de projetos de telecomunicações, onde esteve a cargo até o ano de 2006. Atuou também como diretor adjunto da divisão de insumos básicos, de 2007 a 2011, quando por fim assumiu o cargo de Diretor Gerente do BNDES.

Não foi encontrado nenhum vínculo com partidos políticos por parte de Roberto Zurli Machado, portanto, caracteriza-se sua atuação como diretor do BNDES como técnica, pelo fato de ter uma longa carreira no banco e ter atuado em sua mesma área de formação.

O segundo diretor desta análise é Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva, é mestre em Direito e Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutor em economia política internacional pela Universidade de Essex, na Inglaterra. É funcionário de carreira do Banco Central do Brasil e também professor da PUC-Rio. Ministrou também no Instituto Rio Branco do Ministério de Relações Exteriores.

Trabalhou para o Lloyds Bank International, um banco inglês, considerado atualmente como o segundo maior banco do Reino Unido. Também atuou como consultor econômico-chefe da Federação Nacional de Seguradoras (Fenaseg). Nos anos de 2003 e 2004, atuou como diretor executivo do BNDES, onde ficou responsável pelas divisões Legal e de comércio exterior do banco.

Posteriormente, nos anos de 2006 e 2007, esteve a cargo da secretaria de estado dos assuntos internacionais do ministério das finanças e também foi chefe do gabinete do ministro até 2011. Em seguida foi nomeado diretor de assuntos internacionais e comércio exterior.

Luiz Eduardo Melin participou também de negociações financeiras internacionais, onde dirigiu delegações brasileiras e atuou também como enviado pessoal do ministro das finanças. Foi deputado do ministério das finanças no G-20, no período em que o Brasil foi nomeado para o comitê diretor. Foi membro da Financial Stability Board (FSB), organismo internacional que monitora e faz recomendações sobre sistema financeiro global. Além de ter atuado também como líder da delegação brasileira no Grupo de Integração Financeira da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Com base em seu currículo, nota-se uma grande experiência no mercado laboral, além de também ter uma grande experiência política e internacional

nos processos de representação do Brasil. Portanto, pode-se dizer que sua indicação foi por questões políticas, por ter tido atuado em outras áreas durante o governo do PT, mesmo com seu caráter técnico, por ter uma experiência acadêmica e profissional na área a qual assumiu do BNDES.

O terceiro diretor é Mauricio Borges Lemos, graduado em ciências econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre e doutor em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É especialista em economia regional e urbana e também em finanças públicas.

Antes de atuar como diretor, cargo que esteve desde 2003, foi secretário municipal de planejamento da prefeitura de Belo Horizonte e também secretário municipal de coordenação de Política Social. Mauricio Lemos também foi membro da equipe de transição do governo Lula em 2002.

Isso nos mostra que sua nomeação como diretor além de ser técnica, por seus conhecimentos na área de economia, foi também profundamente política, porque se manteve no cargo quase todos os anos em que o PT esteve no governo. Não foi encontrado registro de filiação partidária oficial, é claro a existência de um vínculo político para sua nomeação ao cargo.

O quarto diretor a ser analisado aqui é Julio Cesar Maciel Ramundo, graduado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1992 tornou-se funcionário de carreira do BNDES. No ano de 1997, foi transferido para a vice-presidência, onde atuou como conselheiro econômico para iniciativas e programas em economia do setor público.

No ano de 1999, Julio Ramundo foi nomeado para realizar um treinamento no exterior, onde se tornou mestre em administração de empresas pela London Business School, da Universidade de Londres. Em sua volta ao BNDES, foi gerente executivo do departamento de comércio e serviços, nos anos de 2001 a 2002 e também atuou como chefe do departamento de indústria eletrônica, entre 2003 a 2006.

Trabalhou também como diretor adjunto da divisão de inclusão social, no ano de 2006 e posteriormente, em 2008, assumiu a divisão industrial do banco. Até que em 2011 foi nomeado diretor gerente do BNDES.

Assim vemos que Julio Cesar Maciel Ramundo é um funcionário de carreira do BNDES, e que com o tempo foi subindo nos cargos do banco e se especializando em determinadas áreas, de acordo com seus estudos financiados pelo

próprio banco. Dessa forma, se vê claramente que sua posição como diretor foi por questões técnicas, pela longa carreira que construiu no banco.

O quinto diretor é Guilherme Narciso de Lacerda, graduado em economia pela Universidade Federal do Espírito Santo, com mestrado em economia pela Universidade de São Paulo e doutorado na mesma área pela Universidade de Campinas. Na área acadêmica atuou como professor da Universidade Federal de Juiz de Fora e também da Universidade Federal do Espírito Santo.

Fora da academia, atuou como consultor corporativo, desenvolvendo projetos econômicos e diagnósticos da indústria. Atuou como conselheiro econômico da Câmara dos Deputados, no ano de 1991, foi secretário adjunto da secretaria municipal de indústria e comércio de Belo Horizonte, entre 1993 e 1994. Além de ter atuado como diretor geral da divisão de operações do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), entre 1995 e 1998. Ambos governos, tanto municipal quanto estadual, em que atuou, eram controlados pelo Partido dos Trabalhadores na época.

Entre 2003 a 2011 presidiu a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), que é um fundo de pensão brasileiro que gerencia a previdência complementar dos funcionários da Caixa Econômica Federal. O cargo de presidente é nomeado pelo presidente da Caixa Econômica Federal, conseqüentemente, tendo ligação política com o governo federal.

Portanto, pode-se dizer pela longa trajetória política que teve Guilherme Narciso de Lacerda, atuando em estados e prefeituras, que eram governados por representantes do partido dos trabalhadores, e também pela sua longa duração no cargo da presidência da FUNCEF, nos mostra que sua indicação ao cargo foi de características muito mais políticas do que técnicas, tendo mais um representante, fortemente ligado ao partido governista, mesmo sem registros disponíveis que mostram sua filiação ao partido.

O sexto diretor do BNDES é Fernando Marques dos Santos, graduado em engenharia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e funcionário do banco desde 1976. Nos anos de 1983 a 1989, trabalhou como gerente da divisão de projetos orientados por agentes. Já em 1989, tornou-se chefe de departamento na divisão de crédito, onde esteve até 1994, quando assumiu a direção geral adjunta na direção de crédito, cargo que ocupou até 2003.

Antes de ser nomeado diretor gerente, Fernando Marques dos Santos

também atuou dentro da presidência e vice-presidência do BNDES. Podemos observar claramente que o diretor esteve no cargo por suas competências técnicas e por seus anos de experiência no banco, não demonstrando nenhum vínculo com partidos políticos.

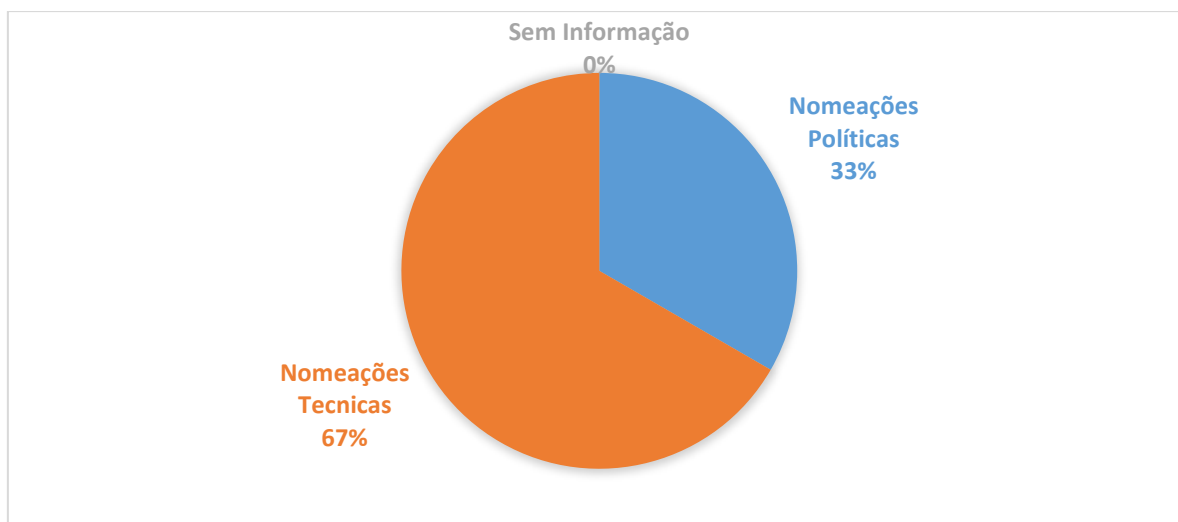
O sétimo e último diretor gerente é João Carlos Ferraz, graduou-se em economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e em jornalismo pela mesma instituição. É PhD em economia da inovação e políticas públicas da Universidade de Sussex, na Inglaterra. Durante seus estudos, se especializou em temas relacionados a organização industrial e competitividade, inovação e estratégias de negócios e políticas de financiamento e desenvolvimento da produção.

Antes de ser parte do BNDES, ocupou o cargo de diretor da divisão de produção e desenvolvimento corporativo da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), entre 2003 e 2007. Antes, foi professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos anos de 1998 a 2003.

Mesmo não sendo um funcionário de carreira, é difícil considerar que a atuação de João Carlos Ferraz como diretor do BNDES não seja por questões técnicas, como os outros não foi encontrado vínculo dele com algum partido político. Considerando assim, João Carlos Ferraz como um nomeado técnico por sua trajetória acadêmica e profissional na área de desenvolvimento e políticas financeiras.

Após finalizar essa análise, segue abaixo uma demonstração gráfica para melhorar a compreensão da situação BNDES enquanto suas nomeações, sejam elas técnicas ou políticas.

Gráfico 5- Representação das Nomeações do Banco Nacional do Desenvolvimento.



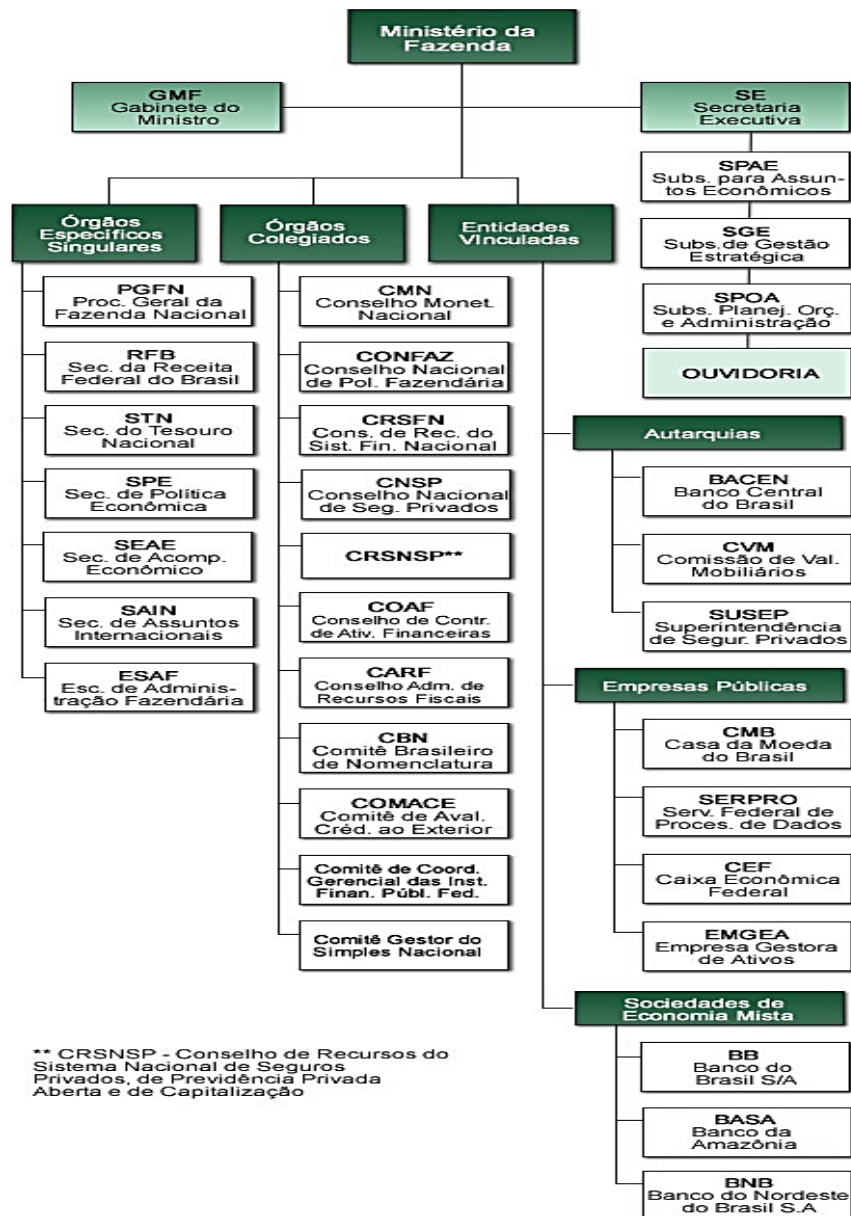
Fonte: Autor, com base nas análises realizadas anteriormente.

4.1. 4 Ministério da Fazenda.

Realizaremos a última análise dos ministérios, ao qual corresponde agora ao Ministério da Fazenda, órgão responsável por planejar, formular e executar as políticas econômicas nacionais. Todos os assuntos relacionados a administração dos recursos públicos estão sobre responsabilidade do ministério, assim como as regras de condução e fiscalização de operações de crédito, arrecadação tributária federal, preços e tarifas públicas, consórcio e previdência privada.

Por este motivo é considerado também como um espaço de tomada de decisões que são de interesses dos grupos que financiam os partidos políticos nacionais. No organograma apresentado abaixo, não se analisarão os conselhos administrativos, por se tratar apenas de conselhos formados por pessoas ligadas aos outros cargos do ministério, e também não se analisarão as autarquias, com exceção do Banco Central que foi analisado anteriormente, as empresas públicas, a escola de administração fazendária e as sociedades de economia mistas, por serem órgãos com organizações independentes e de funcionalidade múltiplas, não sendo considerado assim como espaços relevantes para os grupos financiadores das políticas nacionais.

Quadro 4- Organograma do Ministério da Fazenda no ano de 2011.



Fonte: Documento disponibilizado pelo Ministério da Fazenda referente ao ano de 2011.

Deste modo, começaremos a análise pelo ministro do Ministério da Fazenda durante os anos de 2011 a 2014, que no caso era Guido Mantega, graduado em economia e ciências sociais pela Universidade de São Paulo, e possui doutorado em sociologia do desenvolvimento pela mesma universidade. Em 1980 filiou-se ao então recém criado partido dos trabalhadores.

Trabalhou como professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo entre 1982 até 1987. No ano de 1984, Guido Mantega era membro ativo da coordenação do programa econômico do Partido dos Trabalhadores. No ano de 1989 atuou como chefe de gabinete da secretaria municipal de planejamento de São Paulo,

pouco tempo depois assumiu o cargo de diretor de orçamento da cidade. Permaneceu no cargo do município até o ano de 1992. Em 1993 trabalhou como assessor econômico de Luis Inácio Lula da Silva

Com a posse de Lula a presidente da república em 2003, Guido Mantega assumiu o Ministério do Planejamento. Esteve no cargo de 2003 a 2004, quando deixou o cargo para assumir a presidência do BNDES já no final de 2004, cargo no qual ficou até março de 2006. Após a saída de Antônio Palocci do Ministério da Fazenda, Guido Mantega foi convidado para tomar posse do cargo. Desde então foi o responsável pela pasta durante o segundo mandato do governo Lula e o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

Dessa forma podemos concluir que, por mais que tenha conhecimento acadêmico sobre a área de economia e desenvolvimento, o maior motivo pela indicação ao cargo foi pela sua militância histórica dentro do PT e principalmente, assessorando o ex-presidente Lula.

O secretário executivo do ministério na época era Nelson Henrique Barbosa Filho, graduado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluiu o mestrado pela mesma universidade e realizou seu doutorado pela New School of Social Research, na cidade de Nova York, no ano de 2011.

Antes de entrar para a vida pública, Nelson Barbosa exerceu cargos acadêmicos, como professor de matemática e econometria da New School University, e a partir de 2002, tornou-se professor-adjunto no Instituto de Economia da UFRJ.

Na administração pública federal, atuou como analista do Banco Central, nos anos de 1994 a 1997 e chefe-adjunto da assessoria econômica do ministério do planejamento em 2003. Entre 2005 e 2006 assumiu o cargo de assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Dentro do Ministério da Fazenda ocupou diversos cargos, como secretário-adjunto de política macroeconômica e análise de conjuntura, entre 2006 e 2007, secretário de acompanhamento econômico, em 2007 e secretário de política econômica, em 2008 a 2010. Em 2011 foi nomeado pela presidenta Dilma Rousseff, secretário-executivo do Ministério da Fazenda.

Nelson Barbosa tem atuado na administração pública federal desde 1994, quando estava no Banco Central, mas foi após 2003 que foi assumindo vários cargos mais próximos do governo federal, sendo indicados diretamente pelo chefe de governo, assumindo assim que sua indicação foi por características políticas, mesmo

ele tendo qualidades técnicas para estar nos cargos que ocupou, até porque posterior ao período analisado, Nelson Barbosa foi Ministro da Fazenda no ano de 2015 a 2016.

Na subsecretaria de assuntos econômicos, o responsável era Fabio Franco Barbosa Fernandes, graduado em administração de empresas pela Universidade Ítalo Brasileira, em ciências contábeis pela mesma universidade e também em direito pela Universidade Paulista. Mestre em Direção e gestão de planos e fundos de pensão, pela Universidade de Alcalá, na Espanha.

Antes de entrar no serviço público, trabalhou na Rhodia S/A, indústria multinacional atuando na produção têxtil no Brasil, onde acumulou atividades das áreas contábil e também no departamento de estudos econômicos e planejamento estratégico da empresa.

Atuou como auditor fiscal na Receita Federal do Brasil, em 1998, trabalhou como coordenador de equipe fiscal do INSS, entre 1999 e 2000 e também assumiu cargos dentro da secretaria de previdência complementar, sendo chefe de gabinete, entre 2005 e 2006, e diretor de departamento de fiscalização, entre 2006 e 2008. Dentro do Ministério da Fazenda, antes de assumir a subsecretaria para assuntos econômicos, atuou como assessor da secretaria executiva entre 2009 e 2011.

Pelos vários cargos que ocupou, é difícil pensar que suas relações com os cargos não foram também por questões políticas e apenas técnicas. Mas após a queda do governo Dilma em 2016, Fabio Barbosa continuou no ministério como assessor especial do ministro, mostrando-nos que sua relação política não é com o partido dos trabalhadores, mas sim com outro que tinha influência no governo e que continuou após a queda, mas não se tem registro de ligações diretas entre Fabio Barbosa e algum partido político.

Ocorre algo parecido na subsecretaria de gestão estratégica, comandada por Julieta Alida Garcia Verleum, graduada em ciências econômicas pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Não foram encontradas muitas informações sobre Julieta Verleum. O que foi encontrado é que ela foi membro titular do conselho fiscal da BB Corretora de Segura e Administradora de Bens e é atualmente membro titular do conselho fiscal da BB Elo Cartões Participações.

Considera-se parecido com a subsecretaria anterior pelo fato de que Julieta Verleum ocupa o mesmo cargo até os dias atuais, mesmo com a troca de

governo, que nos mostra novamente que sua indicação ao cargo foi por questões políticas, e não ligadas ao partido dos trabalhadores.

Na subsecretaria de planejamento, orçamento e administração, o responsável era Augusto Akira Chiba, graduado em engenharia mecânica pela Universidade Federal de Itajubá e em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. Possui pós-graduação em inteligência competitiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e especialização em Gestão de Qualidade pela Universidade do Tennessee, nos Estados Unidos.

No período de 2001 a 2003 trabalhou como assessor da presidência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), autarquia vinculada com o Ministério da Saúde. Atuou também no Ministério do Planejamento, no período de 2003 a 2007 na função de diretor de gestão interna da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

No Ministério da Fazenda atuou em várias funções, exercendo cargos de coordenador-geral de recursos logísticos e também a função de subsecretário-adjunto de planejamento, orçamento e administração, até se tornar o subsecretário da mesma área. Atualmente trabalha como secretário de gestão de pessoas e relações de trabalho no serviço público do Ministério do Planejamento.

Augusto Akira, assim como outros, tem experiência em várias áreas do executivo nacional, trabalhando em áreas que não são muito ligadas a sua formação profissional, como seu período na ANVISA, isso nos mostra que sua indicação foi por questões políticas. E sua permanência em cargos do executivo nacional após a queda da presidente Dilma, realça que seu vínculo político não era com o PT.

Seguindo a análise, para os cargos de procurador-geral da fazenda nacional, secretário da receita federal do Brasil, secretaria de assuntos internacionais e secretário do tesouro nacional, não foram disponibilizados os nomes das pessoas responsáveis durante o período de análise deste trabalho, tendo apenas os responsáveis posterior a este período.

Portanto passamos a análise para a secretaria de política econômica, que o responsável era Marcio Holland de Brito, graduado em economia pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre na mesma área pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutor em ciência econômica pela Universidade Estadual de Campinas, além de ter realizado um pós-doutorado na University of California

Berkeley, nos Estados Unidos.

Antes de assumir a secretaria do Ministério da Fazenda, Marcio de Brito era professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi também secretário-executivo adjunto da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), e acadêmico da Universidade Federal de Uberlândia e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atualmente voltou a atuar como professor de economia da FGV.

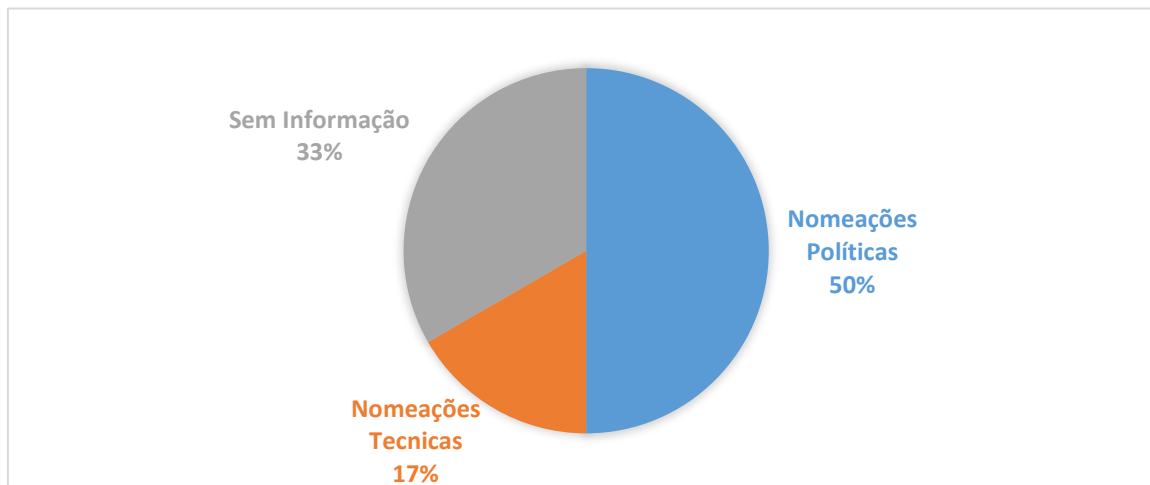
Não foi encontrado nenhum vínculo de sua atuação em outros governos ou outros cargos posteriores ao governo que trabalhou, sendo assim, levando em consideração sua área de formação em relação ao cargo que ocupou, a nomeação de Marcio de Brito ao cargo no ministério é considerada como técnica.

Na secretaria de acompanhamento econômico o responsável era Pablo Fonseca Pereira dos Santos, graduado em economia pela Universidade de Brasília e mestre em administração pública pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos.

Atuou como analista na secretaria do tesouro nacional em agosto de 2001, além de haver sido coordenador-geral de assuntos econômico-financeiros da secretaria de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, entre 2002 e 2005. Trabalhou também como assessor econômico da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, entre 2005 e 2011.

Após este período, tornou-se secretário de acompanhamento econômico, cargo que ficou até 2015, quando assumiu a subsecretaria de regulação e infraestrutura do mesmo ministério. Sem encontrar nenhum vínculo com um partido e sem informação sobre a atual profissão de Pablo Fonseca, e pelo longo período que esteve trabalhando em cargos do executivo, afirma-se que sua nomeação ocorreu como uma nomeação política.

Gráfico 6- Representação das Nomeações do Ministério da Fazenda.



Fonte: Autor, com base nas análises realizadas anteriormente.

4.1.5- Conclusão dos dados

Neste momento, se realiza uma exposição mais didática sobre quais categorias que prevaleceram para a seleção dos cargos de cada órgão público analisado. Abaixo pode-se observar primeiramente as relações entre categorias de análises e cargos do Banco Central do Brasil.

Vemos que a categoria que mais prevaleceu para nomeação dos cargos foi a de Área e Grau de Formação, algo que já se esperava previamente, pelo motivo de que o Banco Central trabalha com situações muito específicas e técnicas, com necessidades de ter especialistas em determinados temas ocupando cargos mais altos da instituição.

Mas, tanto a atuação no mercado laboral quanto o vínculo partidário dividem o grau de importância, onde nota-se que aqueles que tiveram sua experiência laboral sem vínculo partidário, foram aqueles nomeados por questões técnicas, e que todos aqueles com vínculo partidário, independentemente das outras categorias, foi considerado como nomeações políticas. Segue abaixo a tabela com as ilustrações.

Tabela 12- Demonstração da importância de cada categoria nos cargos analisados do Banco Central do Brasil.

<i>Ministério</i>	Cargos	Área/Grau Formação	Atuação Política Prévia	Atuação Laboral	Vínculo Partidário
<i>Banco Central do Brasil</i>	Presidente	X		X	X
	DIRAD	X		X	
	DIPOM	X		X	X
	DIFIS	X		X	X
	DIREX	X			X
	DINOR	X			X
	DIPEC	X			X
	DIORF	X		X	
	DIREC			X	

Fonte: Autor, baseado na análise realizada anteriormente.

Mas esta situação vista acima não se repete quando analisamos o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que nota-se uma maior disparidade entre cargos, em ter um padrão formado para nomeações. Nota-se que também todas as pessoas que se enquadraram na categoria vínculo partidário, foram consideradas nomeações políticas.

É mais complexo tirarmos conclusões deste ministério pelo fato de que teve alguns cargos onde não se obteve informações sobre os indivíduos que o ocupavam. Mas se desconsiderarmos estes cargos, percebe-se que existem duas categorias que prevalecem para as nomeações dos cargos, a categoria de área e grau de formação e de vínculo partidário.

A exceção ocorre em alguns casos, como por exemplo no cargo de consultor jurídico e de assessor econômico, que foi observado que se privilegiou pessoas com capacidades técnicas avançadas em suas áreas de atuação. Situação compreensível pelo fato de que são dois cargos essencialmente técnicos. Segue abaixo a ilustração do ministério.

Tabela 13- Demonstração da importância de cada categoria nos cargos analisados do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Ministério	Cargos	Área/Grau Formação	Atuação Política Previa	Atuação Laboral	Vínculo Partidário
<i>Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão</i>	Ministro/a	X			X
	Secretaria Executiva				X
	Assessoria Econômica	X			
	Ass. Esp. Para Modernização			X	X
	Chefe de Gabinete				
	Consultoria Jurídica	X			
	Secr. De Planejamento Estratégico	X			X
	Secr. Orçamento Federal				
	Secr. De Assuntos Int.	X		X	
	Secr. de Gestão Publica				
	Secr. de logística e tec. Da Informação				
	Secr. de Relações de Trabalho	X		X	
	Secr. Patrimônio da União		X		X
	Secr. do PAC				X

Fonte: Autor, baseado na análise realizada anteriormente.

No caso do BNDES, ocorre uma situação bem diferente dos

anteriores. Observou-se que a categoria de atuação no mercado laboral foi a que mais teve peso no processo de nomeação dos indivíduos aos cargos. Isso ocorre muito pelo fato de que uma grande parte dos executivos do banco são funcionários de carreira e que adquiriram experiência com o tempo de atuação.

E a consequência disso é que tenha também uma valorização da área e grau de formação, situação similar ao Banco Central, e ocorre um relativo desprestígio da categoria vínculo partidário, ocorrendo poucas vezes no caso do BNDES. Pode-se observar melhor a situação na tabela abaixo.

Tabela 14- Demonstração da importância de cada categoria nos cargos analisados do Banco Nacional do Desenvolvimento.

Ministério	Cargos	Área/Grau de Formação	Atuação Política Previa	Atuação Laboral	Vínculo Partidário
<i>Banco Nacional do Desenvolvimento</i>	Presidente	X		X	
	Vice-Presidente			X	
	Diretor 1			X	
	Diretor 2	X		X	X
	Diretor 3	X			X
	Diretor 4			X	
	Diretor 5	X			X
	Diretor 6			X	
	Diretor 7	X		X	

Fonte: Autor, baseado na análise realizada anteriormente.

Por fim, o último caso é o do Ministério da Fazenda, assim como o Ministério do Planejamento, se encontra em uma situação complexa de análise por falta de informações sobre os responsáveis de alguns cargos. Mas analisando os cargos disponíveis, nota-se que duas categorias são as que mais se destacam no processo de nomeação para os cargos, a primeira é a categoria de área e grau de formação e a segunda é o vínculo partidário. As duas categorias aparecem o mesmo número de vezes.

A atuação laboral ela não aparece com frequência neste caso pelo fato de que existe uma prioridade em indivíduos com vínculos partidários. Porém, pelo ministério também tratar com assuntos técnicos e específicos, observa-se que além de vínculo partidário o indivíduo deve ter um alto nível de formação na área a qual vai

atuar dentro do ministério. A consequência disso é o baixo índice de nomeações técnicas que ocorreu no ministério. Pode-se observar melhor essa relação na tabela apresentada a seguir.

Tabela 15- Demonstração da importância de cada categoria nos cargos analisados do Ministério da Fazenda.

Ministério	Cargos	Área/Grau de Formação	Atuação Política Previa	Atuação Laboral	Vínculo Partidário
<i>Ministério da Fazenda</i>	Ministro/a	X			X
	GMF				
	SE	X			X
	SPAE	X		X	X
	SGE				X
	SPOA	X			X
	PGFN				
	RFB				
	STN				
	SPE	X		X	
	SEAE	X			X
	SAIN				

Fonte: Autor, baseado na análise realizada anteriormente.

Para concluir, notou-se que a categoria atuação política previa foi totalmente relevado em comparação com as outras categorias, com exceção de um caso apenas. Dessa maneira, conclui-se que em este período a atuação em cargos políticos eletivos não foi levado em consideração em nenhum dos casos analisados, porém, a categoria de área e grau de formação e de vínculo partidário foram as que mais se levaram em consideração para a nomeação dos indivíduos para os cargos que ocuparam.

4.2- A DEVOLUÇÃO DO DINHEIRO INVESTIDO: O BNDES COMO O CAMINHO DE VOLTA DO DINHEIRO QUE FINANCIOU OS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS

Esta parte do capítulo tem como objetivo demonstrar de que forma pode ocorrer a devolução por parte do Estado, o dinheiro investido pelas elites

econômicas nos partidos políticos nacionais. Dessa maneira, se realizará uma demonstração sobre a quantidade de dinheiro liberado pelo BNDES para os grupos financiadores da política nacional.

Portanto, para a demonstração dos grupos donos de empreiteiras, tomaremos um foco sobre a liberação de créditos por parte do banco para as empresas realizarem investimentos em seus patrimônios. Com o intuito de expansão e para os bancos, analisaremos, quantitativamente, o número de vezes em que o BNDES aprovou crédito por meio das instituições bancárias privadas que foram acionadas por outras empresas, levando sempre em consideração os bancos que foram destacados no capítulo dois deste trabalho.

É de suma importância ressaltar que todos os dados que serão apresentados a seguir foram disponibilizados pelo BNDES através da Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, solicitado por meio do E-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), além de vários dados serem encontrados no site oficial do próprio banco.

Iniciaremos esta parte com a exposição dos valores liberados pelo BNDES aos grupos que são donos das empreiteiras. Ressalta-se que os valores que serão apresentados a seguir é uma combinação de valores recebidos por ano de todas as empresas que o grupo analisado obtém, não sendo valores apenas liberados para empreiteiras, mas sim para as empresas dos grupos econômicos.

Ressalta-se que apenas serão trabalhadas as operações indiretas feitas pelo BNDES, pelo fato de que as indiretas ocorrem por meio instituições bancárias credenciadas no banco, ocorrendo assim uma melhor visualização dos valores e dos anos que realizou a liberação do financiamento e também por ser melhor para identificar as instituições privadas que são intermediárias nas operações do BNDES.

As operações indiretas ocorrem pelo fato de que o BNDES não tem agências bancárias, sendo assim, atua em parceria com uma rede de instituições financeiras credenciadas. Neste tipo de operação a análise do funcionamento de projetos é feita diretamente pela instituição credenciada, e sendo ela também que negocia as condições de pagamentos e garantias exigidas, respeitando algumas regras definidas pelo BNDES. Portanto, as instituições credenciadas têm um determinado controle nas ações e projetos do BNDES.

Assim, o primeiro grupo a ser analisado é o grupo Andrade Gutierrez,

que nos anos de 2011 a 2014, foi um dos grupos que mais receberam liberação de créditos pelo BNDES, tendo o ano de 2013 como o auge de investimento, pelo fato de que foram liberados 95 milhões de reais ao grupo.

Durante os quatro anos analisados, os anos de que o grupo teve maior liberação de créditos foi nos anos de 2011 e principalmente 2013, um dado que vai ser uma tendência entre os grupos donos de empreiteiras, que em anos sem eleição tendem a receber mais do BNDES. Segue abaixo a tabela de apresentação dos dados.

Tabela 16- Valor liberado por ano pelo BNDES para o grupo Andrade Gutierrez

ANO	VALOR RECEBIDO
2014	R\$ 8.154.028,82
2013	R\$ 95.630.166,26
2012	R\$ 5.261.325,81
2011	R\$11.155.231,71
	TOTAL:R\$120.200.752,60

Fonte: Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em <https://goo.gl/fXqkQW>. Acesso: 27/05/2017.

O outro grupo a ser destacado é o grupo Odebrecht, que foi o grupo que durante este período de tempo analisado foi o que menos recebeu investimentos do BNDES para suas ações. O auge de suas ações conjuntas com o BNDES foi nos anos anteriores a 2010, onde foi encontrado diversas operações de liberação de crédito.

Vemos que com o grupo Odebrecht ocorre uma tendência de queda de investimentos por parte do BNDES durante os anos, eles mantem a regra apresentada acima, de que em anos sem eleição os investimentos por parte do banco são maiores, mas os valores vão diminuindo a cada ano, como pode-se observar na tabela abaixo.

Tabela 17- Valor liberado por ano pelo BNDES para o grupo Odebrecht.

ANO	VALOR RECEBIDO
2014	R\$ 71.040,00
2013	R\$ 11.975.840,00
2012	R\$ 4.692.446,25
2011	R\$ 15.318.278,75

TOTAL: R\$ 32.057.605,00

Fonte: Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em <https://goo.gl/fXqkQW>. Acesso: 27/05/2017

Partindo para o grupo OAS, se identificou um consórcio para captação crédito, entre a construtora do grupo com a construtora Queiroz Galvão, pertencente ao grupo que leva o mesmo nome. Esse consórcio representou mais da metade do dinheiro arrecadado pelo grupo OAS durante este período.

Foi por conta deste consórcio que a OAS foi um dos grupos que mais recebeu a liberação de investimentos por parte do BNDES. O grupo também arrecada mais em anos sem eleição, como os outros identificados anteriormente. Segue a tabela abaixo.

Tabela 18- Valor liberado por ano pelo BNDES para o grupo OAS.

ANO	VALOR RECEBIDO
2014	R\$ 25.186.056,80
2013	R\$ 38.245.614,31
2012	R\$15.266.649,92
2011	R\$27.784.707,56
TOTAL:	R\$106.483.028,59

Fonte: Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em <https://goo.gl/fXqkQW>. Acesso: 27/05/2017

O grupo Queiroz Galvão apresentou, no total, o maior valor recebido por parte do BNDES, com 135 milhões de reais no período de 2011 a 2014. O grupo também foge da regra de que nos anos sem eleição eles recebem mais investimentos, pelo fato de que a diferença de investimento recebido entre um ano e outro é muito baixa, com a exceção de 2014.

Diferentemente da OAS, o consórcio que foi realizado entre os dois grupos, representou apenas uma parte dos créditos recebidos pela Queiroz Galvão durante este período, isso porque suas solicitações de créditos partiram de distintas empresas pertencentes ao grupo.

Tabela 19- Valor liberado por ano pelo BNDES para o grupo Queiroz Galvão.

ANO	VALOR RECEBIDO
2014	R\$25.186.056,80
2013	R\$43.200.366,31
2012	R\$35.654.422,26
2011	R\$31.709.090,46
	TOTAL: R\$ 135.740.935,83

Fonte: Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em <https://goo.gl/fXqkQW>. Acesso: 27/05/2017

O grupo Camargo Correa é a representação física da tendência de maior liberação de crédito em anos sem eleições, pela grande disparidade de valores que são recebidos em anos eleitorais e anos não eleitorais. Um exemplo são os anos de 2013 e 2014. No primeiro o grupo conseguiu a liberação de 73 milhões de reais, enquanto no ano seguinte apenas 2 milhões.

E ocorre o mesmo quando olhamos para os anos de 2011 e 2012, e a tendência é de que ocorra também situações similares em 2009 e 2010 e até em 2007 e 2008. Além disso, arrecadou um total de 123 milhões de reais no período analisado. Segue abaixo a tabulação dos dados.

Tabela 20- Valor liberado por ano pelo BNDES para o grupo Camargo Correa.

ANO	VALOR RECEBIDO
2014	R\$ 2.673.400,00
2013	R\$ 73.322.524,65
2012	R\$ 3.828.240,02
2011	R\$ 44.018.633,05
	TOTAL: R\$123.842.797,92

Fonte: Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em <https://goo.gl/fXqkQW>. Acesso: 27/05/2017.

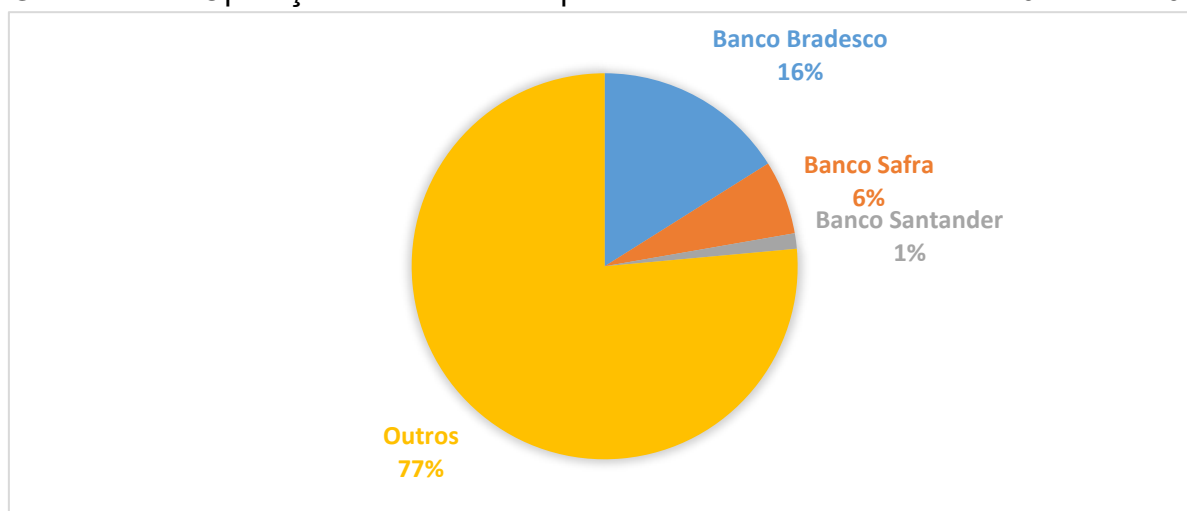
Neste tópico realiza-se a análise sobre a ação dos bancos privados, Banco Bradesco, Banco Santander e Banco Safra, nas operações totais do BNDES nos anos de 2011 a 2014. Dessa maneira relataremos a quantidade de operações indiretas do BNDES foram realizadas com cada um dos bancos mencionados acima.

Para uma melhor compreensão dos dados, foi dividido em dois o período estudado, ou seja, primeiro se relatará os anos de 2011 e 2012 e

posteriormente o de 2013 e 2014. O objetivo aqui é ver em quantas vezes acionaram os bancos privados estudados para adquirir subsídios do BNDES.

Assim, foi relatado que no ano de 2011 e 2012 o BNDES realizou um total de 446.953 operações indiretas, ou seja, operações que são feitas por meio dos bancos privados. Dessas operações, o banco Bradesco participou de 70.207 operações, enquanto o banco Safra participou em 27.060 operações e o banco Santander 5.648 operações. Abaixo segue a representação gráfica das porcentagens que cada banco significa do total de operações indiretas do BNDES.

Gráfico 7- Operações realizadas pelo BNDES no ano de 2011 a 2012



Fonte: Autor, com base nos documentos solicitados ao BNDES por meio da Lei do Acesso a informação.

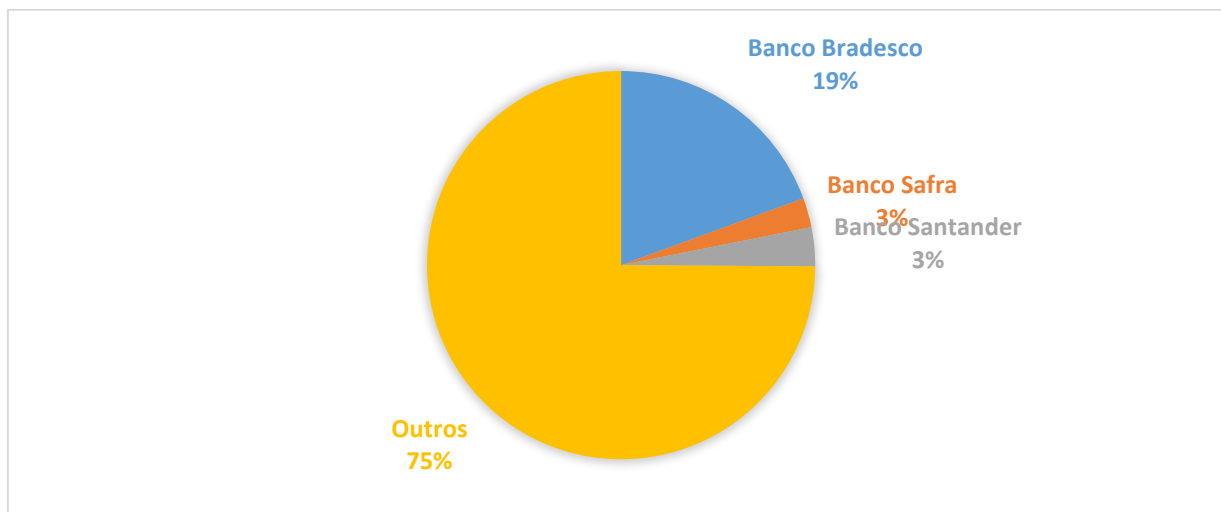
O Bradesco representa o que mais participa em operações indiretas do BNDES em comparação aos outros bancos analisados, muito também pela diversificação bancária que contém o grupo Bradesco. Na categoria “Outros” apresentado no gráfico demonstra, estão os demais bancos públicos e privados que também são credenciados para desenvolver operações indiretas pelo BNDES e que não são estudados neste trabalho por não apresentarem importância no âmbito de financiamento partidário, destacando-se o grupo Itaú Unibanco, Banco Carterpillar, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Durante o período de 2013 e 2014, as operações indiretas totais do BNDES sofreram uma queda. Foram realizadas 336.509 operações indiretas realizadas pelo banco em estes dois anos. Portanto, o número de participações dos bancos também caiu. O Bradesco participou de 65.318 operações, enquanto o banco Safra atuou em 8.245 operações, apenas o Santander aumentou suas operações, saltando

para 10.904 operações realizadas em estes dois anos.

A relação dos dados pode ser melhor visualizada com o gráfico apresentado a seguir.

Gráfico 8- Operações Realizadas pelo BNDES nos anos de 2013 a 2014



Fonte: Autor, com base nos documentos solicitados ao BNDES por meio da Lei do Acesso a informação.

Percebe-se que em números totais ocorreu menos operações no ano biênio 2013- 2014 do que nos anos dois anos anteriores, mas a questão é ocorreu um aumento da porcentagem de operações em relação ao total, onde apenas o banco Safra sofreu uma queda em suas operações, enquanto Santander e principalmente o Bradesco cresceram ainda mais dentro do BNDES.

Os três juntos representam 25% do total de operações que o BNDES realizou no ano 2013- 2014, e que nos dois anos anteriores representavam 23%. Assim vemos um crescimento de 2% em cada biênio, mostrando a significativa importância que se tem estes três conglomerados bancários analisados em este trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos que tem como objeto de análise a governabilidade de um país ou de um partido, é comum de se encontrar dentro da Ciência Política, assim como estudos sobre as elites, concentram-se em países anglo-saxônicos, principalmente nos Estados Unidos. Mas a importância deste trabalho é realizar um estudo vinculando estes dois conceitos da disciplina, a governabilidade e as elites, pesquisando apenas sobre as elites econômicas do Brasil.

Sabe-se que o conceito de governabilidade se dá a aquele que governa ou tem pretensão de governar, mas ele não abrange a aqueles atores que tecnicamente não governam mas influenciam tomadas de decisões governamentais, como são as elites econômicas.

Portanto, a primeira contribuição que oferece o trabalho é realizar o debate que o conceito de governabilidade pode ser utilizado para atores além do governo, principalmente no Brasil. Mostra-se que o financiamento partidário tem uma importância significativa para a vitória em eleições, e que em um país com um grande nível de desigualdade, poucos são aqueles que conseguem contribuir efetivamente para os partidos políticos desenvolverem, concentrando assim o financiamento em mãos das elites detentoras do poder econômico no país.

Com o desenrolar do trabalho, foi percebido que a hipótese inicial foi parcialmente aceita. A hipótese parte do argumento de que as elites empresariais, bancos e empreiteiras, utilizam do financiamento partidário como forma de estabelecer seus interesses através da formação ministerial. Mas pode-se observar que não é bem assim que ocorrem as coisas.

O trabalho nos mostra que na teoria ocorre claramente o privilégio dos interesses daqueles que detêm um grande poder econômico, mas quando passamos para a prática vemos que existe, mas é mais complexo do que se imaginava, não podendo afirmar cientificamente que existe, pelo menos não desta forma a qual foi estruturada a pesquisa.

Em um ponto de vista teórico, como foi mostrado no primeiro capítulo, é claro visualizar que em um sistema pluralista de democracia, somado com o presidencialismo de coalizão como forma de governo, um sistema multipartidário e com um alto nível de desigualdade social, iria ocorrer um privilégio de interesses

daqueles que obtivessem o maior poder econômico, pelo fato de que eles ocupam espaços que outros não tem a condição de ocupar, como por exemplo, financiar mais os partidos políticos do que o próprio Estado financia.

Mas no momento em que realiza-se a identificação dos membros que compunham os órgãos públicos analisados, percebe-se que a questão da influência pode estar mais além do que o imaginado. No momento da identificação e da separação das nomeações dos cargos entre “políticas” e “técnicas”, a única conclusão que pode-se tirar é que nos órgãos que obteve-se uma maioria de nomeações políticas, tende-se a agir mais em função dos interesses do partido político o qual a pessoa nomeada tem ligação. Assim, pode ocorrer a tendência dos partidos políticos tornarem os interesses das elites financiadoras, seus interesses e nomear as pessoas para agir de acordo com os mesmos.

Em relação as indicações consideradas técnicas, se confirmou o que a literatura dizia, que em órgãos mais econômicos, tendem ter nomeações com caráter mais técnico, mas não que não ocorra nomeações políticas e servindo aos interesses dos partidos dentro destes órgãos.

Além disso, foi observado um dado importante e interessante para a realização de pesquisas futuras. No momento em que observa-se o gráfico de doações partidárias de empresas que os partidos políticos receberam, nota-se que em anos eleitorais os partidos recebem mais dinheiro do que em anos sabáticos eleitoralmente. Ademais, foi analisado que os grupos econômicos donos das empreiteiras, receberam maiores investimentos do BNDES em anos sem eleição do que em anos com eleição.

Sendo assim, esses dados nos levam a pensar em uma nova hipótese, tendo o BNDES como possível financiador primário dos partidos políticos, pelo fato de que libera dinheiro para as empresas crescerem e assim financiar os partidos políticos. Mas para isso deverá ser realizado análises históricas e comparativas dos financiamentos partidários com a liberação de dinheiro do BNDES, questões que serão realizadas em trabalhos futuros.

Outro dado interessante que aparece quando relacionam-se os dados dos financiamentos partidários e os dados da liberação de verba do BNDES, é o fato de que a única empresa que financiou todos os partidos destacados, como foi representado na tabela 11, como é o grupo Queiroz Galvão, uma das empresas que mais recebeu financiamento do BNDES e que financiou os partidos com a construtora

que leva o mesmo nome.

Destes dados podemos concluir que existe uma relação entre financiamento partidário e o BNDES, principalmente no quesito de liberação de financiamento, e isso evidencia-se de forma aprofundada quando as porcentagens que os bancos privados que financiam os partidos representam nas atuações indiretas do BNDES.

O único banco que financiou os partidos e não está na lista de instituições credenciadas para realizar operações indiretas do BNDES é o banco BMG. Os outros três bancos constam na lista e participam ativamente das operações indiretas do banco nacional, onde percebe-se um maior destaque do banco Bradesco.

Os três bancos juntos representaram 23% de todas as operações indiretas feitas pelo BNDES no ano de 2011 a 2012, e subiram esta representação nos anos de 2013 e 2014, passaram a obter 25% de todas as operações indiretas do banco. Isso por conta do Bradesco que acumulou com ele 19% das ações. Neste acaso é mais complexo dizer que existe uma relação clara pelo fato de que existe a necessidade de um aprofundamento em uma área técnica sobre o assunto, cuja capacidade não foi desenvolvida em este trabalho.

Finalmente, é importante ressaltar as dificuldades encontradas para a realização do trabalho, que se concentrou na obtenção de dados que teoricamente deveriam ser públicos, como por exemplo composição dos ministérios e quem são as pessoas que ocupam os cargos.

Como foi visto no terceiro capítulo, existem pessoas que não se sabe absolutamente nada sobre elas, nem em fontes oficiais e nem em fontes alternativas, o que dificulta o poder de análise da pesquisa. Mas apesar das dificuldades encontradas para a realização do trabalho, pode-se dizer que a maior conclusão da pesquisa é que existe no momento mais perguntas a serem respondidas do que respostas a serem demonstradas.

Apesar disso, crê-se que o trabalho trouxe um grande aporte para esta área de investigação, pelo fato de que é composta por um banco de dados rico em fontes primárias, que pode servir para serem trabalhados em outras pesquisas, de até outros investigadores.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABRANCHES, Sergio Henrique H. Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 5-34, 1988.

AMORIM NETO, Octavio. A governabilidade sob a presidência de Lula. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 57, n. 4, p. 22-28, 2003.

AVELAR, Lúcia. Participação Política. In: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio Octavio (Orgs.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Segunda Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 261-279.

CODATO, Adriano; FRANZ, Paulo. Recrutamento ministerial no Brasil: comparando as presidências de FHC e Lula. **E-legis**. n.22. jan/abr. 2017. p. 44-62.

DAHL, Robert A. **La Poliarquia: Participacion y oposicion**. 1 ed. Madri: Editora Tecnos, 1989.

D'ARAUJO, Maria Celina. Os ministros da nova república: notas para entender a democratização do poder executivo. **II Congresso CONSAD de Gestão Pública**. 2009.

DOWNS, Anthony. **Teoria Econômica da Democracia**. 1 ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

DULCI, Otávio Soares. As elites políticas. In: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio Octavio (Org.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 281-291.

EDUARDO, Felipe L. Financiamento do sistema partidário e eleitoral nas democracias contemporâneas. **38º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando; VALENTE, ANA L. Governabilidade e concentração de poder institucional- o governo FHC. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p.49-62, out. 1999.

FREITAS, Andréa. **O presidencialismo da coalizão**. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRANADOS, Francisco J; Knoke, David. Organized Interest Groups and Policy Networks. In: JANOSKI, Thomas; ALFORD, Robert; HICKS, Alexander; SCHWARTZ, Mildred (Org.). **The handbook of political sociology**. Cambridge: Cambridge university press, 2005. p. 287- 309.

INACIO, Magna. *Escogiendo ministros y formando políticos: los partidos em gabinetes multipartidistas*. **América Latina Hoy**, 64, 2013. p. 41-66.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova**, n. 44, p. 87-106, 1998.

MACHADO, Marcela. Doação ou Investimento? A atuação Legislativa dos Parlamentares da bancada ruralista e a questão do financiamento de campanhas. **38º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2014.

MOUFFE, Chantall. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: identidade, diferença e mediações**. Rede Rizoma, Florianópolis, 2003.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática**. 10 ed. Campinas: Papirus, 2004.

PALERMO, Vicente. *Brazilian political institutions: an inconclusive debate*. **Brazilian Political Science Review**, v.10, n.2, p. 1-29, 2016.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organización y poder en los partidos políticos**. Alianza editorial, 1990.

PEREIRA, Paulo T. Governabilidade, grupos de pressão e o papel do Estado. **I Encontro Nacional de Ciência Política**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

SAMUELS, David. Financiamento de campanha no Brasil e propostas de reforma. **Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceara**, Fortaleza, v.3, n.4, p. 11-28, 2007.

SANTOS, Manoel L; DA SILVA, Mariana B; FIGUEREDO FILHO, Dalson B; DA ROCHA; Enivaldo C. Financiamento de campanha e apoio parlamentar a agenda legislativa da indústria na câmara dos deputados. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 21, n. 1, p. 33-59, abr. 2015.

SANTOS, Rodrigo D. Grandes empresários e sucesso eleitoral nas eleições de 2002, 2006 e 2010. **35º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2011.

SPECK, Bruno W. Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil. **Cadernos Adenauer**, Ano 6, no. 2, p. 123, 2005.

VALENTE, Mario S. O escrito e o não escrito: uma sociologia política dos princípios conformadores e das normas programáticas da Política Externa brasileira na Constituição Federal de 1988. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ZOVATTO, Daniel. 2005. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Opinião Pública**, Campinas. v. XI, n. 2, 2005. p. 287-315.

REFERENCIAS DE DOCUMENTOS

Banco Nacional do Desenvolvimento. **Formas de apoio**. Disponível em: <<https://goo.gl/n8RZfT>>. Acesso: 27/05/2017.

Banco Nacional do Desenvolvimento. **Normas para operações indiretas**. Disponível em: <goo.gl/ZvYY25>. Acesso: 27/05/2017.

Banco Nacional do Desenvolvimento. **Consulta a operações do BNDES**. Disponível em: <<https://goo.gl/wLo2SS>>. Acesso: 27/05/2017.

Banco Nacional do Desenvolvimento. **Operações do BNDES nos anos de 2011 a 2012**. Disponibilizado através da Lei do Acesso a Informação. Abril de 2017.

Banco Nacional do Desenvolvimento. **Operações do BNDES nos anos de 2013 a 2014**. Disponibilizado através da Lei do Acesso a Informação. Abril de 2017.

Banco Nacional do Desenvolvimento. **Organograma BNDES (2011-2014)**. Disponibilizado através da Lei do Acesso a Informação. Abril de 2017.

Banco Nacional do Desenvolvimento. **Diretoria 2011 a 2014**. Disponibilizado através da Lei do Acesso a Informação. Abril de 2017.

Banco Central do Brasil. **Composição histórica da diretoria desde 1965**. Disponibilizado através da Lei do Acesso a Informação. Abril de 2017.

Banco Central do Brasil. **Composição histórica da estrutura desde 1965**. Disponibilizado através da Lei do Acesso a Informação. Abril de 2017.

Banco Central do Brasil. **Quem é quem**. Disponível em: <<https://goo.gl/JWGruv>>. Acesso: 20/05/2017.

Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Organograma**. Disponibilizado através da Lei do Acesso a Informação. Abril de 2017.

Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Composição das secretarias do ministério nos anos de 2011 a 2014**. Disponibilizado através da Lei do Acesso a Informação. Abril de 2017.

Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Quem é quem**. Disponível em: <<https://goo.gl/HM5Vo6>>. Acesso: 21/05/2017.

Ministério da Fazenda. **Organograma**. Disponibilizado através da Lei do Acesso a Informação. Abril de 2017.

Ministério da Fazenda. **Composição das secretarias do ministério nos anos de 2011 a 2014**. Disponibilizado através da Lei do Acesso a Informação. Abril de 2017.

Ministério da Fazenda. **Quem é quem**. Disponível em: <<https://goo.gl/2VMPVV>>. Acesso: 22/05/2017.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Democratas**. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Democratas**. 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Democratas**. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Democratas**. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Democratas**. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Democratas**. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Democratas**. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Democratas**. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Democratas**. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Novo**. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Comunista do Brasil**. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Comunista do Brasil**. 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Comunista do Brasil**. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Comunista do Brasil**. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Comunista do Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Comunista Brasileiro**. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Comunista Brasileiro**.

2008. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Comunista Brasileiro.** 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Comunista Brasileiro.** 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Comunista Brasileiro.** 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Comunista Brasileiro.** 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Comunista Brasileiro.** 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Comunista Brasileiro.** 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Causa Operaria.** 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Causa Operaria.** 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Causa Operaria.** 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Causa Operaria.** 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Causa Operaria.** 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Causa Operaria.** 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Causa Operaria.** 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Democrático Trabalhista.** 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Democrático Trabalhista.** 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Democrático Trabalhista.** 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Democrático Trabalhista**. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Democrático Trabalhista**. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Democrático Trabalhista**. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de Contas do Partido Ecológico Nacional**. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de Contas do Partido Ecológico Nacional**. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de Contas do Partido Ecológico Nacional**. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de Contas do Partido Ecológico Nacional**. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Humanista da Solidariedade**. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Humanista da Solidariedade**. 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Humanista da Solidariedade**. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Humanista da Solidariedade**. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Humanista da Solidariedade**. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Humanista da Solidariedade**. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Humanista da Solidariedade**. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Humanista da Solidariedade**. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Humanista da Solidariedade**. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Liberal**. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Liberal**. 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro**. 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro**. 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro**. 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro**. 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro**. 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro**. 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro**. 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro**. 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro**. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Mobilização Nacional**. 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Mobilização Nacional**. 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Mobilização Nacional**. 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Mobilização**

Nacional. 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Mobilização Nacional.** 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Mobilização Nacional.** 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Mobilização Nacional.** 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Mobilização Nacional.** 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Progressista.** 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Progressista.** 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Progressista.** 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Progressista.** 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Progressista.** 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Progressista.** 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Progressista.** 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Progressista.** 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Progressista.** 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Pátria Livre.** 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Pátria Livre.** 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Pátria Livre.** 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Pátria Livre**. 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Pátria Livre**. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Popular Socialista**. 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Popular Socialista**. 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Popular Socialista**. 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Popular Socialista**. 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Popular Socialista**. 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Popular Socialista**. 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Popular Socialista**. 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Popular Socialista**. 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Popular Socialista**. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Republica**. 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Republica**. 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Republica**. 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Republica**. 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Republica**. 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Republica**. 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Republica**. 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Republica**. 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Republica**. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano Brasileiro**. 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano Brasileiro**. 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano Brasileiro**. 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano Brasileiro**. 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano Brasileiro**. 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano Brasileiro**. 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano Brasileiro**. 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano Brasileiro**. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Reedificação da Ordem Nacional**. 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano da Ordem Social**. 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano da Ordem Social**. 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano da Ordem Social**. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano Progressista**. 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46> >. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano**

Progressista. 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano Progressista**. 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano Progressista**. 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano Progressista**. 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano Progressista**. 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Republicano Progressista**. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro**. 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro**. 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro**. 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro**. 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro**. 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro**. 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro**. 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro**. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista Brasileiro**. 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista Brasileiro**. 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista Brasileiro**. 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista Brasileiro.** 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista Brasileiro.** 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista Brasileiro.** 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista Brasileiro.** 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista Brasileiro.** 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista Brasileiro.** 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Cristão.** 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Cristão.** 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Cristão.** 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Cristão.** 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Cristão.** 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Cristão.** 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Cristão.** 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Cristão.** 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Cristão.** 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Democrático.** 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Democrático.** 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Democrático.** 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Democrático.** 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Democrático.** 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Social Democracia Brasileira.** 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Social Democracia Brasileira.** 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Social Democracia Brasileira.** 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Social Democracia Brasileira.** 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Social Democracia Brasileira.** 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Social Democracia Brasileira.** 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Social Democracia Brasileira.** 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Social Democracia Brasileira.** 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido da Social Democracia Brasileira.** 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Democrata Cristão.** 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Democrata Cristão.** 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Democrata Cristão.** 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Democrata Cristão.** 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Democrata**

Cristão. 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Democrata Cristão.** 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Democrata Cristão.** 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Democrata Cristão.** 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Liberal.** 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Liberal.** 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Liberal.** 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Liberal.** 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Liberal.** 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Liberal.** 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Social Liberal.** 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialismo e Liberdade.** 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialismo e Liberdade.** 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialismo e Liberdade.** 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 17/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialismo e Liberdade.** 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialismo e Liberdade.** 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialismo e Liberdade.** 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialismo e Liberdade**. 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialismo e Liberdade**. 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialismo e Liberdade**. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados**. 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados**. 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados**. 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 18/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados**. 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados**. 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados**. 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados**. 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados**. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido dos Trabalhadores**. 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido dos Trabalhadores**. 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido dos Trabalhadores**. 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 18/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido dos Trabalhadores.** 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido dos Trabalhadores.** 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido dos Trabalhadores.** 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido dos Trabalhadores.** 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido dos Trabalhadores.** 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido dos Trabalhadores.** 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Brasileiro.** 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Brasileiro.** 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Brasileiro.** 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 18/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Brasileiro.** 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Brasileiro.** 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Brasileiro.** 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Brasileiro.** 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Brasileiro.** 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Brasileiro.** 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Cristão.** 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Cristão.** 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Cristão.** 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 18/12/2016

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Cristão.** 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Cristão.** 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Cristão.** 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Cristão.** 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Cristão.** 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista do Brasil.** 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista do Brasil.** 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista do Brasil.** 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 18/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista do Brasil.** 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista do Brasil.** 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista do Brasil.** 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista do Brasil.** 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista do Brasil.** 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista do Brasil.** 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Nacional.** 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Nacional.**

2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Nacional.** 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 18/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Nacional.** 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Nacional.** 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Nacional.** 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Nacional.** 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Nacional.** 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Trabalhista Nacional.** 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Verde.** 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 15/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Verde.** 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 16/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Verde.** 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 18/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Verde.** 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Verde.** 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 19/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Verde.** 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Verde.** 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Verde.** 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Partido Verde.** 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Rede**. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Solidariedade**. 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 20/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Solidariedade**. 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas do Solidariedade**. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/SImI46>>. Acesso: 21/12/2016.